



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CRISTIANO MICHEL OLIVEIRA CÂMARA

**PADRÕES GEOGRÁFICOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL EM
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS FEDERAIS – 2006/2010.**

BELÉM - PARÁ

2011

CRISTIANO MICHEL OLIVEIRA CÂMARA

**PADRÕES GEOGRÁFICOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL EM
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS FEDERAIS – 2006/2010.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Acadêmico em Ciência Política da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

BELÉM – PARÁ

2011

PADRÕES GEOGRÁFICOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL EM
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS FEDERAIS – 2006/2010.

Por

CRISTIANO MICHEL OLIVEIRA CÂMARA

Dissertação apresentada para cumprimento parcial das exigências para
obtenção do título de

Mestre em Ciência Política

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:

Aprovada por: _____

Profº Dr. Carlos Augusto da Silva Souza (Orientador - UFPA)

Profº Dr. Pedro Santos Mundim (Examinador Externo - UFGO)

Profº Dr. Roberto Correa (Examinador Interno PPGCP/UFPA)

Profº Dr. Edir Siqueira Veiga (Suplente-PGCP/UFPA)

Data: ____/____/____

À memória do meu melhor amigo na terra, meu pai,
Sebastião Almeida Câmara, eterno em meu coração. O
seu amor por mim foi tão grande que passou até os
últimos momentos de sua vida apoiando-me e
incentivando-me a trilhar o caminho que ora estou
trilhando em busca de bons frutos.

AGRADECIMENTOS

Registro os meus sinceros agradecimentos:

Ao ser supremo, sem o qual nada seria possível.

Aos meus pais Sebastião Almeida Câmara (in memorian) e Neide Oliveira Câmara pelo amor e carinho dedicados ao longo de minha vida e pelo incentivo aos estudos. Pai e Mãe, de todo o meu coração, obrigado por tudo.

Ao Prof^o. – Orientador Dr. Carlos Augusto da Silva Souza, pelo incentivo e apoio para a realização da presente dissertação; pelo acompanhamento e contribuições, fundamentais ao desenvolvimento deste estudo; e ainda, pela sensatez, pela humildade, pelo tempo que disponibilizou no intuito de ajudar-me com reflexões e sugestões nos momentos de dúvidas e maior dificuldade.

Agradeço ao Prof^o Dr. Karl Henkel que também teve sua parcela de colaboração nesta pesquisa, pelas orientações iniciais que me fizeram rever alguns conceitos e pensar em critérios metodológicos mais científicos.

A todos os professores do Curso de Mestrado Acadêmico em Ciência Política do PPGCP/UFGA por terem contribuído para a formação e amadurecimento acadêmico de nós mestrandos, especialmente, a Celso Vaz, Edir Veiga, Carlos Augusto, Roberto Correa, Marise Morbach, Maria Dolores, Alberto Teixeira, Durbens Martins, Graça Campagnolo e Nírvia Ravena.

À Prof^a. Dr. Celso Vaz pela competência com que conduziu, junto a seus pares, o curso de mestrado em Ciência Política. Seu comprometimento e dedicação foram fundamentais para o sucesso do curso.

A Felipe Antoniazzi, da Assessoria de Pesquisa e Estatística do Tribunal Superior Eleitoral por ter atendido gentilmente solicitação junto ao TSE disponibilizando via e-mail e *links*, parte dos dados utilizados nesta dissertação.

A Luana Moura e Danielle Blanco, pessoas muito solícitas, responsáveis e, sobretudo, competentes. Suas participações com serviços de normalização foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

A Alessandro Bonfim, estatístico que me ajudou a entender a operacionalização das fórmulas e procedimentos matemáticos presentes nesta pesquisa.

A todos os companheiros do curso de Mestrado Acadêmico em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP/UFPA, especialmente, ao Ribamar Braun, Giovani Villacorta, Dalton Davis, Fernando Bernardo, André Magno, Luiz Henrique, João Cauby, José Eronides, Stanley Botti entre outros egressos pelas proveitosas discussões, trocas de conhecimentos e informações ao longo do Curso.

A toda minha família, em especial Mauro, Telma, Hilmo (in memoriam) (irmãos); Renildo Carlos (cunhado), Marly (cunhada), Walter Santos Oliveira e família, Neuza e família, pelo carinho, incentivo e compreensão nos momentos em que não pude estar presente;

À Lilian Cerveira, Mary Elisa, Alice Gama, Wânia Guedes e Thiza Cruz pelo companheirismo, carinho, compreensão, paciência, ...agradeço eternamente por tudo que fizeram por mim.

À Milson Lima, Clayton Roots, Silvio Araújo e Luiz Alexandre amigos de fé irmãos camaradas, amigos mais certos das horas incertas. Obrigado companheiros pela grande amizade, pela força, compreensão e colaboração.

Agradeço aos companheiros e companheiras de trabalho, minha segunda família, equipe multiprofissional do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado aos Transtornos Globais do Desenvolvimento – NATEE/COEES/SEDUC, especialmente, Anna Karen Soutello, Conceição Souto, Rocilene da Silva, Wilson Franco, Manoel Sousa, Cristina Melo, José Carlos Mello, Élcio Pascoal, Sandra Mesquita, Selma Nascimento e Edmilson Lima.

A todos, que direta ou indiretamente tiveram sua parcela de contribuição para que eu pudesse chegar a finalização deste trabalho: o meu muito obrigado!

“As decisões políticas nem sempre são racionais porque os homens sempre visam algum fim e os benefícios devem sempre superar os custos”.

Anthony Downs

RESUMO

A presente dissertação filia-se à tradição de estudos sobre geografia eleitoral no Brasil. Contudo, diferentemente dos estudos anteriores, investigaremos os padrões de competição eleitoral no Brasil, a partir de duas perspectivas: Concentração *versus* dispersão territorial do voto e dominância *versus* compartilhamento do território tendo por base empírica a votação dos deputados federais – por município – eleitos em 2006 e 2010. Partiremos desse universo empírico procurando responder as seguintes questões: existem diferenças significativas nos padrões geográficos de competição eleitoral dos parlamentares e dos partidos políticos entre os estados e regiões brasileiras? Levantamos duas hipóteses principais: a primeira, parte da afirmação de que não existem diferenças significativas na conformação das bases eleitorais por parte dos parlamentares quando levado em consideração uma comparação entre os estados e regiões brasileiras e, a segunda, informa que independente do tamanho ou da ideologia partidária a competição eleitoral também segue formato muito próximo entre os estados e regiões, com poucas variações. O objetivo que norteou esta investigação parte da perspectiva que procura entender se existe (ou não) algum padrão de competição eleitoral predominante nas eleições legislativas brasileiras e avaliar similitudes e discrepâncias entre os estados e regiões brasileiras no tocante ao formato competitivo que se processa na esfera eleitoral.

Palavras-chave: Política brasileira, Geografia do voto, Eleições, Sistema eleitoral, Partidos políticos.

ABSTRACT

This dissertation joins the tradition of studies on electoral geography in Brazil. However, unlike previous studies, we investigate the patterns of electoral competition in Brazil, from two perspectives: Concentration versus territorial dispersion of the vote versus sharing and dominance of the territory on the basis of empirical voting deputies - by county - elected in 2006 and 2010. Empirical part of this universe trying to answer the following questions: Are there significant differences in geographic patterns of electoral competition of parliamentarians and political parties among the Brazilian states and regions? We raise two main hypotheses: first, part of the claim that there are few differences in the conformation of the constituencies by parliamentarians taken into account when a comparison between the Brazilian states and regions and, second, reports that regardless of size or ideology party electoral competition also follows closely format between states and regions, with few variations. The purpose that guided this research starts from the perspective that seeks to understand if there is (or not) a pattern of electoral competition prevalent in Brazilian legislative elections and assess similarities and differences between states and regions of Brazil regarding the competitive format that takes place in the electoral arena.

Keywords: Brazilian politics, Geography of the vote, Elections, Electoral system, Political parties.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Padrões geográficos de competição eleitoral: concentração e dispersão, Brasil e Regiões, Eleições de 2006 e 2010.	57
Tabela 02 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Norte, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	60
Tabela 03 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Nordeste, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	61
Tabela 04 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Centro-Oeste, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	63
Tabela 05 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Sudeste, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	64
Tabela 06 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Sul, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	65
Tabela 07 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Brasil e Regiões, Eleições de 2006 e 2010: Concentração (Alta e Média) e Dispersão (Alta e Média).....	67
Tabela 08 – Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por partido de origem, Eleições de 2006 e 2010.....	71
Tabela 09 – Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por partido de origem, Eleição de 2006.....	72
Tabela 10 - Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por partido de origem, no Brasil, Eleição de 2010.....	73
Tabela 11 – Espectro Ideológico e Padrões geográficos de Competição Eleitoral: Concentração e Dispersão, Brasil, 2006-2010.....	79
Tabela 12 – Distribuição dos Deputados Federais no Brasil por Regiões com relação à variável Dominância – 2006-2010.....	86
Tabela 13 – Distribuição dos Deputados Federais no Brasil por Regiões com relação à variável Dominância II – 2006-2010.....	90
Tabela 14 - Distribuição dos Deputados Federais segundo as dimensões Concentração e Dominância combinadas, Eleições 2006 e 2010.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Padrões geográficos de competição eleitoral: Concentração e Dispersão, Brasil e Regiões nas Eleições de 2006 e 2010.....	57
Gráfico 2 -Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Norte 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	60
Gráfico 3 -Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Nordeste 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	62
Gráfico 4 -Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Centro Oeste 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	63
Gráfico 5 -Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Sudeste 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	64
Gráfico 6 -Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Sul 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.....	65
Gráfico 7 - Padrões geográficos de competição eleitoral, Brasil e Regiões, Eleições de 2006 e 2010: Concentração (Alta e Média) e Dispersão (Alta e Média).....	68
Gráfico 8 - Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por tamanho do partido, Brasil, Eleições de 2006 e 2010.....	71
Gráfico 9 – Espectro ideológico e Padrões Geográficos de competição: concentração e Dispersão, Brasil, 2006-2010.....	79
Gráfico 10 – Distribuição dos Deputados Federais no Brasil por Regiões com relação à variável Dominância –2010.....	86
Gráfico 11 - Distribuição dos Deputados Federais no Brasil por Regiões com relação à variável Dominância II – 2006-2010.....	87
Gráfico 12 - Distribuição dos Deputados segundo as dimensões Concentração e Dominância combinadas, Eleição 2006/2010.....	96

LISTA DE SIGLAS

Partidos Políticos

DEM	DEMOCRATAS (antigo PFL)
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PP	PARTIDO PROGRESSISTA (antigo PPB)
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA (antigo PL e PRONA)
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PT do B	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (antigo PRT)
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PV	PARTIDO VERDE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1 – ABORDAGEM TEÓRICA.....	20
1.1 - Alguns pressupostos acerca do Neo-institucionalismo.....	20
1.2 - Influências das instituições políticas brasileiras no comportamento eleitoral e legislativo dos parlamentares: os termos do debate.....	23
Capítulo 2 A LITERATURA SOBRE GEOGRAFIA DO VOTO NO BRASIL: Uma abordagem metodológica.....	34
2.1 - Os trabalhos inaugurais sobre geografia do voto no Brasil.....	34
2.2 - As pesquisas mais recentes sobre geografia eleitoral: inovações metodológicas.....	44
Capítulo 3 – PADRÕES DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: Concentração e Dispersão Eleitoral.....	51
3.1 A organização dos dados e o percurso metodológico.....	51
3.2 Padrões geográficos de competição eleitoral no Brasil e Regiões.....	56
3.3 Padrões geográficos de competição eleitoral nas unidades da federação.....	59
3.4 Padrões geográficos de competição eleitoral por faixas de votos: Concentração (Alta e Média) e Dispersão (Alta e Média).....	66
3.5 O tamanho dos partidos políticos e os padrões geográficos de competição eleitoral....	69
3.6 O espectro ideológico dos Partidos e os padrões geográficos de competição eleitoral.	74
Capítulo 4 – PADRÕES DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: A investigação da Dominância.....	82
4.1 - Operacionalização da variável <i>Dominância</i>	82
4.2 – Investigação da variável <i>Dominância</i> por faixas: <i>sem dominância, baixa dominância, dominância média e alta dominância</i>	84
4.3 – Transformação das faixas de <i>Dominância</i> em variável dicotômica: <i>dominância e não-dominância (ou compartilhamento)</i>	89
Capítulo 5 - A GEOGRAFIA ELEITORAL DOS DEPUTADOS NA PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES COMBINADAS: Concentração e Dominância.....	91
5.1 – A taxonomia proposta por Barry Ames.....	91
5.2 - O espectro ideológico dos Partidos e as dimensões combinadas: concentração-dominância.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

INTRODUÇÃO

O sistema eleitoral brasileiro, no que se refere ao mecanismo de escolha dos representantes às câmaras legislativas, se assenta no princípio da representação proporcional, que procura conferir aos partidos representação parlamentar equivalente à proporção de votos válidos obtidos numa dada unidade eleitoral. O objetivo desse sistema é permitir que todas as forças presentes na sociedade tenham acesso ao poder na proporção de votos que a sociedade lhes atribuir.

Do ponto de vista da relação eleição/território, este mecanismo de escolha tem sido alvo de intenso debate, dado ao fato de que a competição política para a Câmara dos deputados segue como critério definidor da unidade eleitoral, a divisão político-administrativa da federação brasileira, tendo nas fronteiras geográficas dos Estados a arena da disputa pelos votos. Entretanto, uma parte importante dos estudiosos tem procurado verificar como se estabelece a representação política dos estados na relação dos deputados com a construção de suas bases eleitorais.

Os estudiosos da representação Legislativa no Brasil, baseados nas teorias criadas pela Ciência Política norte-americana, têm se aventurado na árdua tarefa de vislumbrar qual seria o modelo apropriado para explicar o funcionamento do congresso brasileiro e o comportamento de seus parlamentares na sua relação com as bases eleitorais. Adiantamos que não há consenso sobre o melhor modelo, ao contrário, a literatura sobre o assunto apresenta diversas explicações e resultados de pesquisas empíricas controversos.

Mainwaring (2001), por exemplo, um dos autores da corrente que entende a arena eleitoral como norteadora do comportamento dos parlamentares na arena legislativa, nos diz que os deputados seriam estimulados a agir buscando conseguir uma espécie de “sobrevivência política”. Nesse sentido, o comportamento dos legisladores seria particularista, indisciplinado, bem como os partidos seriam fracos. Esta corrente parte do pressuposto, desenvolvido por Mayhew (1974), de que os deputados orientam sua vida parlamentar visando à reeleição, a chamada “conexão eleitoral”. Mainwaring (2001) também defende essa perspectiva, entretanto, no lugar de reduzir o comportamento dos deputados à reeleição, este autor defende que para o caso do Brasil a melhor racionalidade dos deputados é no sentido de

conservar a carreira política, e seu comportamento é voltado ao particularismo e ao localismo, estabelecendo uma relação de concentração territorial do voto.

A crítica a essa perspectiva surge com Figueiredo e Limongi (1995), os quais se manifestam afirmando que os deputados no Brasil seriam constrangidos a agir seguindo as orientações provenientes dos líderes partidários. Diferentemente da primeira corrente, estes autores acreditam que a tese de que os deputados são indisciplinados e orientados para o localismo e que os partidos são fracos, não passa pelo teste empírico. A pesquisa desenvolvida por estes autores apresentou altas taxas de disciplina dos parlamentares na Câmara dos Deputados e que estes seguem a orientação do líder partidário.

Em outro estudo, Figueiredo e Limongi (2002, p.333) demonstram que o sistema eleitoral brasileiro não gera condições motivacionais ou institucionais para que os políticos baseiem suas carreiras políticas em vínculos pessoais com os eleitores e com o Executivo. Ao contrário, os parlamentares têm vários outros tipos de estratégias para manter suas carreiras políticas. Os dispositivos constitucionais e legais neutralizariam o localismo na arena legislativa. As normas do Congresso, por sua vez, limitariam os recursos para o cultivo de vínculos pessoais.

Pereira e Mueller (2003) afirmam que, longe de serem contraditórias, as duas perspectivas acima referidas são complementares. Dizendo de outra maneira, para estes autores, os partidos são fracos na arena eleitoral, mas são fortes na arena legislativa. Além disso, os deputados agem seguindo as orientações dos partidos para ter a possibilidade de receber em troca de seu comportamento, os recursos que serão repassados para os seus redutos eleitorais. Assim, o comportamento partidário aconteceria em virtude das necessidades localistas.

Do ponto de vista eleição/território, existem ainda, estudiosos que ao desenvolverem pesquisas sobre o comportamento dos deputados o relacionam com a geografia eleitoral, isto é, acreditam que o comportamento dos deputados é norteado pela distribuição geográfica dos votos que eles recebem. Entre eles, dois tem se destacado no Brasil: Ames (2003) e Carvalho (2003). O Primeiro apresenta uma tipologia que permite classificar o tipo de reduto eleitoral do deputado. Este autor inova com relação a estudos pioneiros como o de Fleischer (1974), pois inclui - além dos índices de concentração e dispersão já utilizados até aquele momento - os índices de dominância dos deputados sobre seu reduto eleitoral, que refere-se a capacidade

que alguns parlamentares apresentam em controlar o processo de votação em determinadas circunscrições eleitorais em que recebem votos. A partir disso o autor desenvolve um esquema cruzando as variáveis concentração/dispersão com a dominância/compartilhamento do candidato sobre o município¹.

Para Ames (2003, p. 100) “no Brasil, fazer campanha por uma cadeira no Congresso é competir por espaço, que pode ser ideológico, mas que na maioria das vezes significa espaço físico”. Com essa afirmação, o autor defende e sugere que a luta por espaço gera padrões geográficos diferenciados de competição eleitoral.

Outro trabalho que segue a perspectiva de Ames é o de Carvalho (2003). Ele apresenta a influência da geografia eleitoral sobre o comportamento efetivo dos deputados. Para tanto, com variáveis comportamentais e atitudinais, demonstra que o comportamento mais ou menos paroquial relaciona-se com o tipo de reduto ao qual o deputado pertence.

O propósito desta dissertação deve ser entendido no contexto desta discussão. Procuraremos avaliar – ainda que com parâmetros metodológicos distintos – qual o padrão geográfico de competição efetivamente pode ser verificado no Brasil, levando-se em consideração um recorte territorial de diferenciação entre os estados e regiões, e em um período específico, eleições de 2006 e 2010. Interessa-nos verificar especificamente se, de fato, existe um padrão concentrado operando na competição política-eleitoral-brasileira, ou ao contrário, nosso padrão de competição se traduz como disperso territorialmente ou se é possível evidenciar ainda, um padrão equilibrado de competição na relação dos parlamentares com o território.

Para isso, o estudo incorpora diversas teorias e possibilidades de compreensão da relação dos parlamentares na conformação de suas bases eleitorais, entretanto, não obstante as diversas possibilidades, o trabalho é guiado por duas tipologias na definição das estratégias eleitorais por parte dos parlamentares: Concentração *versus* dispersão territorial do voto e dominância *versus* compartilhamento do território.

¹ Conforme Ames (2003) a dominância ocorre quando determinado deputado consegue controlar seu reduto eleitoral, tendo uma votação territorial bem elevada em relação aos outros principais competidores no mesmo território. Por outro lado, em sentido inverso, o deputado ao invés de dominar pode compartilhar esse território com outros concorrentes.

Desta forma o problema de pesquisa que norteou nosso estudo parte da seguinte pergunta: existem diferenças significativas nos padrões geográficos de competição eleitoral dos parlamentares e dos partidos políticos entre os estados e regiões brasileiras?

Em busca de respostas para esta pergunta levantamos duas hipóteses principais: a primeira parte da afirmação de que existem poucas diferenças na conformação das bases eleitorais por parte dos parlamentares quando levado em consideração uma comparação entre os estados e regiões brasileiras, isto é, não existem diferenças significativas e, a segunda, informa que independente do tamanho ou da ideologia partidária a competição eleitoral também segue formato muito próximo entre os estados e regiões, com poucas variações.

Os resultados do nosso estudo apontam para um padrão nacional posicionado entre o padrão encontrado por Ames (2003) do tipo *concentrado-dominante* e o encontrado por Carvalho (2003), do tipo *disperso-compartilhado: o concentrado-compartilhado*. Isso nos leva a acreditar que a geografia do voto no Brasil apresenta dinâmica, de fato, muito complexa. Contudo, com base em apenas dois resultados eleitorais é temerário fazer generalizações ou qualquer tipo de prognóstico, o que não nos tira o direito de apontar o que a operacionalização dos dados da nossa pesquisa nos diz: nos pleitos em questão, nossos deputados brasileiros tiveram votação em áreas restritas, isto é, votação concentrada, no entanto, não dominam tais áreas, compartilham votos com muitos outros candidatos.

De qualquer forma o objetivo que norteou esta investigação parte da perspectiva que procura entender se existe (ou não) algum padrão de competição eleitoral predominante nas eleições legislativas brasileiras e avaliar similitudes e discrepâncias entre os estados e regiões brasileiras no tocante ao formato competitivo que se processa na esfera eleitoral.

Estruturamos esta dissertação em cinco capítulos principais. No primeiro apresentaremos, a partir dos marcos teóricos disponíveis, abordagem oferecida pelo neo-institucionalismo que resgata o papel exercido pelas instituições (no nosso caso, o papel das regras do sistema eleitoral) na produção de determinados resultados políticos e são importantes para compreender estratégias e decisões tanto na arena eleitoral quanto na arena parlamentar.

O segundo capítulo tem um caráter eminentemente informativo, cujo objetivo é fornecer algumas indicações a respeito de trabalhos sobre geografia do voto produzido no Brasil. Nesta unidade discutiremos a produção científica brasileira sobre o tema a partir da

dimensão metodológica utilizada por cada autor para mensurar padrões geográficos de competição política no território.

No terceiro capítulo, abordaremos os padrões geográficos de competição eleitoral estabelecidos no Brasil. Para isso, recorreremos aos indicadores de concentração *versus* dispersão para avaliar os diversos tipos possíveis de relacionamento que os deputados estabelecem com o município. Além disto, a partir destes indicadores, procuraremos avaliar se do ponto de vista do tamanho e da ideologia partidária é possível encontrar padrões de competição eleitoral diferentes operando no mercado de votos brasileiro. Neste capítulo, como recurso metodológico estabeleceremos um recorte espacial que procura comparar as semelhanças e discrepâncias existentes entre os estados e regiões do Brasil no que toca o padrão de competição eleitoral.

O quarto capítulo inclui na análise a variável dominância em relação dos redutos eleitorais. A situação de dominância - seguindo a tipologia introduzida nos estudos sobre geografia eleitoral por Barry Ames (2003) - ocorre quando determinado deputado consegue controlar seu reduto eleitoral, tendo uma votação territorial significativa, elevada em relação aos outros principais competidores no mesmo território. Contrariamente, o deputado ao invés de dominar, pode compartilhar esse território com outros concorrentes. Caso a dominância se confirme estaremos diante de mais uma comprovação empírica da tese, defendida por alguns autores, da existência de uma oligarquização do mercado de votos ainda persistente em alguns municípios e estados do Brasil.

O quinto e último capítulo, por sua vez, procura, a partir do cruzamento entre os indicadores de concentração ou dispersão territorial do voto e dominância ou compartilhamento do território, avaliar qual padrão territorial de competição eleitoral efetivamente caracteriza os estados e regiões brasileiras no período estudado.

Espera-se que este trabalho contribua de alguma forma para o avanço e aperfeiçoamento dos estudos sobre a geografia eleitoral no Brasil, que estimule novos pesquisadores a desenvolverem estudos que possam juntar-se aos já existentes de forma a possibilitar o aperfeiçoamento da área e a descoberta de novas metodologias e novas formas

de abordagem que consigam efetivamente compreender a natureza e a diversidade de fenômenos que compõe o complexo sistema político eleitoral brasileiro.

Capítulo 1

ABORDAGEM TEÓRICA

Neste capítulo apresentaremos a filiação teórica e o quadro conceitual que norteia a presente análise dos padrões geográficos de competição eleitoral no Brasil. Trataremos da utilidade das análises estabelecidas pela abordagem originadas do neo-institucionalismo, para a compreensão dos resultados desta pesquisa; discutiremos os estímulos criados pelos sistemas eleitoral e partidário enquanto conjunto de regras e procedimentos, capazes, tanto de estruturar a posição que os indivíduos se encontram no jogo político durante a passagem pelo poder, quanto definir as estratégias utilizadas por eles na competição eleitoral.

1.1 - Alguns pressupostos acerca do Neo-institucionalismo

“A maioria das ações políticas de certa importância ocorre em instituições; por isso é decisivo compreender como agem esses organismos e como influem no comportamento dos indivíduos que atuam em seu interior”. (PETERS, 2003, 219)

Na terminologia da Ciência Política, “neo-institucionalismo” é uma perspectiva teórica que desperta muito interesse e, certamente, muitas críticas. Hall e Taylor (2003, p.193) explicam que as críticas acontecem em função da grande confusão acerca tanto do sentido preciso do termo, quanto das diferenças que o distinguem de outros métodos de análise. Segundo os autores, tal confusão desaparece caso se admita que esse modelo não constitui-se como uma corrente de pensamento integrada.

O neo-institucionalismo apresenta pelo menos três diferentes escolas de pensamento ou métodos de análise: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Embora, com perspectivas diferentes, todos “tratam do papel

desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos²” (HALL e TAYLOR, 2003).

Isso significa dizer que existe uma percepção comum entre as versões do neo-institucionalismo: a de que “as instituições capacitam ou restringem em grande medida as ações individuais ou de grupos de indivíduos, influenciando os resultados e alterando seus objetivos” (MONTEIRO, et al. 2001, p.100). Tal percepção induziu diversos autores a adotarem as instituições como variáveis independentes na análise das ações políticas, inclusive nós.

Encontramos em Condato (2003) uma síntese do argumento central do neo-institucionalismo na perspectiva da Ciência Política. Conforme este autor, tal argumento pode ser desdobrado em três postulados:

- i) instituições – e não indivíduos ou classes – são o elemento central da vida política;
- ii) indivíduos são ‘atores’ importantes, mas é mais proveitoso compreender quais são os marcos institucionais dentro dos quais eles agem, ao invés de observar os próprios indivíduos, suas motivações, preferências e escolhas (no caso, instituições funcionam como variável dependente); portanto, iii) não apenas instituições “contam” na explicação, mas são a explicação para a maior parte das ocorrências da vida política (instituições como variável independente) (CONDATO, 2003, p 68).

De modo sintético, Condato (2003) apresenta alguns pressupostos básicos dos três métodos de análise do neo-institucionalismo, isto é, das “três maneiras diferentes de pensar a influência (ou a ação determinante) das instituições na explicação da vida política”, vamos a eles:

O neo-institucionalismo sociológico, conhecido também como “clássico” vê as instituições a partir, por exemplo, de “*normas e valores*, incluindo sistemas simbólicos, esquemas cognitivos, modelos morais etc., que convencionam o funcionamento de organizações e determinam o comportamento individual através de uma série de categorias de percepção que guiam a prática social dos agentes, motivam inteiramente suas preferências, interesses e objetivos” (CONDATO, 2003, p.68).

Para o neo-institucionalismo histórico, as instituições designam simplesmente *instituições formais* (ou “organizações”), como, por exemplo, as *instituições políticas*, evidentemente incluindo procedimentos burocráticos, estruturas governamentais, aparelhos

² Para maior aprofundamento sobre os três métodos de análise, ver Peter A. Hall e Rosemary C. R. Taylor, As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, 2003.

estatais, normas constitucionais “que, uma vez constituídas, têm impacto decisivo sobre o comportamento dos agentes inseridos no sistema político (legisladores, eleitorado, grupos de interesse etc.), determinando resultados políticos posteriores” (Idem).

E por fim, para o neo-institucionalismo da escolha racional, as instituições podem ser, por exemplo, “*sistemas de regras e incentivos* a partir dos quais indivíduos, sempre com base em cálculos estratégicos a respeito de suas oportunidades, definem preferências e tentam maximizar seus interesses” (Idem).

De acordo com Hall e Taylor (2003, p. 13), algumas propriedades do neo-institucionalismo da escolha racional estão presentes na maioria das análises:

Primeira propriedade, “os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos (...) e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências”; **segunda propriedade**, “consideram a vida política como uma série de dilemas de ação coletiva, definidos como situações em que os indivíduos que agem de modo a maximizar a satisfação das suas próprias preferências o fazem com o risco de produzir um resultado sub-ótimo para a coletividade; **terceira**, enfatizam o papel da interação estratégica na determinação das situações políticas (...) trata-se de um enfoque “calculador” clássico para explicar a influência das instituições sobre a ação individual; **quarta propriedade**, desenvolvimento de um enfoque que lhe é próprio no tocante à explicação da origem das instituições. Em geral (as análises) começam utilizando a dedução para chegar a uma classificação estilizada das funções desempenhadas por uma instituição. Explicam em seguida a existência da instituição com referência ao valor assumido por essas funções aos olhos dos atores influenciados pela instituição. Essa formulação pressupõe que os atores criam a instituição de modo a realizar esse valor, o que os teóricos conceituam no mais das vezes como um ganho obtido pela cooperação (...) assim, o processo de criação de instituições é geralmente centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados (HALL & TAYLOR, 2003. p. 13).

Para Limongi (1994, p. 8), existe forte influência das instituições no comportamento dos parlamentares. “As regras, leis, procedimentos, normas, arranjos institucionais e organizacionais implicam a existência de constrangimentos e limites ao comportamento”, o que responde pela opção por determinadas estratégias eleitorais e determinados comportamentos na arena eleitoral.

Para Souza (2006, p.22) dois componentes são importantes para entender as instituições. Primeiro a premissa da racionalidade que em sua visão significa o auto-interesse que levam os parlamentares a buscar formas de maximização das suas utilidades e, por outro lado, as formas de constrangimento, pautadas nas regras institucionais e organizacionais que procuram criar mecanismos de constrangimento para coibir comportamentos auto-interessados. Nesta situação, para o autor, os indivíduos são levados a buscar “uma situação

de equilíbrio, sem a qual nenhum ator teria incentivo suficiente para alterar sua preferência ou mudar sua escolha”. Sendo assim, as instituições adquirem dupla função: podem tanto determinar “a ação estratégica dos atores quanto se apresentar como um constrangimento a ela, protegendo a sociedade de comportamentos auto-interessados” (SOUZA, 2006, p.22).

De qualquer forma, na maioria dos estudos que procuram entender o formato competitivo das eleições legislativas brasileiras, as instituições se apresentam como elemento importante para a compreensão da representação política. Partindo-se deste princípio, torna-se relevante para efeito de nossa pesquisa, entender os ambientes institucionais que influenciam o desempenho eleitoral dos candidatos na conformação de suas bases eleitorais, em busca de suporte teórico que nos auxilie a compreender os padrões de competição eleitoral que se processam entre os estados e regiões brasileiras.

1.2 - Influências das instituições políticas brasileiras no comportamento eleitoral e legislativo dos parlamentares: *os termos do debate.*

Além das regras eleitorais, o comportamento dos parlamentares na conformação de suas bases de votos, também é influenciado pelo sistema partidário (controle partidário), pelas instituições do Congresso Nacional estabelecidas pelo regimento interno da Câmara (mesa diretora e colégio de líderes), bem como pelas relações estabelecidas entre o poder executivo e o poder legislativo, que influenciam sobremaneira no comportamento dos políticos tanto na arena eleitoral quanto legislativa, resultando em bases eleitorais com padrões de votação geograficamente diferenciados.

Apesar da concordância por parte da literatura sobre a influência das instituições no formato competitivo, duas posições são facilmente identificáveis na interpretação da competição que se processa no Brasil. Uma que informa que as instituições brasileiras produzem um sistema político caracterizado por políticos personalistas, particularistas e apartidários, bem como, uma segunda vertente que trabalha com a perspectiva, de que por mais que as instituições produzam um comportamento personalista na arena eleitoral, na arena parlamentar, outro conjunto de regras acaba por barrar este comportamento individualista e contribuem para produzir políticos disciplinados e cooperativos com seus partidos e com o executivo. Nesta segunda interpretação, a base institucional presente no interior do legislativo e a coordenação partidária, impõem limites às pretensões personalistas dos parlamentares e às determinações individualistas geradas pelas regras eleitorais.

Para autores como Ames (2003) e Carvalho (2003), estudiosos da geografia política e do comportamento legislativo brasileiro, as explicações para a natureza da competição e do comportamento político estariam na arena eleitoral; neste ambiente estariam as respostas para perceber a presença de padrões diferenciados de competição eleitoral que se processam no espaço geográfico e influenciam sobremaneira o comportamento nas arenas políticas. Voltaremos às contribuições destes dois autores mais a frente. Por hora, nossa intenção é promover um debate acerca da influência exercida pelas instituições no comportamento eleitoral e legislativo dos parlamentares brasileiros e apresentar os termos do debate, os quais se contrapõem em busca de explicações para a natureza da competição eleitoral e de tais comportamentos. A compreensão dos comportamentos é fundamental, uma vez que, dão origem a configurações de bases geográficas de votação diferenciadas e a padrões de competição política e eleitoral.

A perspectiva mais tradicional sobre as instituições políticas brasileiras teve grande inspiração no comportamento legislativo dos congressistas norte-americanos, a partir da ideia de *conexão eleitoral*, originalmente proposta por Mayhew (1974) e adaptada para o caso brasileiro em diversos trabalhos sobre o tema (Mainwaring, 1999; 2001; Ames, 2003; entre outros). De acordo com o pressuposto central dessa perspectiva, a fragilidade do sistema político brasileiro é uma consequência das regras eleitorais, sobretudo, das regras do sistema de representação proporcional de lista aberta.

Os efeitos negativos do sistema proporcional trariam implicações importantes para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, nos termos de Mainwaring (1999), e entravaria a democracia, nos termos de Ames (2003). Entre os efeitos “perversos” considerados por estes autores, basicamente, podemos citar: a intensa competição entre candidatos no mesmo território (no caso, nas unidades da Federação) e no mesmo partido; voto personalizado orientando um comportamento individualista por parte dos parlamentares; baixa ou nenhuma influência dos partidos nas decisões de seus membros, o que os torna instituições fracas, com baixo grau de representatividade social e reduzida capacidade de cumprir sua função representativa como intermediador entre as demandas sociais e as políticas públicas produzidas pelo Estado.

O sistema eleitoral brasileiro pode ser muito democrático, mas a abertura e a flexibilidade se dão à custa da fraqueza dos partidos e da personalização da política, o que, por sua vez, leva à corrupção e ao imobilismo das políticas públicas (AMES, 2003, p. 74).

A intensa permissividade conferida pelas regras que atribuem ao eleitor enorme poder na organização das listas partidárias exerce influência decisiva neste processo, uma vez que converte os representantes que concorrem pelo mesmo partido, no mesmo colégio eleitoral, em adversários reciprocamente ameaçadores (MAINWARING, p.19).

Scott Mainwaring, estudioso do sistema político brasileiro e autor de muitos trabalhos sobre o tema - está entre os críticos mais contundentes do sistema eleitoral brasileiro. Entre outras críticas, o autor acentua a fraca institucionalização³ dos nossos partidos políticos, o individualismo e a autonomia dos políticos brasileiros perante sua organização partidária. Somado a isto, a predominância dos sistemas de patronagem, clientelismo e patrimonialismo presentes no sistema estariam entre os fatores que prejudicam o bom funcionamento da democracia no Brasil. Nas palavras do autor, um sistema partidário pouco institucionalizado se caracteriza:

(...) por instabilidade considerável nos padrões de competição partidária, raízes fracas dos partidos na sociedade, baixa legitimidade dos partidos, organizações partidárias fracas. Sistemas partidários fracos funcionam de maneira bem diferente de sistemas altamente institucionalizados, com implicações importantes para a democracia. (...) os sistemas partidários mais institucionalizados ou mais estáveis seriam aqueles, por seu turno, mais informados e lastreados em clivagens sociais. (MAINWARING, 1999).

É sabido que em democracias como a nossa, de “terceira onda”, os partidos não refletem e/ou não são estruturados por um alto grau de clivagens sociais. Por isso, Mainwaring complementa seu argumento dizendo que “em lugares onde as clivagens sociais não explicam a estrutura do sistema partidário” a possibilidade de termos sistemas partidários fracamente institucionalizados é maior “porque os cidadãos são menos vinculados a partidos” e tendem a votar em candidatos de partidos diferentes na mesma eleição e ao longo do tempo, o que eleva as taxas de volatilidade eleitoral (MAINWARING, 1999, p.54)

Mainwaring (1999, p.4) afirma que as elites políticas, com muita frequência, criam partidos para servirem a seus próprios fins e atores estatais frequentemente dissolvem sistemas partidários, com receio de se tornarem uma ameaça. Carvalho (2003) complementa o argumento do autor atribuindo as elites políticas a construção de “regras institucionais destinadas a favorecer partidos *catch-all*, descentralizados, individualistas e indisciplinados, estruturas que conferem a esses atores maior margem de manobra no que se refere a suas

³A institucionalização é entendida por Mainwaring como um “processo, onde uma prática ou uma organização se estabelece e é amplamente reconhecida. O conceito de institucionalização na política implica que os atores têm expectativas claras e estáveis a respeito do comportamento dos outros atores” (Mainwaring, 1999, p.25 *apud* Carvalho, 2003, p. 55).

clientelas políticas”. Isso fez com estes autores cheguem a conclusão de que no Brasil “o sistema partidário tem-se construído de cima para baixo”, emergindo a partir do Estado.

Outro crítico das nossas instituições políticas é Barry Ames. Este autor atribui a estrutura institucional⁴ do país - sobretudo, ao sistema eleitoral, o qual caracteriza como “disfuncional” - o excesso de atores⁵ com poder de veto, fato que cria, em sua opinião, dificuldades para o aperfeiçoamento de democracias como a do Brasil.

“Em qualquer sistema político, a adoção de uma nova linha de ação governamental que se desvia do *status quo* requer a concordância de determinados atores. Quando o número absoluto de atores com poder de obstrução de mudanças, ou *veto-players*, é grande, a inovação política se torna muito difícil. Meu argumento é que o surgimento de um grande número desses atores cruciais é inerente à estrutura institucional brasileira. Em consequência disso, o poder central tem enorme dificuldade para introduzir políticas inovadoras” (AMES, 2003, p.29)

Ames (2003) analisa as estratégias de campanha dos candidatos à Câmara dos Deputados baseando-se nos Deputados que se recandidataram em 1990 e utilizando as emendas apresentadas ao Orçamento da União como indicador da orientação traçada na competição pela vaga. Sua análise fundamenta-se no “comportamento estratégico de políticos racionais”. Nesse sentido, este autor chegou a conclusão que “as estratégias municipais de campanha dos deputados brasileiros” tem relação forte com a dominância política regional e com a “vulnerabilidade de potenciais municípios-alvos à invasão de concorrentes, e às suas próprias trajetórias de carreira” (Ames, 2003, p.125). Dessa maneira, para Ames (2003) os deputados, em sua maioria, procuram manter redutos garantidos, e buscam municípios vulneráveis, para tentar superar sua própria fraqueza eleitoral com barganhas fisiológicas. Nesta situação, de acordo com o autor, esses resultados apontam para um sistema eleitoral que “induz os deputados a prover benefícios para clientelas eleitorais situadas em determinados redutos eleitorais” (Ames, p.30).

A maioria das análises sobre a política brasileira chama a atenção para suas raízes tradicionais e clientelistas. A teoria desenvolvida fundamenta-se no comportamento estratégico de políticos racionais. Diante de um sistema eleitoral que inclui entre suas principais características a representação proporcional de lista aberta, grandes distritos de mais de um representante, candidatos escolhidos no âmbito de subunidades federais politicamente importantes e a possibilidade de reeleição imediata, a maioria dos deputados dá pouca atenção a apelos ideológicos. Em vez disso, procuram manter redutos garantidos, buscam municípios vulneráveis e tentam superar sua própria fraqueza eleitoral com barganhas fisiológicas. (AMES, 2003, p.130)

⁴ Ames (2003, p. 332) se refere, além do sistema eleitoral, às regras de formação de partidos, à natureza da presidência e à separação de poderes entre governo federal, governos estaduais e prefeituras como “instituições disfuncionais”.

⁵ AMES (2003, p.32) inclui o presidente da República, o Senado e a Câmara dos Deputados como atores “institucionais”; e os partidos políticos com representação no Congresso como atores “partidários”.

Outra crítica relacionada aos efeitos perniciosos das instituições políticas brasileiras no comportamento parlamentar diz respeito à responsabilidade pública (*Accountability*). Ames (2003) afirma que o sistema eleitoral ao permitir aos parlamentares formarem alianças bem sucedidas na esfera eleitoral (coligações partidárias), dá margem a enorme ambiguidade na recomposição pós-eleitoral dessas alianças, uma vez que não implica em ações conjuntas na Câmara, dificultando que o eleitor reconheça os partidos como representantes de programas e portadores de vínculos ideológica e socialmente estabelecidos.

O sistema eleitoral brasileiro é extremamente permissivo: dá ampla liberdade aos parlamentares para formarem coligações bem-sucedidas. Ao mesmo tempo, as regras eleitorais dão margem a enorme ambiguidade na recomposição pós-eleitoral dessas alianças. Os eleitores votam em candidatos individuais, mas do ponto de vista formal, os eleitos representam todo o estado, como membros de bancadas plurinominais. As eleições legislativas posteriores geralmente têm pouca relação com as questões políticas que haviam definido a coligação anterior, e muitos pleitos jogam os membros da aliança uns contra os outros. Não admira a facilidade com que os deputados conseguem fugir à fiscalização dos seus eleitores. (AMES 2003, p.61 grifo nosso).

Ames (2003, p.180) também critica o Congresso brasileiro no que diz respeito a relação entre o poder executivo e o poder legislativo. Diz que, comparando-se as instituições políticas de outros países com as nossas, a impressão é que as nossas são muito mais ativas. O problema é que esse ativismo “se volta frequentemente para protelar a legislação até que o Executivo atenda aos pedidos particularistas de pequenos grupos de deputados”. Ames apresenta três causas possíveis do “ativismo obstrucionista” do Legislativo: o multipartidarismo, diretrizes do regimento interno do Congresso e a falta de políticos interessados em legislação de interesse nacional.

As tendências obstrucionistas do Legislativo brasileiro têm três causas possíveis. Uma causa suficiente pode estar na multiplicidade de partidos – numa interpretação estreita da tese dos *veto-players*. Uma segunda causa é de ordem interna: o regimento interno do Congresso pode criar empecilhos ao processo de formulação de políticas, seja propositadamente, seja por consequências imprevistas. A incapacidade de decidir poderia também estar relacionada com as preferências, ou ideologias, dos próprios deputados. Evitar decidir sobre políticas públicas relevantes pode ser uma estratégia deliberada dos parlamentares, seja porque eles estão primordialmente interessados em obter benefícios para suas clientelas, seja porque preferem partidos fracos, não-programáticos, incapazes de agregar demandas societárias (AMES, 2003, p.180).

Ainda sobre a relação executivo-legislativo no Brasil, caracterizada como ineficiente e altamente custosa em função das estratégias que os presidentes tem que realizar para costurar alianças – Ames (2003, p.234-235) nos diz que tal problema implica em difícil superação em função da “estrutura política brasileira que enche o Legislativo de partidos fracos e indisciplinados, bem como de deputados preocupados mais com seu eleitorado pessoal e com seus interesses particulares do que com as grandes questões nacionais”.

Contudo, a maior contribuição que Ames (2003) deu a Ciência Política brasileira, especificamente, a temática da geografia eleitoral relacionada ao comportamento político está relacionada, primeiro, as influências do sistema eleitoral no que toca a configuração geográfica e espacial das bases eleitorais dos parlamentares; segundo, por identificar e construir, a partir de diferentes estratégias operacionalizadas pelos parlamentares, uma taxonomia espacial das bases eleitorais dos deputados, combinando a força da penetração vertical (dominação) da votação do deputado nas municipalidades com a extensão horizontal dessa mesma votação (contiguidade). Assim, os deputados brasileiros podem ser caracterizados de acordo com a distribuição de suas votações no território: concentrados-dominantes; concentrados-compartilhados; dispersos-dominantes e dispersos-compartilhados.

O mérito de ter inovado com a criação de uma taxonomia de bases eleitorais dos deputados brasileiros, não livrou Barry Ames de duras críticas. A mais conhecida e importante diz respeito à **associação que o autor não fez** da existência de incentivos eleitorais distintos a comportamentos legislativos diferenciados. Esse aspecto importante foi destacado primeiramente por Figueiredo e Limongi (2002), depois por Carvalho (2003). De acordo com Carvalho (2003, p. 59), Ames (2003) pecou em enfatizar a predominância de comportamentos fortemente baseados em *pork-barrel* e políticas de cunho distributivista, afirmando que o sistema político brasileiro estimula, sobretudo, “a provisão de benefícios locais, e geograficamente separáveis”.

Embora tenha o mérito de iluminar o que constitui a ponta de nossa conexão eleitoral, Ames não explora com exatidão a natureza dos incentivos gerados pelas distintas configurações geográficas sobre o comportamento parlamentar. Ao contrário, preocupado com os aspectos sistêmicos do arcabouço político-institucional do país, acaba por generalizar um único comportamento no que se refere à ação dos parlamentares brasileiros: a busca de recursos desagregados e de *pork-barrel* para as bases eleitorais, a prevalência da lógica do particularismo. (...) “a impropriedade metodológica da conclusão de Ames parece óbvia: incentivos eleitorais distintos, decorrentes das configurações espaciais diversas dos deputados eleitos, não podem gerar um comportamento único, se entendemos que a conexão eleitoral faz diferença na explicação da ação legislativa” (CARVALHO, 2003, p.60).

Baseando-se no exame de uma série de indicadores de atividade legislativa, Carvalho (2003, p. 212) mostra que a tese do distributivismo de Ames (2003) só se aplica “aos deputados com distribuição geográfica de votos dominantes”:

Por meio dos indicadores os mais diversos da vida legislativa – projetos de lei, requerimentos de informação, discursos em plenário e emendas orçamentárias, além das evidências atitudinais – comprovamos a hipótese segundo a qual o vetor distributivista só se aplicaria, em nosso, caso (Brasil), aos deputados com distribuição geográfica de votos dominantes: o paroquialismo legislativo, a ênfase em benefícios desagregados aparece como adjetivo exclusivo desses representantes. Esta consiste

numa primeira demarcação da perspectiva distributivista. A segunda demarcação decorre de variáveis partidárias que igualmente, mostraram rendimento na explanação das áreas da vida legislativa analisadas: tanto nos dados atitudinais como comportamentais, vimos, por razões já expostas, que o paroquialismo legislativo aparece como vetor mais pronunciado de ação ora dos deputados governistas, ora dos representantes situados à direita do espectro ideológico, ora de ambos os grupos.

Essa verificação parece retirar, assim de ambos os modelos, distributivistas e partidário, qualquer pretensão de exclusividade teórica, no que se refere à compreensão dos aspectos analisados de nosso Congresso; sugere ao contrário, e em consonância com a segunda onda de estudos (perspectiva mais recente) sobre os legislativos, rendimento conjunto para ambas as referências teóricas.

Contrapondo-se a abordagem de Ames (2003), interpretações mais recentes sobre as instituições políticas brasileiras têm rebatido a visão tradicional que atribui ao nosso sistema político um funcionamento marcadamente descentralizado em que os políticos atuam de maneira independente do interesse de seus partidos, onde as regras vigentes estimulariam a ação política personalista na arena eleitoral e influenciariam um comportamento político particularista na arena legislativa implicando em relação paroquial dos parlamentares com relação às suas bases eleitorais, objetivando a reeleição e/ou a manutenção de suas carreiras políticas. De acordo esta interpretação há isto sim, incentivo para o funcionamento coordenado em torno dos partidos e de regras institucionais mais rígidas na arena legislativa que restringem o comportamento individualizado dos políticos.

A interpretação tradicional tem suscitado grande debate entre alguns autores. Pereira e Muller (2003), por exemplo, defendem que “o sistema político brasileiro condensa duas diferentes e antagônicas forças e incentivos institucionais”. De um lado estariam as regras eleitorais proporcionando incentivos para os políticos se comportarem individualmente, fragilizando, assim, os partidos na arena eleitoral. Do outro lado, as regras internas do Congresso e os poderes presidenciais tornando o comportamento dos parlamentares dependente da lealdade aos seus respectivos partidos, fortalecendo estes últimos dentro do Congresso.

De um lado, as regras eleitorais (representação proporcional com lista aberta), o multipartidarismo e o federalismo agindo no sentido de descentralizar o sistema político. De outro lado, as regras internas do processo de decisão dentro do Congresso e os poderes constitucionais do presidente de legislar e de distribuir recursos políticos e financeiros proporcionam grandes incentivos para a centralização desse mesmo sistema (PEREIRA e MULLER, 2003, p.737).

Interessante perceber que essa perspectiva vai de encontro a ideia do funcionamento da conexão eleitoral, sobretudo, enfatiza o poder de coordenação dos partidos no nosso sistema político como um todo. Essa interpretação até aceita que as regras eleitorais criam

incentivos para o comportamento individualista dos parlamentares, fragilizando, assim os partidos, mas somente na arena eleitoral. Na arena legislativa, a suposta lealdade dos parlamentares em relação aos seus respectivos partidos, ao contrário de fragilizar, os fortalece. A ação individual dos parlamentares nas atividades do Congresso fica balizada pelos líderes partidários e pelo Executivo. Tal situação se verifica em função da preocupação dos deputados em obter acessos a benefícios que estão sujeitos à intervenção do partido.

(...) o comportamento partidário na arena legislativa visa a que os membros desse partido extraíam benefícios individuais controlados pelos líderes partidários e pelo Executivo para que sejam utilizados na esfera eleitoral. Daí os partidos políticos serem tão importantes e fundamentais na arena legislativa brasileira (PEREIRA E MULLER, 2003, p. 738).

Percebe-se que a interpretação de Pereira e Muller (2003, p.742) atribui aos partidos um papel importante de coordenação na arena legislativa, principalmente na busca de recursos para atender as demandas de suas bases eleitorais. Neste sentido, Pereira e Muller (2003) usam como exemplo a utilização das emendas ao orçamento, onde os deputados utilizam a prerrogativa de realizarem emendas individuais de forma a oferecer benefícios para seus redutos que grande parte dos “parlamentares utilizam as emendas individuais com políticas cujo objetivo é beneficiar os municípios onde foram bem votados na eleição anterior como forma de maximizar suas intenções eleitorais futuras”.

Neste sentido, a interpretação de Pereira e Mueller (2003) não fica tão distante da perspectiva tradicional no que toca a influência das regras eleitorais sobre o comportamento dos parlamentares e o relacionamento deles com suas bases ou “distritos eleitorais informais”, nos termos da perspectiva tradicional. O fato dos partidos serem atores importantes na coordenação do funcionamento do Congresso não exclui a possibilidade de relações e os incentivos norteados pelas regras do sistema eleitoral.

Outra possibilidade de interpretação está nas análises que revelam a influência dos partidos tanto na arena eleitoral quanto parlamentar. Jairo Nicolau, por exemplo, ressalta que diversos fatores podem determinar o tipo de relação que os deputados desenvolvem com os eleitores durante o mandato, principalmente se “esses são mais ou menos inclinados a prestar algum tipo de atendimento particular aos seus eleitores”. Entre os fatores determinantes do tipo de relacionamento que deputado pode desenvolver com seus eleitores, o autor cita a distribuição de poder no interior do Legislativo, a natureza dos partidos, a possibilidade de transferência de recursos do orçamento para as circunscrições dos representantes, o processo

de seleção de candidatos pelos partidos e as atribuições das unidades subnacionais (NICOLAU, 2007, p.110).

Na percepção de Nicolau (2007, p.110) muitos estudos⁶ têm enfatizado a importância dos estímulos gerados pelos diferentes sistemas eleitorais. Uma premissa presente em tais estudos é que nos sistemas proporcionais centrados no candidato (*Single Transferable Vote* e lista aberta), o deputado tem incentivos para desenvolver atividades que o diferenciem dos seus colegas, sobretudo, por meio de atendimento de demandas específicas, isto é, “atendimento a interesses particularistas, em geral mobilizando projetos clientelísticos ou provendo ações em defesa dos interesses de uma circunscrição eleitoral”. Contudo, Nicolau acredita que não há uma relação necessária entre a lista aberta e o desenvolvimento de atividade parlamentar exclusivamente associada a atender demandas dos eleitores. Existem diferentes tipos de comportamento político no Congresso Nacional, embora os incentivos provenientes das regras eleitorais sejam os mesmos. E justifica sua afirmativa dizendo que:

Um deputado pode, por exemplo, investir esforços na vida legislativa (trabalhos em comissões, liderança parlamentar, apresentação de projetos) e no reforço da reputação partidária (liderança da bancada, atividade de direção partidária). Nesse caso, é fundamental que ele tenha algum canal de exposição de sua atividade para os eleitores, seja por intermédio da cobertura da mídia nacional (ou regional), ou por canais próprios que ele desenvolveu (reuniões com correligionários, distribuição de material impresso e, mais recentemente, via internet). Somente estudos empíricos podem mostrar os reais mecanismos que os representantes desenvolvem para cultivar sua reputação junto aos eleitores em cada país (NICOLAU, 2003, p.110-111).

Figueiredo e Limongi (2002) concordam com a afirmação de Nicolau ao afirmarem que os parlamentares desenvolvem estratégias políticas diferentes uns dos outros e não comungam da ideia de que exista uma relação forte e direta entre as regras eleitorais e o funcionamento do sistema político como um todo. Para eles, o Congresso é formado por deputados que almejam objetivos diferentes entre si, além disso, afirmam que a correlação entre partidos e deputados não fica só na arena legislativa, se estende a arena eleitoral. Nesse sentido, os autores apresentam um argumentam que “parece descabido supor que a sorte eleitoral dos parlamentares filiados a partido situacionistas (da base governista) seja totalmente dissociada da sorte do governo. Quando governos vão mal, seus candidatos à sucessão perdem eleições e seus aliados parlamentares perdem apoio eleitoral” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2002, p. 334).

⁶Nicolau (2007 *apud* BOGDANOR, 1985; CAIN, FAREJOHN e FIORINA,1987; COX e MCCUBBINS, 2001; GALLAGUER, 2005; e SHUGART, 2005). Para saber o título dos estudos, consultar referências bibliográficas desta dissertação.

Na mesma direção Amorim Neto e Santos (2003) afirmam que sempre que o Poder Executivo possuir apoio de uma coalizão estável, as eleições no Congresso podem alcançar níveis mais elevados de eficiência eleitoral. A formação desta coalizão, então, torna-se objeto de interesse do Executivo. Há neste contexto relevância dos partidos na formação da coalizão e na realização de propostas legislativas, ainda que os partidos não sejam significativos para a aprovação de leis no Congresso.

Limongi e Figueiredo (2005) argumentam que mecanismos do interior do Congresso bloqueiam demandas individuais dos parlamentares, especialmente as destinadas a locais específicos, e a porcentagem das que conseguem passar é pequena, sendo isso uma intervenção do próprio Legislativo, o que coloca em cheque a interpretação que apresenta o processo orçamentário como alvo de parlamentares individualistas intencionados em atender interesses localistas via emendas individuais. Nas palavras dos autores

As emendas individuais não são privilegiadas pelo Legislativo. Os regulamentos internos do Congresso garantem às emendas coletivas e às das relatorias a apropriação da maior parcela dos recursos alocados. Emendas individuais representam uma pequena parcela da intervenção legislativa na alocação final dos recursos (pouco mais de 15% do total das emendas). E isso ocorre sem a intervenção do Executivo. Ou seja, como essa é uma decisão interna do próprio Poder Legislativo, tal fato coloca sob suspeição a noção de que o processo orçamentário é orientado basicamente para atender interesses locais ou particularistas de clientelas dos parlamentares (LIMONGI e FIGUEIREDO, 2005, p.765).

Para concluir o argumento que coloca sob suspeita a ideia de que o orçamento é orientado para atender demandas particularistas de clientelas dos Deputados, encontramos em trabalho mais recente de Figueiredo e Limongi o seguinte argumento: os parlamentares não possuem liberdade para a alocação de recursos totalmente de acordo com seus interesses particulares. Embora, um deputado possa, por exemplo, optar por direcionar recursos para uma cidade, “ele não tem a capacidade de dizer em que este gasto consistirá de forma independente. O gasto estará sujeito a um programa proposto pelo Executivo” (Figueiredo e Limongi, 2008).

Para Figueiredo e Limongi o sucesso dos governos brasileiros, no que toca à relação executivo-legislativo, se deve a dispositivos adicionais presentes na Constituição de 1988, como exemplo, a considerável centralização de prerrogativas nas mãos tanto dos líderes partidários no Congresso quanto do Presidente da República. Entre as prerrogativas presidenciais, a de editar medidas provisórias, iniciar matéria orçamentária e requerer urgência em matérias de seu interesse, assim como propor emendas constitucionais. Entre as

competências dos líderes partidários está a designação de membros de comissões (Figueiredo e Limongi, 2006, p. 252-257).

As interpretações apresentadas até aqui, principalmente as mais recentes, oferece indícios que o sistema político brasileiro é mais complexo e abrangente do que pensava a perspectiva mais tradicional. O período democrático pós 1988 alterou significativamente o sistema de incentivos e a ideia de conexão eleitoral, atualmente, parece ser apenas simplificação do nosso sistema. Interpretações mais recentes atribuem importância a características anteriormente consideradas menos relevantes como o conjunto de incentivos e restrições que provêm do sistema eleitoral sobre o comportamento individual dos próprios atores políticos.

Apesar de não haver concordância entre os autores sobre o papel das instituições na conformação das bases eleitorais, partimos do princípio de que as instituições influenciam o comportamento dos parlamentares tanto na arena eleitoral, quanto na legislativa implicando em configuração de bases eleitorais diferenciadas. Entretanto para efeito deste estudo nos interessa investigar, independente da conformação das bases eleitorais, se do ponto de vista da geografia política brasileira os deputados optam preferencialmente por estratégias localistas ou universalistas.

Capítulo 2

A LITERATURA SOBRE GEOGRAFIA DO VOTO NO BRASIL: *uma abordagem metodológica.*

Esse capítulo foi construído com o objetivo de revisar alguns dos principais trabalhos relativos ao fenômeno da geografia eleitoral, procurando destacar neles, mais os aspectos metodológicos, conceituais e hipóteses utilizados pelos autores, e menos às conclusões e resultados a que chegaram, embora isso também seja feito em um momento ou outro. A análise dos dados, bem como a verificação empírica dos padrões de competição político-eleitoral no Brasil, empreendida por nós nesta dissertação nos Capítulos seguintes será norteada pelo que trata o presente capítulo.

Não obstante, a relação eleição/território ofereça inúmeras possibilidades e, sobretudo, razões para trabalhos de pesquisa, a produção de estudos nessa linha ainda é tímida. A literatura sobre geografia eleitoral registra poucas investigações sobre o fenômeno espacial e geográfico das preferências eleitorais. A quantidade diminui mais ainda quando se trata de estudos que contemplam uma dimensão analítica - em termos territoriais - mais ampla. Os trabalhos inaugurais, por exemplo, procuraram estudar o padrão geográfico do voto apenas na perspectiva de estudos de casos, não englobando a totalidade do território nacional.

2.1 Os trabalhos inaugurais sobre geografia do voto no Brasil

Pelo menos seis trabalhos inaugurais sobre geografia do voto no Brasil merecem destaque. O primeiro é o estudo de David Fleischer, publicado em 1976 na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Neste, Fleischer (1976) procurou avaliar a concentração e dispersão eleitoral em Minas Gerais utilizando como parâmetro de análise, as eleições para deputado federal e estadual nos anos de 1966, 1970 e 1974.

Para estabelecer parâmetros de concentração e dispersão do voto, o autor utiliza uma metodologia que busca simular a divisão do Estado de Minas Gerais em pequenas unidades de análise. A simulação destas unidades foi inspirada na divisão por zonas eleitorais a partir dos critérios definidos pelo TRE mineiro em 1940 e ainda em vigor na época da pesquisa. Como o

Estado de Minas Gerais possuía uma enorme quantidade de zonas eleitorais, Fleischer dividiu o Estado em núcleos eleitorais. O núcleo seria formado por um conjunto de zonas eleitorais definidas de acordo com a proximidade existente entre elas⁷. Em seguida, os núcleos foram agregados reduzindo o espaço em oito regiões conforme a divisão político-administrativa estabelecida pelo IBGE à época da pesquisa⁸. O intuito da divisão em zonas, núcleos e regiões era permitir um tipo de avaliação que informasse se a implantação de um sistema de voto distrital no Brasil traria mudanças significativas no quadro político/partidário mineiro. Isto seria verificado após a análise da votação dos deputados federais e estaduais eleitos nessas três eleições, conferindo o resultado de suas votações em cada núcleo e região para verificar se tanto no nível espacial como temporal existiria um padrão concentrado ou disperso no quadro político/partidário mineiro.

A importância do trabalho de Fleischer está no caráter empírico dado a discussão da geografia política. No final dos anos 70, momento de transição de um regime ditatorial para um regime democrático, a discussão sobre o aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro ganhava status acadêmico e acalorava o debate político nacional, principalmente em relação ao antagonismo existente entre duas correntes distintas: defensores do voto distrital e defensores do voto proporcional. Com esse estudo, Fleischer procurou avaliar os efeitos que a adoção do voto distrital traria para o plano político/partidário mineiro.

Vale ressaltar, entretanto, que o trabalho de Fleischer foi construído num cenário marcado por um regime bipartidário, com forte repressão política e limitada liberdade competitiva. Para os padrões atuais, o trabalho de Fleischer segue uma linha metodológica de difícil operacionalização e com relativa complexidade. Talvez por estar em formato de artigo, uma vez que não tivemos acesso aos resultados finais da pesquisa, este trabalho apresenta muitos pontos obscuros carecendo de uma melhor explicação por parte do autor. De qualquer forma, é impossível desmerecer a importância do trabalho de Fleischer como precursor da discussão metodológica sobre geografia do voto no Brasil.

Outra pesquisa tida por pioneira foi realizada em 1981 por Indjaian (*apud* KINZO et al., 2003). Nesse trabalho, a autora utiliza o índice de fragmentação de Rae para medir o grau de concentração/dispersão eleitoral dos deputados federais eleitos pelo MDB paulista em

⁷ Os núcleos foram classificados por ordem de votação. O primeiro núcleo de cada candidato era aquele onde obteve a maior votação.

⁸Na codificação dos dados foram usadas as seguintes regiões: Norte, Jequitinhonha, Rio Doce, Mata, Metalúrgica, Sul, Oeste e Triângulo.

1978, sendo tal índice calculado com base nos percentuais obtidos pelos candidatos nos dez primeiros municípios onde foram mais votados. Segundo Kinzo et al. (2003, p. 47, nota nº 7): “Os resultados indicaram elevada concentração espacial dos votos recebidos pelos deputados eleitos, independentemente do total de votos obtidos, da corrente político-ideológica a que se filiavam ou da experiência política anterior.”

Tanto o estudo de Fleischer (1976) quanto o de Indjaian (1981) foram realizados em um contexto de debates sobre a reforma da legislação eleitoral e do bipartidarismo, onde tínhamos de um lado a ARENA, e do outro, o MDB.

Após esses dois estudos, outro trabalho que merece destaque - por ter dado margem a discussão metodológica do fenômeno da concentração e dispersão do voto - é o artigo de Kinzo (1986), intitulado *A Bancada Federal paulista de 1986: concentração ou dispersão do voto?* Neste ensaio, a autora procura, a partir da análise comparativa das eleições de 1982 e 1986, verificar a distribuição espacial do voto no Estado de São Paulo com intuito de avaliar quais candidatos eleitos em 1986 para o cargo de Deputado Federal poderiam ser considerados distritáveis ou possuidores de uma base eleitoral territorialmente definida. Para ser considerado distritável, o deputado teria que ter 70% de seus votos concentrados nos dez primeiros municípios que mais contribuíram para sua eleição. Caso isso não acontecesse, considerar-se-ia a votação do deputado como dispersa territorialmente, logo, não distritável.

A unidade de análise no trabalho de Kinzo (1986) é o município. O primeiro ponto verificado pela autora é a distribuição espacial do voto por partido, examinando, se os níveis de concentração e/ou dispersão entre os dois períodos eleitorais (1982-1986) aumentaram, diminuíram ou mantiveram-se estáveis.

Em seguida, Kinzo (1986) parte para avaliação dos candidatos, trabalhando o componente, reeleição. Foram considerados apenas os deputados eleitos em 1982 que tentaram reeleição em 1986. O objetivo era observar, na perspectiva de uma base eleitoral concentrada e/ou dispersa, quais deputados conseguiram se reeleger.

Dos 51 deputados federais que tentaram a reeleição em 1986, 33 haviam obtido em 1982 uma votação concentrada. Desses “concentrados”, a maioria (58%) conseguiu se reeleger. Por outro lado, dos 18 deputados considerados dispersos em 1982, 67% não se reelegeram, o que equivale dizer que, em termos relativos, os mais “concentrados” tiveram

mais chances de se reeleger, enquanto que os “dispersos” tiveram uma probabilidade maior de não se reeleger (KINZO, 1986).

Finalmente, a autora, a partir dos critérios definidos para medir a concentração e dispersão do voto, aponta os deputados federais reeleitos e derrotados agrupados segundo o grau de concentração e dispersão eleitoral na disputa pelo voto em São Paulo na eleição de 1982 e 1986. A partir desse panorama, Kinzo (1986) demonstra que a geografia eleitoral em São Paulo no transcurso dessas duas eleições passou por mudanças em seu padrão territorial de competição, ou seja, transitou de uma disputa fortemente concentrada em 1982, para uma disputa com certo grau de dispersão do voto em 1986. A distritalização da competição em São Paulo nesta última eleição não foi sustentada pela pesquisa da autora.

Cabe aqui, menção a uma crítica a metodologia de Kinzo (1986) tecida por Souza (1999) e, diz respeito à relação votos/território para definição dos parlamentares distritáveis. O voto distrital para ser produzido necessita da existência de imediação entre os espaços. A autora ao desconsiderar a proximidade na seleção dos dez primeiros municípios onde os candidatos obtiveram 70% da votação que os elegeu, compromete a definição da distritalização, uma vez que a relação votos/municípios pode não estar em correspondência com a definição geográfica do que se considera distrito.

Um terceiro trabalho que também seguiu o caminho da geografia eleitoral foi o de Fernando Cotrim (1990), que discutiu o assunto na disputa pela presidência da república em 1989. Neste trabalho publicado pelo IBASE, o autor procura avaliar territorialmente o padrão de competição política e a diferenciação regional dos resultados eleitorais naquela eleição.

Como o padrão da disputa pelo cargo do executivo nacional tradicionalmente fica polarizada entre um número muito restrito de candidatos, Cotrim (1990) usou uma metodologia que partiu dos votos absolutos e percentuais dado aos candidatos no primeiro e segundo turno, para medir a distribuição territorial do voto. A unidade espacial de análise utilizado na pesquisa foram os municípios brasileiros que foram posteriormente agregados e divididos em regiões maiores de acordo com as características sócio/econômico/demográficas existente entre elas⁹.

⁹ As regiões foram agrupadas da seguinte forma: Região I- Norte e Centro-Oeste; Região II- Rio Grande do Sul e áreas de influência; Região III- Nordeste; Região IV- Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Espírito Santo e Região V- São Paulo e áreas de influência.

Verificando que entre essas regiões a preferência pelos candidatos que disputavam a presidência da república não se dava na mesma proporção, Cotrim (1990) procurou avaliar os elementos responsáveis por essa diferenciação, como, por exemplo, o porquê de Collor obter maior vantagem no Norte e Centro-Oeste em relação as outras áreas do território nacional.

Outra variável interessante analisada por Cotrim (1990) em sua pesquisa está relacionada à diferenciação entre o voto rural e o voto urbano nas eleições presidenciais de 1989. Em sua análise, existe uma diferenciação significativa, não só espacial, mas de conteúdo entre esses dois tipos de eleitores. Por exemplo, segundo o autor, o eleitor rural tem um voto mais conservador em relação ao eleitor urbano.

Para analisar essa questão, o autor baseou-se no levantamento efetuado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, segundo o qual todos os municípios com menos de 20.000 habitantes podem ser considerados como rurais uma vez que tendem a se comportar eleitoralmente de maneira muito semelhante às áreas predominantemente rurais. Essa metodologia modificou a proporção do eleitorado urbano e rural em relação aos dados populacionais do IBGE daquele ano¹⁰.

Além desse critério, o autor também introduziu uma categoria complementar: o eleitorado tipicamente urbano, considerando como tal todas as cidades com mais de 90.000 eleitores, o que representava na época cerca de 44% do eleitorado (COTRIM, 1990).

Por fim, Cotrim (1990) avaliou os resultados da pesquisa a partir de um conteúdo puramente ideológico, subdividindo os votos atribuídos aos candidatos que disputavam a presidência em duas categorias: progressistas e conservadores. Como voto progressista foi considerado todo àquele voto dado aos candidatos de esquerda e centro-esquerda e como voto conservador aqueles dado aos candidatos de direita e centro-direita, tanto no primeiro quanto no segundo turno¹¹.

Para efeito de ilustração, demonstramos abaixo alguns trechos do trabalho de Cotrim (1989, p. 25-26) que nos permitem observar a operacionalização de sua metodologia:

No norte e centro-oeste, o voto conservador prevaleceu no primeiro e segundo turno tanto no campo como na cidade [...] No nordeste a situação já se modifica. O voto

¹⁰ Segundo os dados do IBGE ilustrados no trabalho de Cotrim a população urbana correspondia em 1989 a 74% e a rural 26%. Nos critérios adotados pelo autor o eleitor urbano passou a corresponder a 66% e o rural a 33%.

¹¹ Como no segundo turno a disputa se polarizou apenas entre dois candidatos um de direita e outro de esquerda (Collor e Lula) foi mais fácil avaliar a concentração e dispersão do voto segundo os aspectos ideológicos.

progressista levou ligeira vantagem no primeiro turno, mas a situação é invertida no segundo quando Collor conseguiu mais 10% de vantagem [...] Na região do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo, o voto progressista prevaleceu nos dois turnos, apesar da ligeira vantagem de Collor na área rural durante o segundo turno [...] Na área de influência do voto Gaúcho, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e sudoeste do Paraná o voto progressista prevaleceu tanto no campo como na cidade nos dois turnos [...] São Paulo e áreas de influência ofereceram os dados mais controvertidos da eleição, uma vez que foi aí que se observou a maior volatilidade dos votos, de acordo com a categorização adotada (COTRIM, 1989, p. 25-26)

Na década de 90, uma nova safra de cientistas políticos começou a se interessar pela geografia eleitoral. No Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, por exemplo, dois trabalhos produzidos como dissertação de mestrado refletem o resgate do tema como assunto de discussão acadêmica. O primeiro foi o trabalho de José Luciano de Mattos Dias intitulado *O Jogo e os Jogadores: legislação eleitoral e padrões de competição política* defendido em 1991, e o segundo foi o trabalho de Nelson Rojas de Carvalho defendido em 1996 sob o título: *Concentração e Dispersão do Voto: um estudo da geografia eleitoral e dos padrões de competição política no Brasil*.

Metodologicamente os dois trabalhos, em alguns momentos, seguem técnicas parecidas, mas distanciam-se em termos do objeto da investigação, das variáveis analisadas e dos procedimentos para tratamento dos dados.

O trabalho de Dias (1991) procurou avaliar os padrões geográficos de competição política a partir da análise comparativa do processo eleitoral em dois Estados brasileiros: Paraná e Rio de Janeiro. O foco da análise do autor foram as eleições para o legislativo federal e estadual nesses dois estados, utilizando como material investigativo a competição de 1982 e 1990 para o caso do Rio de Janeiro e as eleições de 1982, 1986 e 1990 no caso do Paraná¹².

Semelhante ao trabalho de Kinzo (1986), o objetivo da investigação do autor foi avaliar, a luz da votação concentrada ou dispersa dos candidatos, o grau de distritalização existente nesses dois estados. Contudo, a operacionalização metodológica seguiu um procedimento completamente diferente.

Primeiro, no capítulo 3, o autor, para medir o grau de concentração e dispersão do voto, considerou apenas os candidatos eleitos nessas disputas e desprezou os votos dos candidatos não eleitos. Na votação dos candidatos eleitos, o autor definiu dois grupos básicos

¹²O autor esclarece que os dados das eleições de 1986 no Rio de Janeiro não permitiram uma avaliação da distribuição territorial do voto.

de candidatos: os distritáveis e os não distritáveis. Foram considerados candidatos distritáveis todos aqueles que obtiveram mais de 50% de sua votação no máximo em duas zonas eleitorais contíguas e os candidatos não distritáveis foram todos aqueles que não preencheram este requisito. Como se pode perceber, a unidade espacial de análise nesta fase do trabalho foram as zonas eleitorais. Já no capítulo 4, será o município que assumirá a unidade espacial de análise comprometendo as conclusões e as comparações espaciais entre o que é distritável e não distritável (DIAS, 1991).

A partir desses procedimentos, Dias (1991) vai mostrando como no intervalo dessas eleições vai se definindo a competição política nesses dois Estados e o comportamento dos candidatos ante a possibilidade de uma competição concentrada ou dispersa territorialmente.

Posteriormente, analisa os candidatos a partir de sua relação com os partidos, os posiciona de acordo com critérios ideológicos: partidos de esquerda e de direita¹³. Os partidos vistos em sua dimensão individual não foram considerados na elaboração da análise do autor. Estabeleceu um procedimento que dividiu o espaço competitivo entre capital (municípios limítrofes) e interior, de forma a verificar o peso dessas duas esferas territoriais tanto no processo de distritalização como também na distribuição das cadeiras.

Já no capítulo 4, Dias (1991) procurou obter uma visão aproximada do padrão de competição política no âmbito geográfico, utilizando para isso o conhecido índice de fragmentação de Rae ligeiramente modificado. Como se sabe, esse índice assume a forma matemática de uma soma de percentuais elevados ao quadrado, sensível tanto ao valor assumido pelos vários percentuais como ao número de percentuais em que se divide a unidade. A modificação introduzida pelo autor adotou o inverso desta fórmula¹⁴.

O objetivo desta modificação segundo Dias (1991, p. 106) foi “introduzir um critério mais intuitivo ao índice. Se a votação em uma dada circunscrição estiver excessivamente concentrada em apenas um candidato, o valor do índice se aproxima de 1, ou seja, existe apenas um ‘candidato efetivo’. No caso de uma votação dispersa dá-se o inverso.”

Na consideração de uma votação concentrada ou dispersa entre os candidatos Dias (1991) estabeleceu um limite na consideração dos candidatos em disputa. Este limite utilizou

¹³O autor não considerou o centro como um grupo ideológico.

¹⁴ O índice de fragmentação de RAE modificado pelo autor assume a seguinte fórmula: $S = \frac{1}{(P1) + (P2) + (P3) + 222}$

apenas os candidatos que obtiveram ao menos 0,5% da votação total (incluindo-se brancos e nulos) de cada circunscrição. Para o autor, os candidatos com menos de 0,5% dos votos não se constituem como um competidor relevante no plano local. Semelhante ao critério utilizado no capítulo 3 de sua dissertação o espaço geográfico do Estado do Paraná e Rio de Janeiro foram divididos entre capital e interior¹⁵.

A análise de Dias (1991) começou pela associação do índice com o número de eleitores presentes em cada circunscrição. Nesta fase de sua análise a hipótese levantada pelo autor indica que a concentração ou dispersão dos votos pelos vários candidatos seria função do universo de votos em disputa. Neste sentido, ele procurou perceber se o tamanho do eleitorado determinaria o grau de concentração ou dispersão dos votos.

Para isso, na determinação da relação entre o tamanho do eleitorado e o grau de concentração ou dispersão, o autor estabeleceu uma associação linear entre o fenômeno e uma escala de dimensão dos vários eleitorados. “Quanto a este primeiro aspecto, a resposta é francamente negativa. O teste de regressão linear não revelou qualquer associação relevante dos índices com a dimensão da circunscrição” (DIAS, 1991, p. 62).

Posteriormente, o autor dividiu o padrão de competição nas circunscrições entre quatro cenários competitivos: alta concentração, baixa concentração, baixa dispersão e alta dispersão. Na situação em que a circunscrição apresenta alta concentração do voto o valor do índice deve situar-se abaixo de 4,4; baixa concentração, entre 4,5 e 6,5; baixa dispersão, entre 6,6 e 11,1, e alta dispersão, acima de 11,2 (DIAS, 1991).

Esses cenários foram sendo gradativamente testados nos dois Estados tanto para o legislativo estadual quanto para o federal, sendo que no aspecto territorial a análise se processou em três níveis: Estado, capital e interior.

No caso dos municípios do interior, Dias (1991) ainda estabeleceu uma divisão de espaços em três grupos: no grupo I foram agrupadas as cidades com mais de 40.000 votantes em cada eleição; no grupo II estão as cidades com número de eleitores entre 40.000 e 10.000; e, no grupo III situam-se as cidades com menos de 10.000 votantes. Feita esta divisão o autor

¹⁵ Na capital do Rio de Janeiro, por exemplo, o índice de concentração foi estabelecido para cada uma das 25 zonas eleitorais e no interior para cada um dos 63 municípios, tanto ao nível federal como estadual. No Paraná o procedimento foi diferente uma vez a capital, Curitiba, por apresentar um peso relativo muito menor que a cidade do Rio de Janeiro não teve necessidade da divisão em zonas.

procurou avaliar as transformações sofridas em cada um dos grupos, de acordo com o índice construído para identificar o padrão concentrado ou disperso da competição.

Diferente do trabalho de Dias (1991), o trabalho de Nelson Rojas de Carvalho (1996) apresenta uma dimensão analítica em termos territoriais muito mais ampla, uma vez que procurou estudar o padrão geográfico do voto não apenas na perspectiva de um estudo de casos, mas englobando a totalidade do território nacional. Para isso, utilizou como cenário as eleições para deputado federal realizadas em 1994. O universo de análise para a composição do estudo foram os municípios brasileiros, por se constituírem, segundo ele, na unidade política central em que se estabelece a escolha do eleitor¹⁶.

Carvalho (1996) procurou identificar padrões de concentração e dispersão dos votos existentes no território nacional. Para isso, realizou sua análise em três dimensões espaciais. Num primeiro momento analisa o espaço eleitoral pelo prisma dos municípios brasileiros tentando encontrar um padrão de concentração ou dispersão do voto. Num segundo momento agrega esses municípios em Estados e posteriormente agrupa-os em regiões. A intenção do autor é descrever as similitudes e discrepâncias entre municípios, estados e regiões no que diz respeito aos padrões de competição político-eleitoral.

Na operacionalização dos dados, Carvalho (1996) utilizou o índice de fragmentação de Rae invertido, mesmo índice utilizado por Dias (1991). A partir da determinação desse índice, Carvalho (1996) também construiu quatro possibilidades na identificação do padrão de competição política nos municípios, Estados e Regiões: concentração alta, concentração média, dispersão alta e dispersão média¹⁷.

Na análise municipal, Carvalho (1996) ainda introduziu um corte selecionando as cem maiores cidades com maior número de eleitores no país com o intuito de observar se o tamanho do eleitorado exercia alguma influência no padrão concentrado ou disperso da competição política. Em seguida, aplica ao modelo, novas variáveis estabelecendo uma correlação entre variáveis de natureza sócio-demográficas (renda, tamanho do eleitorado, grau de urbanização e nível de escolaridade) com a variável concentração e dispersão eleitoral para perceber se o nível de desenvolvimento do território tinha alguma relação com o padrão concentrado ou disperso da geografia eleitoral.

¹⁶A época da pesquisa existiam 5.017 municípios no país.

¹⁷A distribuição de frequência utilizada na identificação desses cenários não foi estabelecida no trabalho do autor.

Num momento posterior, Carvalho (1996) abandona a divisão do espaço em municípios, Estados e regiões e adota as microrregiões geográficas como parâmetro espacial de avaliação do padrão concentrado ou disperso do voto.

Para o autor, as microrregiões geográficas se apresentam como distritos políticos naturais, para o caso de adoção do sistema majoritário no Brasil. Na análise das microrregiões como espaço de competição política, o autor adotou dois focos de análise. No primeiro foco procurou estabelecer mecanismos eleitorais que possibilitassem às microrregiões geográficas transformarem-se em microrregiões distritáveis. Para tanto identificou dois procedimentos distintos, o primeiro relacionado ao quociente eleitoral e o segundo ao número mínimo de votos necessários para eleger um deputado federal em cada estado:

[...] utilizando-se para efeito de cálculo o quociente eleitoral dos respectivos estados somente 20% das microrregiões geográficas do país aparecem com o número suficiente de eleitores para constituírem um distrito [...]. Pelo critério do número mínimo de votos, verifica-se que a grande maioria – em torno de 90% - das microrregiões geográficas se qualificam como distritos políticos, ou seja, apresentam um número de eleitores suficiente para eleger um deputado federal. Por esse segundo critério, portanto, praticamente todas as microrregiões podem ser tratadas como distritos (CARVALHO, 1996, p. 39)

No segundo foco, o autor procurou verificar em que medida as microrregiões apresentam uma disputa bem distribuída ou restringida a um número reduzido de candidatos. Nesse momento, ele utiliza o mesmo índice utilizado nos municípios para verificar o número de candidatos efetivos que competem em cada unidade microrregional. Além disso, procurou relacionar outros indicadores ao padrão de competição das microrregiões: correlação entre magnitude do eleitorado e número de candidatos por microrregião e relação existente entre variáveis de natureza sócio demográficas e a quantidade de candidatos existentes em cada microrregião¹⁸ (CARVALHO, 1996).

Em outro momento da análise Carvalho (1996) procurou estabelecer os padrões de competição entre as capitais dos Estados e as cidades do interior na intenção de verificar o peso da representação dessas duas esferas espaciais na representação congressional.

Como se pode observar, o trabalho de Carvalho (1996) tem o mérito de incluir na discussão da geografia do voto questões de natureza sócio demográficas como elementos explicativos do padrão disperso ou concentrado de votação entre os espaços. Entretanto,

¹⁸ O autor não deixou claro no trabalho os procedimentos de natureza metodológica que o permitiu estabelecer estas correlações.

algumas críticas têm sido feitas ao seu trabalho, principalmente em relação ao aspecto metodológico. Um dos mais sérios críticos deste trabalho é Paulo Tafner (1997), que em trabalho acadêmico para o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) teceu algumas considerações ao exercício do autor.

Para Tafner (1997) um dos principais problemas do trabalho de Carvalho (1996) está no fato de ter utilizado como método de identificação do padrão concentrado ou disperso de votação o índice de fragmentação de Rae. Para ele não faz sentido utilizar esse índice no âmbito municipal em uma competição em que o espaço de disputa se estabelece no território estadual¹⁹.

Mais recentemente emergiu outra leva de trabalhos sobre geografia do voto no Brasil com o objetivo de compreender a dinâmica da competição eleitoral na relação entre os candidatos e suas bases eleitorais. Abaixo apresentamos alguns destes novos estudos, bem como suas contribuições analíticas e metodológicas.

2.2 As pesquisas mais recentes sobre geografia eleitoral: inovações metodológicas

Parte desse conjunto de novas pesquisas elegeu os pleitos proporcionais como foco de investigação. Observamos que o objetivo central da maioria desses trabalhos tem sido o de verificar o impacto da legislação eleitoral sobre comportamento legislativo, bem como identificar padrões de competição político-eleitoral em pleitos proporcionais para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

Dentre outras hipóteses, uma principal tem movido a maioria dessas pesquisas, a de que a geografia do voto de cada parlamentar, mais do que qualquer outra variável, determinaria o perfil de sua atuação na arena legislativa. Pelo menos dois estudos sistematizam a discussão nestes termos. Um, é o livro de Barry Ames, “*Os entraves da Democracia no Brasil*”. O outro é o de Nelson Rojas de Carvalho “*E no início eram as bases: geografia do voto e comportamento legislativo*”, ambos lançados em 2003.

Esses dois trabalhos merecem especial atenção por terem se tornado referencia entre as pesquisas sobre geografia do voto no Brasil, sobretudo, pelas inovações metodológicas aplicadas em suas pesquisas. Vamos a eles!

¹⁹Pertinentes críticas ao estudo de Carvalho (1996) podem ser encontradas em: TAFNER, Paulo. Geografia do Voto: Concentração e Dispersão. Diálogo Com Um Autor. Mimeo: IUPERJ, 1997.

Uma ideia já bastante difundida presente no trabalho de Ames (2003, p. 100) diz que no Brasil, “fazer campanha por uma cadeira no Congresso é competir por espaço”. E pondera explicando que “esse espaço pode ser ideológico, mas na maioria das vezes significa espaço físico”. Essa luta por espaço levou o autor a inovar metodologicamente criando uma taxonomia de quatro tipos que combina penetração vertical de votos nos municípios (dominância) com a cobertura horizontal, isto é, a concentração e dispersão dos votos nesses municípios (contiguidade). Usando essa taxonomia, o autor classificou os deputados em quatro tipos: concentrados-dominantes, concentrados-compartilhados, dispersos-dominantes e dispersos-compartilhados.

No primeiro tipo, **concentrados-dominantes**, o deputado domina um grupo de municípios contíguos. Muitas vezes reflete relações tradicionais de empreguismo e clientelismo entre os políticos e os eleitores e pode se desenvolver quando líderes locais competentes ascendem da posição de vereadores para a de prefeitos ou deputados estaduais. Ames (2003, p.66) afirma que no Brasil, há uma preponderância do tipo concentrado-dominante, o clássico reduto eleitoral, sobretudo, nos rincões mais pobres da federação.

No segundo tipo, **concentrados-compartilhados**, o deputado tem votação numa área restrita, entretanto, disputa, compartilha votos com muitos outros candidatos, não sendo dominante. Esse padrão é verificado em grandes cidades metropolitanas, sobretudo, em megacidades como São Paulo. Nesses lugares, certos setores do eleitorado podem ser tão grandes que sozinhos são capazes de eleger grande quantidade de deputados (*Idem*, p.69).

No terceiro tipo, **dispersos-compartilhados**, o deputado tem votos dispersos pelo território, não sendo dominante em nenhum município. Reflete o padrão de votação dos representantes que buscam votos em setores do eleitorado, que embora coesos e fieis, são numericamente pouco expressivos. É caso de representantes de grupos étnicos ou religiosos. Os candidatos que procuram esses setores geralmente costumam coalizões em pequenas faixas de muitos municípios (*Idem*, p.70).

E por último, **dispersos-dominantes**, o qual Ames divide em dois tipos: os que fazem acordo com líderes políticos locais e os que já ocuparam cargos na administração estadual. O deputado é dominante em muitos municípios não necessariamente contíguos. Nesse padrão estariam os deputados que exerceram cargos relevantes de poder como secretários de Estado,

ministros e outros, com capacidade de alocar recursos desagregados e estabelecer acordos com chefes políticos locais e regionais (*Idem*, p.72).

A abordagem de Ames (2003) sobre geografia eleitoral torna-se interessante por adotar uma perspectiva com enfoque institucional. Para o autor as instituições se apresentam como uma das variáveis mais importantes na produção de determinadas estruturas políticas no território. A base institucional se torna fundamental para o entendimento dos padrões de competição eleitoral porque determina o comportamento e as estratégias utilizadas pelos atores (candidatos, partidos e eleitores) durante o jogo político e pode influenciar nos resultados do jogo em cada arena territorial em que a competição se realiza.

[...] o foco deste livro converge para as instituições [...] procuro iluminar a influencia das estruturas formais da política no desempenho dos políticos e nos resultados do processo político. As principais instituições da política brasileira incluem o sistema eleitoral, a Presidência da Republica e o Legislativo (AMES, 2003, p. 22).

Ames (2003, p.22) procurou demonstrar em seu livro que essas instituições são “indissolvelmente ligadas”, pois “o sistema eleitoral influi ao mesmo tempo nos tipos de candidatos que concorrem às eleições, em suas estratégias de campanha e na maneira como se conduzem no poder”. Enfatiza também que as regras eleitorais afetam sobremaneira o numero de partidos políticos viáveis e sua coesão e disciplina.

O segundo trabalho que merece destaque é o de Nelson Rojas de Carvalho (2003). Este autor inicia seus escritos fazendo uma abordagem teórica sobre os estudos legislativos do Congresso norte-americano e sua adaptação para o modelo brasileiro. Realiza estudo de geografia do voto a partir dos resultados eleitorais dos pleitos de 1994 e 1998 para o cargo de Deputado Federal. Toma por base a dimensão clássica (dispersão/concentração) dos estudos inaugurais, bem como a dimensão dominância criada por Ames (2003).

Da mesma forma que Ames (2003), Carvalho (2003) também utiliza a análise institucional para medir os mecanismos de relacionamento dos parlamentares com suas bases eleitorais a partir de padrões territoriais perfeitamente delimitados. Não obstante a existência das mesmas regras eleitorais, Carvalho (2003) enfatiza que o mercado de votos se estrutura de forma diferenciada, dependendo de um conjunto de fatores presentes em cada unidade geográfica particular, que torna cada território uma arena política com formato competitivo próprio, diferentes uma das outras na forma e no conteúdo da representação. Por outro lado,

de acordo com o autor, a conformação geográfica das bases municipais dos candidatos responde em grande medida por suas ações e decisões políticas na esfera parlamentar.

Além dos aspectos citados, Carvalho (2003) também reelaborou o conceito de conexão eleitoral²⁰, ao apresentar comprovação empírica sobre a diversidade de comportamentos dos parlamentares em suas ações legislativas como consequência das diferentes conformações de suas bases eleitorais. Com base em densa massa de evidências (projetos de lei, emendas ao orçamento, requerimentos e discursos em plenário), procurou comprovar que o comportamento político de cunho localista, que até então influenciava a maioria das análises sobre representação e territorialidade, é próprio dos parlamentares com perfil eleitoral de um tipo específico, o dominante. Existe, entretanto, segundo as conclusões do autor, maior diversidade de comportamento parlamentar como subproduto de múltiplas formas de relacionamento dos deputados com suas bases eleitorais.

Outro trabalho relevante sobre geografia eleitoral é o de Souza (2006). Procurando identificar a existência de algum padrão de competição política que explicasse a relação que se estabelece entre os deputados e os municípios, analisou a geografia do voto dos deputados eleitos no estado do Pará em dois períodos consecutivos – 1998 e 2002, incorporando dois níveis de representação, as eleições para deputado estadual e federal.

A pesquisa de Souza (2006) sustentou a hipótese de que as regras eleitorais que regulam o processo competitivo brasileiro se aliavam a determinadas características socioeconômicas presentes nas municipalidades para produzir padrões diferenciados de relacionamento entre os candidatos e o território. Adotando também uma perspectiva institucional, explica que a influência das regras no processo territorial de competição política é derivada da combinação de três mecanismos institucionais: o sistema proporcional, a lista aberta e voto uninominal que tornam os deputados e não os partidos atores centrais no mercado eleitoral.

Souza (2006) analisa a geografia do voto a partir de duas perspectivas: do parlamentar em relação aos eleitores e dos eleitores em relação aos parlamentares. Chega a conclusão de

²⁰ A idéia de conexão eleitoral parte da premissa que os deputados utilizam o mandato legislativo para expandir os laços pessoais com seus eleitores, através da provisão de bens públicos territorialmente localizados.

que além da base institucional, isto é, das regras eleitorais, o padrão geográfico de competição depende de determinadas características presentes no território que influenciam nos resultados eleitorais e na produção de determinadas estratégias por parte dos atores políticos, confirmando, deste modo, sua hipótese.

Do ponto de vista operacional e metodológico utilizou a taxonomia introduzida na análise territorial brasileira por Barry Ames (2003), abordada por nós há pouco²¹. De acordo com Souza (2006, p. 171-172) a relação que melhor explicou o padrão de competição territorial no Pará foi o padrão concentrado-compartilhado. Isto significa dizer que a grande maioria dos deputados eleitos naquele estado, tanto nas eleições legislativas federais quanto estaduais, recebem votos concentrados territorialmente, mas não dominam a maioria dos municípios em que recebem seus votos. O autor justifica o padrão encontrado da seguinte maneira:

[...] tal padrão se estabelece devido ser eleitoralmente mais vantajoso para o parlamentar delimitar um fragmento geográfico e desenvolver esforços para manter a fidelidade do eleitor municipal a determinados nomes do que estabelecer ações territorialmente mais distribuídas, o que acarreta maiores custos e maiores incertezas quanto aos resultados. Contribui para isso, a dimensão física do Estado, pois, segundo as evidências apresentada pela literatura e confirmada no caso paraense, nos estados pequenos e com reduzidas unidades municipais torna-se fácil para os deputados movimentarem-se e fecharem acordos com lideranças locais no Estado inteiro. No estado Pará, entretanto, a dimensão territorial tem efeito contrario, pois, como o estado é muito grande, mesmo que não disponha de muitos municípios, torna-se difícil e oneroso para os deputados fecharem acordos com lideranças muito dispersas. Por esta razão, no caso paraense, a concentração é mais vantajosa.

De Deus (2006) objetivando verificar a interação entre o novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal em contextos políticos denominados de oligárquicos, adotou a hipótese de que a reforma institucional tem poder para alterar práticas políticas apontadas pela literatura municipalista como verticais, antiprogressistas ou conservadoras. O aspecto relevante do trabalho deste autor para nós diz respeito a sua constatação, por meio do Numero de Partidos Efetivos (N), da Geografia Eleitoral (mapas de votação) e de um modelo econométrico que ocorreu uma reorientação das disputas eleitorais para as prefeituras dos municípios do Ceará e Piauí nos anos de 1996, 2000 e 2004. A competição política municipal tornou-se mais inclusiva e incorporou novos atores (partidos políticos) ao processo decisório nas instâncias subfederadas municipais. Segundo De Deus (2006, p.185):

²¹ Para entender as estratégias competitivas desenvolvidas pelos candidatos, Souza (2006) utilizou uma taxonomia que classifica a relação dos políticos com o território a partir de quatro situações particulares: dominantes-concentrados, compartilhados-concentrados, dispersos-compartilhados e dispersos-dominantes.

A trajetória da distribuição geográfica do voto captou eficazmente esta mudança nos ditos “contextos oligárquicos”. A hegemonia de alguns partidos no plano nacional se disseminou nos subsistemas partidários estaduais e municipais (caso do PSDB e da tendência centrista surgida com o atual multipartidarismo), rompendo assim, a estrutura partidária conservadora anterior.

De Deus (2006, p.186) seguindo esta linha argumentativa, constatou que a geografia eleitoral figurou como “suporte empírico que comprova a tese da desoligarquização dos antes denominados “contextos” ou “subsistemas partidários municipais oligárquicos”, por refletir um mercado político de padrão mais competitivo, fragmentado, aberto, democrático.

Um dos achados relevantes da pesquisa deste autor no que toca a geografia espacial do voto no Ceará e Piauí é a verificação do “fracasso direitista como eixo orientador das opções político-partidárias naqueles subsistemas políticos municipais” (De Deus, 2006, p.186). A macro-tendência registrada exhibe explicitamente a contínua derrocada do outrora todo poderoso PFL nas eleições de 1996, 2000 e 2004.

Outro trabalho que veio se somar aos estudos de geografia eleitoral foi de Josiana Saugo (2007), a qual analisou a distribuição espacial do voto e os aspectos da Conexão Eleitoral no Rio Grande do Sul entre os anos de 1994 a 2006. A pesquisadora utilizou procedimentos metodológicos semelhantes ao de Carvalho (2003) para investigar os padrões de votação dos Deputados Estaduais eleitos naquele estado, realizando comparações entre tipologias de votação com o partido dos deputados. Explorou a definição de conexão eleitoral realizando pesquisa e análise: a) das emendas orçamentárias aos projetos do orçamento da 49ª e 50ª Legislaturas da Assembleia Gaúcha, classificando-as por área e perfil; b) das proposições de projetos de leis individuais dos deputados, comparando-os e situando-os por área, perfil e partido de autoria.

Um aspecto importante verificado por Saugo (2007) diz respeito à reclamação de crédito pela proposição das emendas orçamentárias individuais e distributivistas pelos deputados frente aos seus eleitores, destacando a importância das emendas para a reeleição dos parlamentares que a propõem.

Suas conclusões afirmam que há uma tendência à queda do número de representantes com votação concentrada dominante (redução eleitoral) e dispersa não dominante, bem como uma tendência ao aumento da quantidade de parlamentares com votação concentrada e não dominante e dispersa e dominante. Conclui, ainda, que, na maioria dos casos, os deputados

estaduais gaúchos não recompensam as dez cidades em que receberam maior percentual de votos com emendas orçamentárias (SAUGO, 2007).

Neves (2010) realizou uma pesquisa sobre geografia do voto dos deputados federais eleitos pelo Piauí nas eleições que vão de 1994 a 2006, totalizando quatro disputas eleitorais. Observou que o padrão de votação que é regra no estado do Piauí é o disperso-dominante. Ressalta, nesse sentido, que há indicação de que tem pouca sustentação a ideia de uma distritalização de fato no Piauí, ideia sustentada por estudos inaugurais da geografia do voto. Verificou que a alta taxa de reeleição observada nos pleitos, bem como a trajetória política dos deputados piauienses são fatores que explicam o padrão encontrado. Sua pesquisa apontou que Deputados considerados “ideológicos” ou “de esquerda” tiveram padrão de votação concentrado-compartilhado, convergindo com a literatura que destaca que tal padrão é observado em deputados que militam em causas operárias, como é o caso dos filiados ao Partido dos Trabalhadores.

A despeito do consenso entre alguns autores de que a produção acadêmica nessa linha de pesquisa ainda é ínfima frente as possibilidades de investigação, as pesquisas abordadas por nós nesta seção, bem como a diversidade de metodologias adotadas para as investigações sobre geografia eleitoral e definição de padrões de competição político-eleitoral apontam para um gradativo crescimento da produção acadêmica sobre este tema no Brasil.

Sem entrar no mérito das inferências derivadas das investigações expostas acima, não podemos deixar de mencionar que a limitação empírica, e por vezes metodológica de alguns desses estudos, compromete o alcance e a possibilidade de generalização de suas conclusões. Isso serve também para a presente pesquisa. Daí a necessidade de se adotar critérios, tais como: realizar investigações mais abrangentes, eleger procedimentos metodológicos mais consolidados e apropriados ao que se quer descobrir, testar e/ou confirmar hipóteses.

De alguma maneira, esta dissertação pretende juntar-se a outros estudos no fito de iluminar os diversos tipos relacionamentos que a representantes podem ter com o território, originando comportamentos políticos distintos em arenas políticas distintas, que por sua vez, resultam em padrões geográficos de competição eleitoral possivelmente diferenciados.

Capítulo 3

PADRÕES GEOGRÁFICOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: *concentração e dispersão eleitoral*

Neste capítulo, abordaremos os padrões geográficos de competição eleitoral existentes no Brasil, tendo como foco de análise, a votação dos Deputados Federais nos pleitos de 2006 e 2010. Sempre que possível e necessário, faremos referência a autores e a estudos de geografia eleitoral para melhor compreender e/ou interpretar as estratégias utilizadas pelos parlamentares para a construção e manutenção de suas bases eleitorais. Nesse sentido incorporamos na investigação uma tipologia de construção de bases eleitorais a partir dos indicadores de concentração *versus* dispersão de votos, utilizados nas análises mais recentes, e assim, apontar para os tipos possíveis de relacionamento que os deputados estabelecem com o município. Além disso, procurou-se analisar, se do ponto de vista do tamanho e da ideologia partidária é possível encontrar um padrão de competição eleitoral predominante operando no mercado de votos brasileiro.

3.1. A organização dos dados e o percurso metodológico

Alguns autores como (Carvalho, 2003; Souza, 2006) avaliaram o processo de concentração e dispersão eleitoral no espaço geográfico a partir de duas perspectivas, uma com foco centralizado nos candidatos e objetivando medir - a partir da votação individual deles - se essa votação está distribuída entre poucos ou muitos municípios. A segunda coloca em destaque o espaço geográfico e procura investigar: o grau de interesse e participação da população pelo processo eleitoral e se essa competição política está concentrada entre muitos ou poucos candidatos.

Em função dos objetivos deste estudo, decidimos eleger a primeira perspectiva. Procuramos analisar - a partir da votação individual de cada deputado federal eleito para a 53ª e 54ª Legislaturas, eleições de 2006 e 2010, respectivamente - se essa votação, em relação ao conjunto dos municípios que compõe cada estado da federação - está concentrada em poucos ou dispersa em muitos municípios.

Para realização desta pesquisa foram coletados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral - TSE dados referentes à votação individual, por município, de 505 dos 513 Deputados Federais do Brasil eleitos nos pleitos de 2006 e 2010. A votação dos oito Deputados do Distrito Federal não entrou para o universo da pesquisa por uma questão de incompatibilidade operacional dos dados. Ocorre que os candidatos ao cargo de deputado federal competem por votos tendo como espaço dessa competição cada distrito eleitoral ou unidade da federação e seus respectivos municípios. Dependendo das estratégias utilizadas pelos candidatos durante a competição, os resultados podem refletir padrões diferenciados de votação (concentrado ou disperso/dominante ou compartilhado). No caso dos deputados do Distrito Federal, isso não ocorre, uma vez que os votos emanam de uma única localidade, o distrito Federal, a votação individual reflete todo tempo um padrão concentrado de votos.

Na operacionalização dos dados, para a percepção de um padrão geográfico concentrado ou disperso por parte dos deputados, foi utilizado um procedimento matemático, que procurou quantificar o nível de participação dos parlamentares na distribuição da votação. Dentre os diversos índices disponíveis, optamos pelo índice proposto por Rein Taagepera utilizado na literatura política para avaliar o componente partidário dos sistemas políticos, a partir da conferência do número de partidos efetivos e o grau de fracionalização de desproporcionalidade na relação entre partidos, votos e conferência de representação. Antes de descrevê-lo, achamos conveniente realizar um breve comentário sobre o índice que deu origem a ele, ou melhor, que lhe serviu como base de cálculos. Falo do *índice de concentração de Herfindal-Hirschman (HH)*, como ficou conhecido em homenagem aos seus autores.

O *Índice de Concentração de Herfindal-Hirschman (HH)* é calculado de maneira bastante simples: $(HH): \sum p^{2i}$ (exemplo prático: onde p_i é a proporção do mercado de votos controlado pelo candidato p_i). O índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, maior a concentração (Nicolau, 2005, p.599).

A título de exemplo, imaginemos o mercado de votos de uma determinada circunscrição eleitoral, com cinco candidatos a Deputado Federal, cada um deles com a seguinte fatia dos votos dessa circunscrição: 40%, 30%, 15%, 10% e 5%. O *índice HH* seria calculado da seguinte forma: $(0,40 \times 0,40) + (0,30 \times 0,30) + (0,15 \times 0,15) + (0,10 \times 0,10) + (0,05 \times 0,05)$. O resultado da operação é igual a 0,29. O índice *HH* é tomado como base de

cálculo para outros índices, inclusive para o índice que adotamos para este estudo, o de Taagepera.

O cientista político norte-americano Douglas Rae (1967) sugeriu um novo índice para mensurar a concentração/dispersão de votos em uma eleição, ou das cadeiras no Legislativo. Como a preocupação de Rae era mensurar a dispersão e não a concentração, ele simplesmente inverteu o resultado do *HH*, subtraindo-o de 1: *Índice de fracionalização de Rae (F): 1 - HH* (Nicolau, 2005, p.599).

Se no lugar dos candidatos do exemplo anterior, imaginarmos cinco partidos com as mesmas distribuições de votos no Legislativo, teríamos um índice $F = 0,61$ ($1 - 0,29 = 0,61$). O índice de Rae também varia de 0 a 1, onde (0), em um Parlamento, por exemplo, um partido controla todas as cadeiras e (1), cada cadeira do Parlamento seria ocupada por um partido diferente.

De acordo com Nicolau (2005, p.599) o *Índice Rae (F)* foi bastante utilizado na ciência política em importantes trabalhos comparativos da década de 1970, entre eles o influente *Party and Party Systems*, de Giovanni Sartori, publicado em 1976. O autor ressalta também que os cientistas políticos Jan-Erik Lane e Svante Ersson (1994, p.113-135) utilizaram a medida de fracionalização para mensurar a dispersão étnica e religiosa de alguns países.

Mais recentemente, Marku Laakso e Rein Taagepera (1979) propuseram um novo índice, o *número efetivo de partidos (N)*, para mensurar a dispersão/concentração. O *N* também toma o *HH* como base para cálculo: *Número efetivo de partidos de Laakso e Taagepera (N): 1/ HH*.

No exemplo anterior, com cinco partidos (40%, 30%, 15%, 10% e 5%) o *número efetivo de partidos* seria igual a 3,5. Tanto o *Índice de Rae (F)* quanto o *Índice de Taagepera(N)* são variações sobre o *Índice Herfindal-Hirschman de (HH)*. Contudo, desde os anos 1980, este último índice (Taagepera) tem sido utilizado com mais frequência pela Ciência Política, sobretudo, nos estudos comparativos sobre sistemas eleitorais e sistemas partidários (Nicolau, 2005, p.599).

Qual seria a razão da predileção dos Cientistas Políticos pelo *Índice de Taagepera (ou Índice do número efetivo de partidos)*? Segundo Nicolau (2005) diversos autores (Sartori,

1982, p.35; Taagepera e Shugart, 1989, p.39; Lijphart, 1994, p.69) consideram o índice mais fácil de visualizar em termos concretos.

Para efeito da análise empreendida por nós neste estudo, fizemos uma ligeira modificação no *Índice de Taagepera* que passou a medir não a fragmentação partidária, mas, a fragmentação da votação dos deputados em relação aos municípios em que eles receberam votos dentro do distrito eleitoral ou *constituency*²² em que disputavam as vagas. Nesse sentido, o índice passou a assumir a distribuição da votação dos candidatos no interior do sistema representado pelos distritos eleitorais que compõe o universo geográfico do Brasil, no caso os 26 estados e seus 5.565 municípios²³. O procedimento consiste em aplicar à votação dos deputados eleitos o índice supracitado²⁴.

O índice proposto por Taagepera (e modificado em função dos nossos objetivos) pode ser descrito a partir da seguinte formulação:

$$T = \frac{\sum_{i=1}^{\infty} \frac{(P_i - P_{i+1})}{i} - HH^2}{\sqrt{HH} - HH^2}, \text{ onde:}$$

$$HH = \sum_{i=1}^{\infty} P_i^2 \text{ (Índice de Herfindahl-Hirschman)}$$

$P = S_i/S$ = fração correspondente do i -ésimo componente em relação ao conjunto.

Ao aplicar o índice na votação territorial dos deputados eleitos nos pleitos 2006 e 2010, obtivemos uma variação dentro de uma escala de valores que vai de 0,0604 a 0,9706 em 2006 e 0,0628 a 0,9356 em 2010. Agora, nosso índice passou a assumir a distribuição da votação dos candidatos no interior do sistema representado pelos distritos eleitorais (Estados)

²² De acordo com Nicolau (2000 *apud* Ames, 2003, p.133) a palavra *constituency* (usada no reino Unido) refere-se a uma unidade básica das divisões territoriais nas quais um corpo de eleitores elege representantes para o Legislativo numa eleição. Corresponde a *circonscription* na França, *riding* no Canadá, *district* nos Estados Unidos, *wahlkreis* na Alemanha. Vale ressaltar ainda que a noção de distrito eleitoral tem sido largamente usada para tornar comparáveis essas diversas unidades eleitorais. Por extensão, *constituency* também pode ser entendida como o eleitorado ou a base eleitoral de um político.

²³ Como já informamos, o Distrito Federal ficou fora por razão, agora, óbvia: o índice apresentaria um único valor, 1,0, uma vez que as oito vagas do Distrito são disputadas em uma única localidade, isto é, um único distrito.

²⁴ Carvalho (2003) adotou o índice de fragmentação Rae, invertido; Ames (2001) adotou a medida I de Moran para avaliar o grau de concentração/dispersão espacial dos votos de deputados federais.

que compõe o universo geográfico do país. Foi-nos aconselhado normalizar o índice segundo o padrão de distribuição do eleitorado nos diversos estados, o que implicou em alterações residuais, mas que foi fundamental para a operacionalização dos conceitos. Assim, após a normalização, nosso índice passou a assumir uma escala de valores que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a distribuição da votação dos deputados nos Estados ou distritos eleitorais em relação aos municípios; quanto mais próximo de 0, mais dispersa. Os valores situados próximos a 0,5 foram considerados como situação limite entre a concentração e dispersão de votos, conforme abaixo:

- 0 a 0,50 – situação de dispersão de votos, isto é, a votação do deputado está dispersa no distrito eleitoral em que compete por uma cadeira parlamentar; dizendo de outra maneira, a votação está distribuída em muitos municípios;
- 0,50 a 1,0 – situação de concentração de votos. A votação do deputado está concentrada em poucos municípios.

Por padrões de competição política entender-se-á aqui da mesma forma que em Ames (2003, p.133): “a tendência de um estado a eleger deputados por distritos eleitorais (informais)”. Nesse sentido, os deputados podem ter votação dispersa ou concentrada em relação ao conjunto de municípios do estado por onde compete por uma vaga no parlamento. Além disso, o candidato pode ter votação dominante ou compartilhada. O município ou conjunto de municípios para os quais o parlamentar volta as suas ações na arena legislativa constitui sua zona de dominância política, onde se estabelece uma relação clientelista de atendimento de demandas em troca de votos. Na realidade, Ames não define o conceito de dominância de maneira direta, apresenta-o em diversas passagens ao longo do texto. Em seu trabalho “*Electoral Strategy Under Open-List Proportional Representation*” (1995 *apud* Silva, 2010) encontramos uma passagem onde o autor, de maneira mais explícita, fala do conceito:

Legalmente, os candidatos buscam votos em qualquer lugar em seus estados, mas na realidade, a maioria limita suas campanhas geograficamente. O padrão espacial resultante tem duas dimensões no nível estadual, cada uma baseada na performance municipal. (...) Definimos a *dominância municipal* de cada candidato como o percentual de votos do candidato com relação ao total de votos direcionados a todos os membros de todos os partidos. Estes percentuais representam a dominância dos candidatos no nível municipal. (...) Candidatos com elevadas médias ponderadas dominam seus municípios chave; aqueles com baixas médias ponderadas compartilham seus municípios chave com outros candidatos. (AMES, 1995, p. 409, *apud* SILVA, 2010 tradução deste autor).

3.2 Padrões geográficos de competição eleitoral no Brasil e Regiões: *concentração e dispersão*

Aqui, começamos a responder as questões que colocamos como prioritárias neste estudo. Um propósito inicial consiste em saber, qual padrão geográfico de competição eleitoral pode ser verificado no Brasil nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara dos Deputados?

Analisando os dados, chamou-nos atenção inicialmente, um percentual considerável de deputados com votação concentrada tanto no conjunto do país, quanto nas diversas regiões, bem acima de 50%, com destaque em 2006, para as regiões Sudeste (78,2%), Centro-Oeste (75,8%) e Norte (70,8%), ficando estas, acima da média nacional (67,9%), conforme **Tabela 1** e **Gráfico 1**. Em 2010, esse quadro praticamente se repetiu, permanecendo as regiões Sudeste (79,9%) e Norte (73,8%) com percentuais superiores ao do total do país (68,5%).

Os dados nos levam a concluir que existe um padrão concentrado operando na competição política brasileira. Dizendo de outra maneira, **o formato da competição eleitoral no Brasil - nos pleitos eleitorais em questão - segue um padrão caracterizado pela concentração territorial do voto por parte por deputados**, padrão este, destoante do encontrado por Carvalho (2003) quando analisou a geografia política do voto dos deputados federais nos pleitos de 1994 e 1998. Este autor encontrou um equilíbrio entre deputados eleitos com votação concentrada e os deputados com votação dispersa. Sua verificação apontou para um padrão de competição eleitoral caracterizado por relevante estabilidade²⁵, fruto, diga-se de passagem, da operacionalização do conjunto de regras advindas do nosso sistema eleitoral.

Detectamos, inicialmente, que, para o conjunto do país, a fragmentação não representava a exceção [...] Verificamos, do ponto de vista nacional, o equilíbrio entre deputados eleitos com votação concentrada e os deputados de votação fragmentada. Nosso sistema proporcional – em sua operacionalização – parecia contemplar de forma praticamente equânime tanto a fragmentação como a concentração de votos [...] **os deputados eleitos têm por origem distritos informais caracterizados por notável estabilidade** (CARVALHO, 2003, p.97, destaque nosso).

²⁵ Como veremos mais a diante, a estabilidade encontrada por Carvalho (2003) foi predominante no nosso estudo, apenas na região Nordeste.

Tabela 01 – Padrões geográficos de competição eleitoral: concentração e dispersão, Brasil e Regiões, Eleições de 2006 e 2010.

Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2006				2010			
	Concentração		Dispersão		Concentração		Dispersão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Brasil	343	67,9	162	32,1	346	68,5	159	31,5
Norte	46	70,8	19	29,2	48	73,8	17	26,2
Nordeste	85	56,3	66	43,7	88	58,3	63	41,7
C. Oeste	25	75,8	08	24,2	18	54,5	15	45,5
Sudeste	140	78,2	39	21,8	143	79,9	36	20,1
Sul	47	61,0	30	39,0	49	63,6	28	36,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

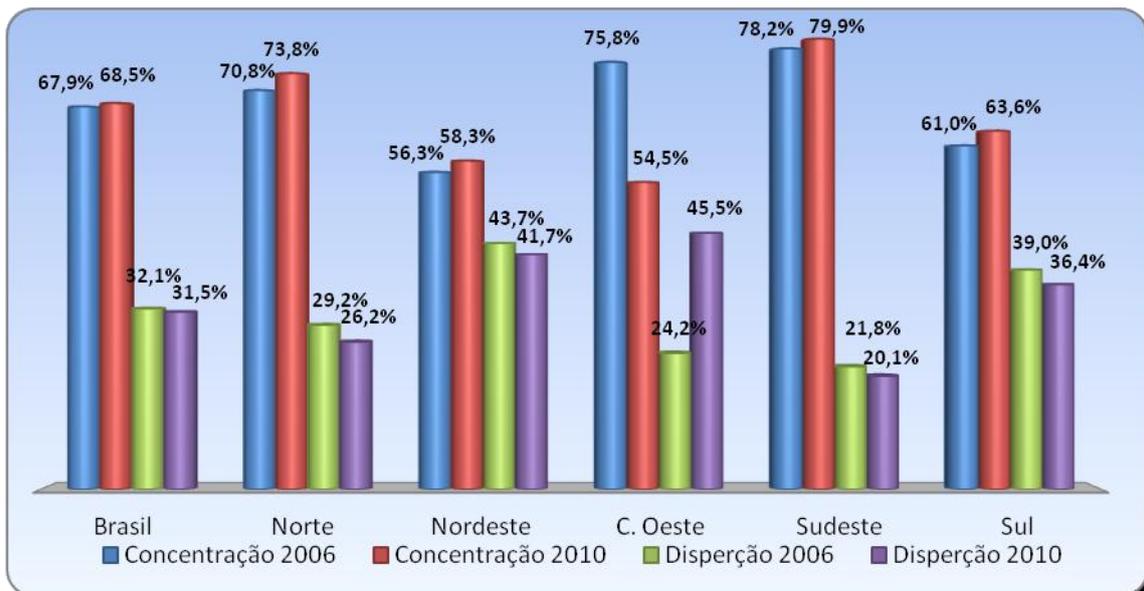


Gráfico 01 – Padrões geográficos de competição eleitoral: Concentração e Dispersão, Brasil e Regiões nas Eleições de 2006 e 2010.

Esse formato de competição eleitoral, caracterizado pela concentração territorial do voto já foi bastante criticado por alguns autores. Martins (1983), por exemplo, afirma que a dispersão territorial dos votos no Brasil é uma exceção, quando não deveria ser, pois, um sistema proporcional, que em sua operacionalização, se mostra concentracionista – quando deveria retratar correntes de opinião compartilhadas pelos eleitores na totalidade da circunscrição territorial - é razoável dizer que há algo de errado com esse sistema, no mínimo seu princípio orientador está desfigurado. Nas palavras do autor:

A constatação de que no Brasil a dispersão espacial dos votos não é a regra e, sim, a exceção precisa ser encarada de frente: trata-se de um efeito contraditório, uma consequência não esperada da premissa proporcional. Para funcionar como se supõe que deve funcionar, o voto proporcional tem que se mostrar capaz de cumprir sua missão específica que é a de retratar as correntes de opinião compartilhadas pelos eleitores que votam (tanto concentrada, quanto dispersamente) na totalidade da circunscrição territorial. Se, em lugar de fazer isso, o sistema vigente limita-se a conferir mandatos a representantes de interesses locais (municipais ou microrregionais) ...somos forçados a reconhecer que de fato há algo de errado com o método proporcional que estamos praticando (MARTINS, 1983, p. 149).

Realizando crítica ao caráter limitado dos estudos inaugurais de geografia eleitoral no Brasil Bolívar Lamounier (1982, p.30) nos diz que o quadro de elevada concentração eleitoral apontado por aqueles estudos, caso se confirmasse em outros Estados, estaríamos, de fato, “testemunhando a frustração de um dos valores mais caros à representação proporcional”: a possibilidade de colher votos numa circunscrição territorial ampla, “atendendo, supostamente, a correntes de opinião, e não a meros contornos geográficos criados por lei”.

Comparando os dois períodos eleitorais, cabem ainda pelo menos três observações que nos ajudam a responder parcialmente o problema de pesquisa, motivo principal do presente estudo: **existem diferenças significativas nos padrões geográficos de competição eleitoral dos parlamentares e dos partidos políticos entre as regiões e estados brasileiros? Seria possível identificar, em meio a possíveis variações, regularidades?** A resposta será parcial porque trataremos primeiro dos padrões de competição eleitoral dos parlamentares e depois, dos partidos políticos quanto ao tamanho e a ideologia partidária.

Obs. 01: houve um sensível crescimento dos deputados com base eleitoral concentrada tanto no conjunto do país (de 67,9% para 68,5%, diferença de 03 deputados a mais com votação concentrada) quanto no restante das regiões (02 deputados no Norte; 03 no Nordeste; 03 no Sudeste; 02 no Sul). A exceção foi a região **Centro-Oeste**. O percentual de deputados com o padrão concentrado dessa região diminuiu (de 75,8% em 2006 para 54,5% em 2010, equivalente a 07 deputados a menos); já o do padrão disperso aumentou (de 24,2% em 2006 para 45,5% em 2010, equivalente a 07 deputados a mais). Aqui nesta região, talvez uma tendência ao equilíbrio entre os padrões concentrado e disperso votação.

Obs. 02: entre os dois períodos eleitorais, se comparada às demais regiões e ao conjunto do país, **a região nordeste refletiria o padrão encontrado por Carvalho (2003) para conjunto do país, pois, foi a única que apresentou certa estabilidade** entre os percentuais de deputados eleitos com votação concentrada e dispersa, respectivamente, 56,3%

e 43,7% em 2006 e 58,3% e 41,7% em 2010. A estabilidade referida poder ser mais bem visualizada no **Gráfico 01**.

Obs. 03: verificamos que a Região Sudeste foi a que apresentou maior percentual de deputados assumindo um perfil de votação concentrada tanto em 2006 quanto em 2010, 78,2% e 79,9%, respectivamente, apresentando ligeiro crescimento.

Destas observações emergem as respostas que procurávamos. Existem poucas diferenças nos padrões de competição eleitoral dos parlamentares do ponto de vista regional. O padrão predominante entre as regiões é o caracterizado pela concentração espacial do voto, refletindo o padrão nacional, onde a região Sudeste destaca-se apresentando o maior percentual de deputados concentracionista, em torno de 80%. As variações identificadas envolvem a região centro-oeste, onde os dados sugerem uma tendência ao equilíbrio entre os padrões concentrado e disperso de votação, única variação, e a região Nordeste chamando a atenção para a persistência da estabilidade entre os padrões.

3.3 Padrões geográficos de competição eleitoral nas unidades da federação: *concentração e dispersão*

Se do ponto de vista nacional e regional o padrão de competição é predominantemente concentrado, com poucas variações entre as regiões, resta-nos saber se esse quadro reflete a competição eleitoral nos os estados da federação.

Em 2006 a maioria dos estados da região norte apresentou percentuais elevados de deputados com o padrão concentrado de votação, bem acima da média nacional. Tirando o **Pará** (41,2%) e o **Tocantins** (50,0%) o percentual médio dos cinco estados restantes foi de quase 88,0% ostentando um padrão concentrado de votos. Em 2010, a despeito de algumas poucas variações, o padrão concentrado continua predominante nessa região. O estado do Tocantins teve 37,5% a mais de deputados com esse padrão; já os estados de Roraima e Rondônia tiveram diminuição, de 100,0% para 87,5%, o primeiro, e de 75,0% para 50,0%, o segundo, conforme **Tabela 2, Gráfico 2**.

Tabela 02 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Norte, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2006				2010			
	Concentração		Dispersão		Concentração		Dispersão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
NORTE	46	70,7	19	29,3	48	73,8	17	26,2
Acre	07	87,5	01	12,5	07	87,5	01	12,5
Amazonas	07	87,5	01	12,5	07	87,5	01	12,5
Amapá	07	88,0	01	12,5	07	87,5	01	12,5
Pará	07	41,2	10	58,8	09	52,9	08	47,0
Rondônia	06	75,0	02	25,0	04	50,0	04	50,0
Roraima	08	100	00	00,0	07	87,5	01	12,5
Tocantins	04	50,0	04	50,0	07	87,5	01	12,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

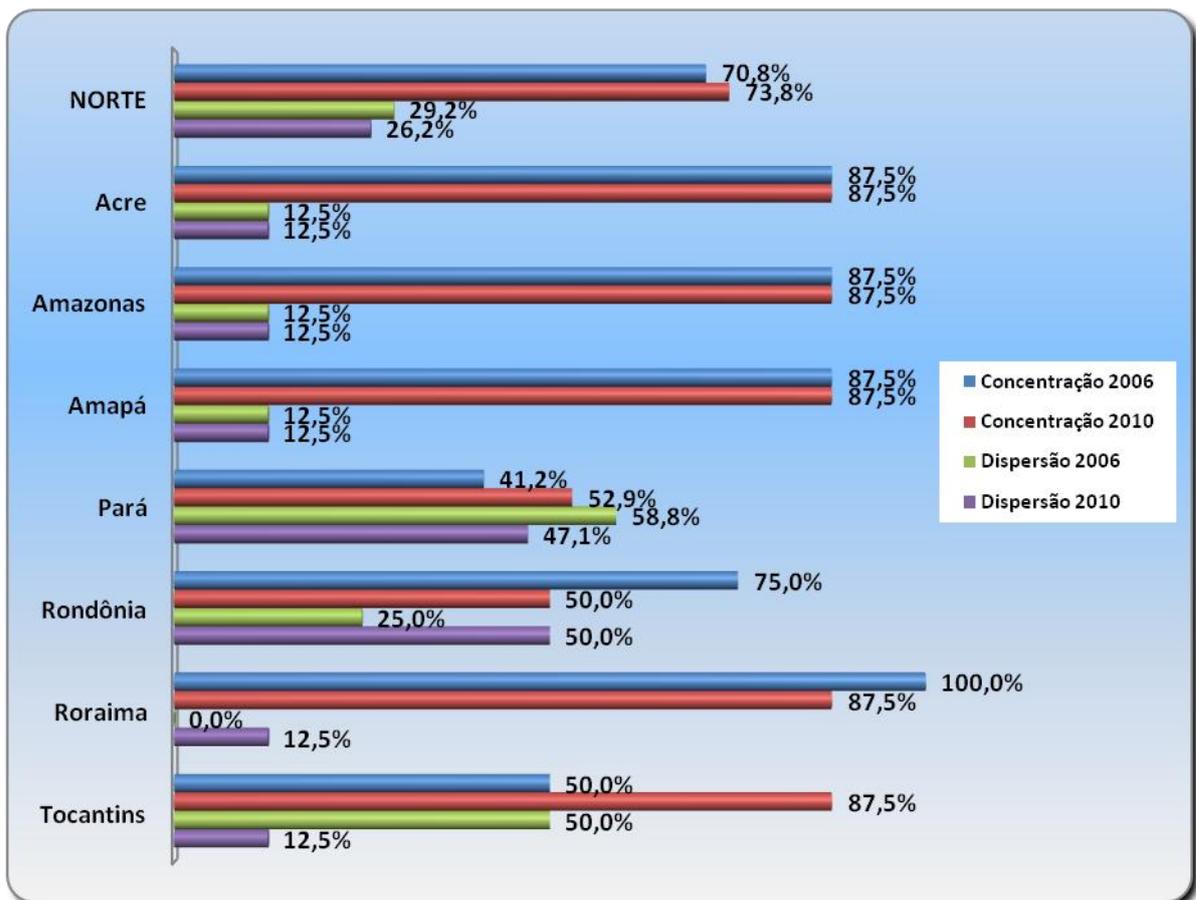


Gráfico 2-Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Norte 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Na região nordeste, na eleição de 2006, a diferença entre as médias do padrão concentrado (58,88%) e disperso (41,18%) foi em torno de 18%, o que poderia sugerir inicialmente certo equilíbrio entre os padrões não fosse, em 2010, essa diferença subir para 35,63%, indicando não mais um equilíbrio, mas uma crescente tendência e predominância do padrão concentrado.

Tabela 3 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Nordeste, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2006				2010			
	Concentração		Dispersão		Concentração		Dispersão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
NORDESTE	85	56,3	66	43,8	88	58,3	63	41,7
Alagoas	06	66,6	03	33,3	07	77,7	02	22,2
Bahia	23	59,0	16	41,0	18	46,1	21	53,9
Ceará	12	54,5	10	45,4	11	50,0	11	50,0
Maranhão	09	50,0	09	50,0	11	61,1	07	38,9
Paraíba	07	58,4	05	41,7	07	58,3	05	41,7
Pernambuco	11	44,0	14	56,8	14	56,0	11	44,0
Piauí	06	60,0	04	40,0	08	80,0	02	20,0
Rio Grande do Norte	05	62,5	03	37,5	06	75,0	02	25,0
Sergipe	06	75,0	02	25,0	06	75,0	02	25,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

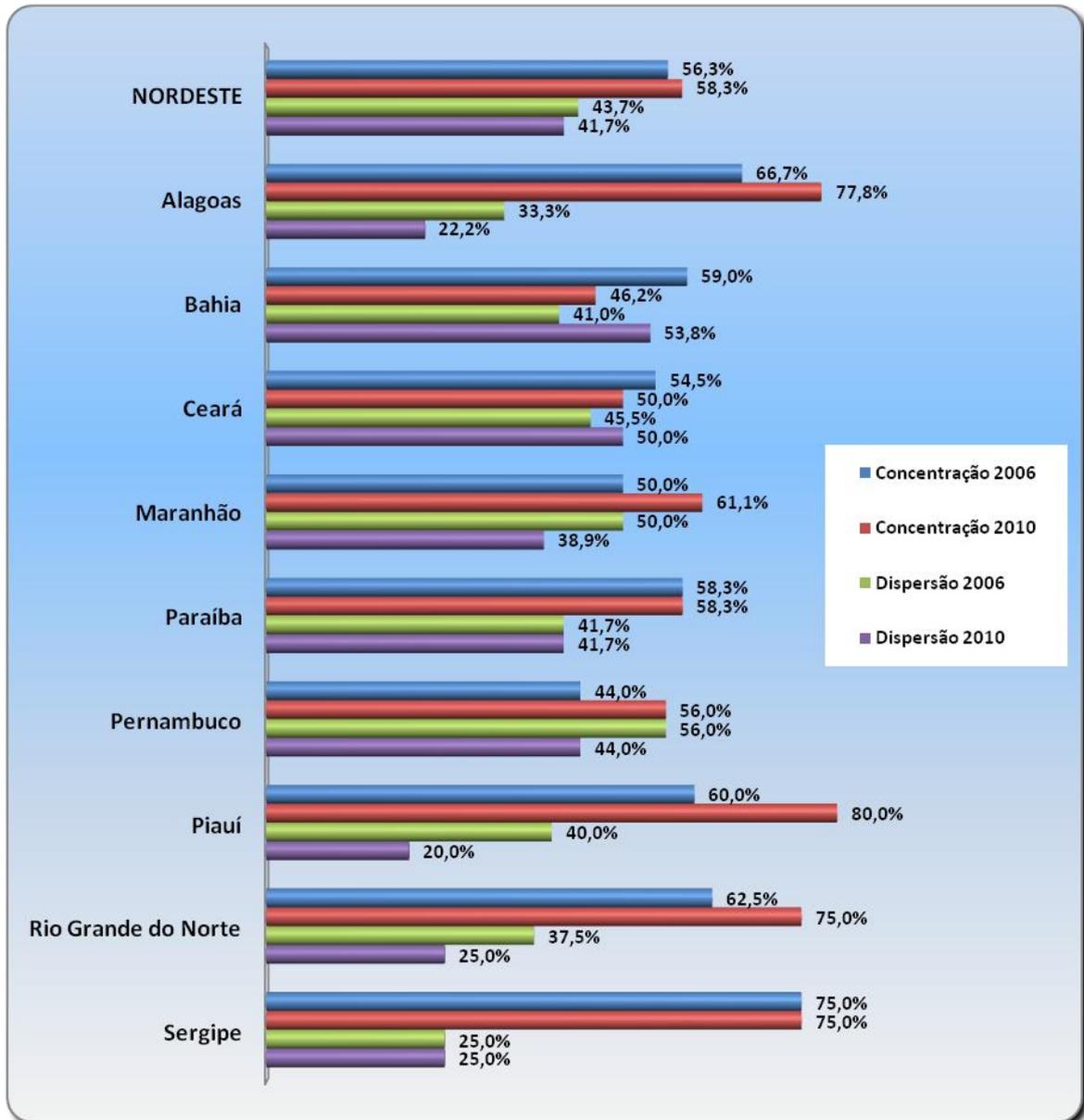


Gráfico 3-Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Nordeste 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Diferentemente do que aconteceu com a região Nordeste que saiu de um equilíbrio entre os padrões em 2006 para um padrão mais concentrado 2010, a região Centro-Oeste saiu de um padrão mais concentrado em 2006 e pelo que os dados sugerem, a caminho do equilíbrio entre os padrões em 2010. Apenas o **Mato Grosso do Sul** continuou apresentando maior percentual de deputados com padrão concentrado conforme se vê na **Tabela 4, Gráfico 4**.

Tabela 4 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Centro-Oeste, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2006				2010			
	Concentração		Dispersão		Concentração		Dispersão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
C. OESTE	25	75,7	08	24,3	18	54,6	15	45,5
Goiás	11	64,7	06	35,3	08	47,0	09	53,0
Mato Grosso	07	87,5	01	12,5	04	50,0	04	50,0
Mato Grosso do Sul	07	87,5	01	12,5	06	75,0	02	25,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

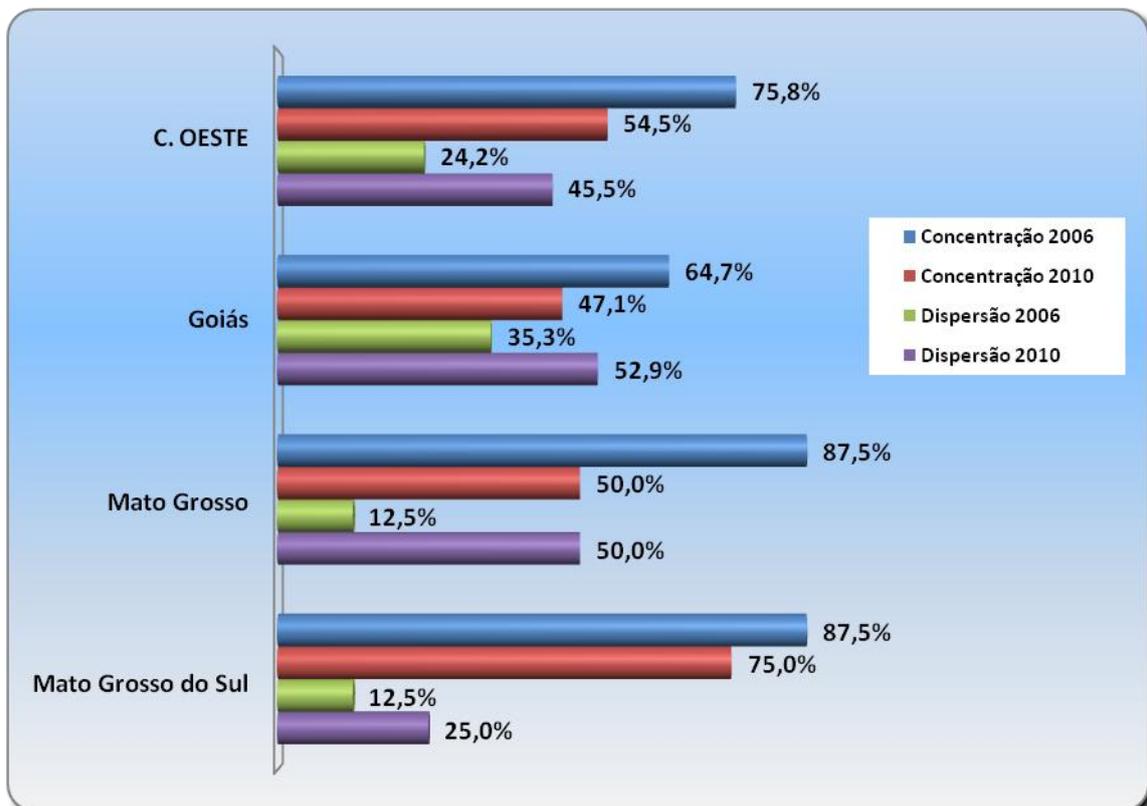


Gráfico 4-Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Centro Oeste 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Na região Sudeste, considerando os dois pleitos eleitorais, o padrão concentrado de votação é o predominante. Os maiores percentuais desse padrão na região foram os dos estados de **São Paulo** (90,0% e 87,3), **Rio de Janeiro** (84,8% e 89,1%) e **Minas Gerais**

(62,2% e 67,9%). O Espírito Santo apresentou perfeito equilíbrio entre os padrões concentrado e disperso, conforme **Tabela 5, Gráfico 5**.

Tabela 5 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Sudeste, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2006				2010			
	Concentração		Dispersão		Concentração		Dispersão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
SUDESTE	140	78,2	39	21,8	143	79,9	36	20,3
Espírito Santo	05	50,0	05	50,0	05	50,0	05	50,0
Minas Gerais	33	62,2	20	37,7	36	67,9	17	32,1
Rio de Janeiro	39	84,8	07	15,2	41	89,1	05	10,9
São Paulo	63	90,0	07	10,0	61	87,2	09	12,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

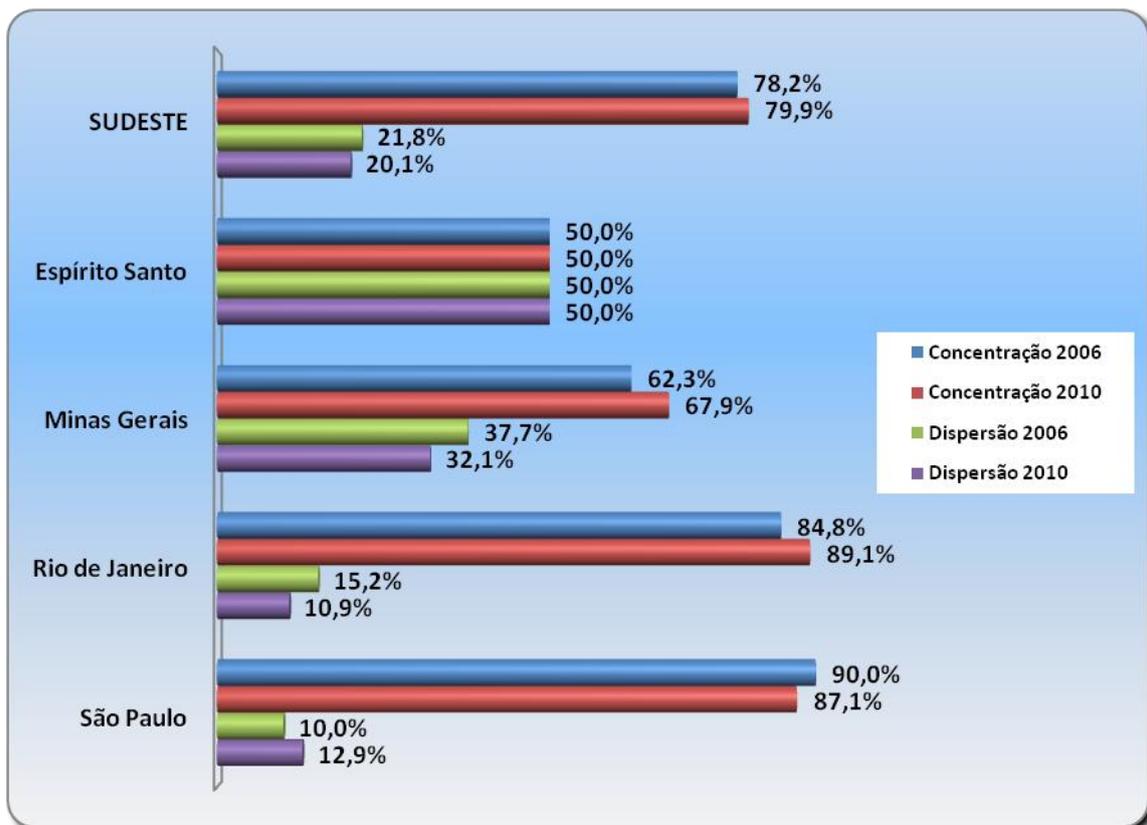


Gráfico 5-Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Sudeste 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Na região Sul, considerando as duas eleições, o padrão concentrado também é regra. Contudo, essa região abriga o único distrito eleitoral do Brasil que apresentou como via de regra, o padrão disperso de votação, o Paraná. Além disso, apresentou os maiores percentuais

de deputados com padrão disperso de votação em relação ao país como um todo, conforme **Tabela 6, Gráfico 6.**

Tabela 6 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Região Sul, Eleições de 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2006				2010			
	Concentração		Dispersão		Concentração		Dispersão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
SUL	47	61,1	30	39,0	49	63,7	28	36,4
Paraná	19	63,3	11	36,6	22	73,3	08	26,6
Rio Grande do Sul	23	74,2	08	25,8	20	64,6	11	35,5
Santa Catarina	05	31,3	11	68,8	07	43,8	09	56,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

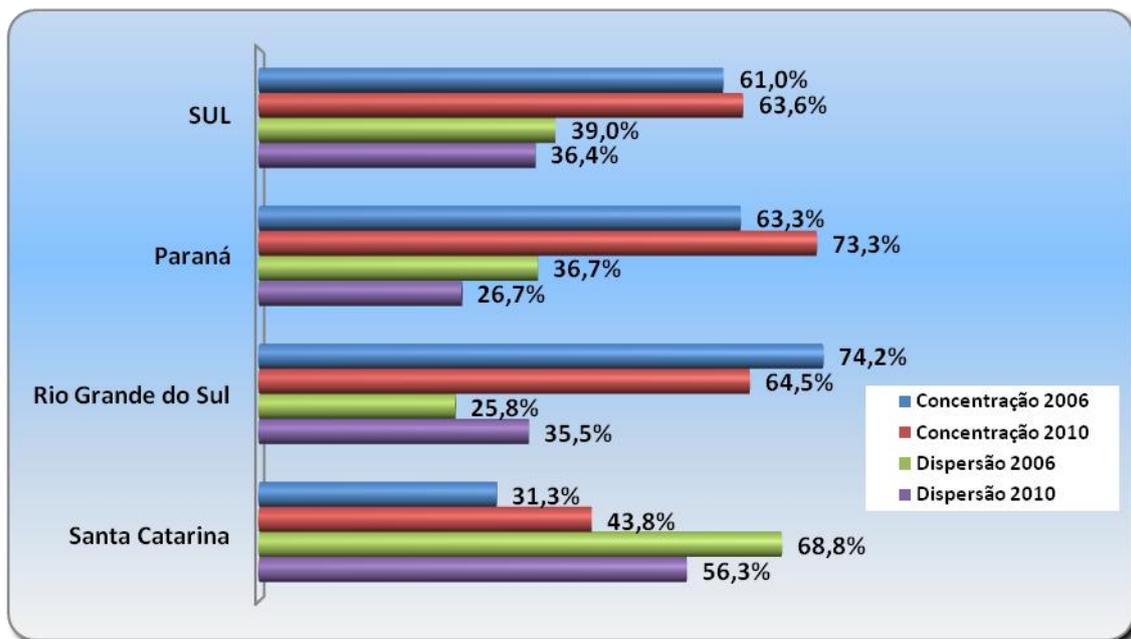


Gráfico 6-Padrões geográficos de competição eleitoral dos estados da região Sul 2006 e 2010: Concentração e Dispersão.

Tendo em vista esses resultados, a primeira conclusão que podemos tirar é a de que, a despeito de algumas variações nos padrões de votação dos deputados das diferentes unidades da federação, verifica-se a predominância do padrão concentrado.

Verificamos também, além da predominância, a perenidade do padrão concentrado identificado tanto no conjunto do país quanto nas diversas regiões e unidades da federação de uma eleição para outra.

As variações são marginais, assim como o padrão disperso de votação. Em 2006 os estados que apresentaram os maiores percentuais de deputados com votação dispersa foram: **Santa Catarina** (68,8%), **Pernambuco** (56,8%) e **Pará** (58,8%); e os que apresentaram ao menos 50% de deputados com esse padrão foram apenas os estados do **Tocantins**, **Maranhão** e **Espírito Santo** no país inteiro. Em 2010, os maiores percentuais ficaram com **Santa Catarina** (56,3%), **Bahia** (53,9%) e **Goiás** (53,0%); e os que apresentaram ao menos a metade dos deputados ostentando esse padrão foram os estados do **Pará**, **Ceará**, **Mato Grosso** e **Espírito Santo**.

3.4 Padrões geográficos de competição eleitoral por faixas de votos: *concentração (alta e média) e dispersão (alta e média)*

Procurando estender um pouco mais os limites da análise do processo de concentração e dispersão da votação dos deputados federais brasileiros, fragmentamos o índice de Taagepera em mais duas faixas de votos, média e alta. Na nova configuração o índice ficou constituído da seguinte maneira:

- 1) 0 a 0,25 – Situação de Dispersão Alta de votos - DA;
- 2) 0,25 a 0,50 – Situação de Dispersão Média de votos - DM;
- 3) 0,50 a 0,75 – Situação de Concentração Média votos - CM;
- 4) 0,50 a 1,0 – Situação de Concentração Alta de votos - CA.

Após a fragmentação do nosso índice, uma informação nos “saltou os olhos”: o padrão de votação dos deputados federais da região Sudeste. Nos dois períodos eleitorais, essa região teve acima de 50% de seus deputados situados na faixa mais extrema de concentração de votos, a Concentração Alta (CA). Nada menos que 100, dos 179 deputados dessa região apresentaram esse padrão, 12,8% a mais da média nacional. Conforme **Tabela 7** e **Gráfico 7**.

Observamos também que a polaridade se intensificou. Em 2006, a Região Sudeste apresentou 55,9% de seus deputados com uma **votação altamente concentrada**, conforme **Tabela 7**. No outro extremo temos a Região Nordeste com 16,6% de seus deputados com um padrão de votação **altamente disperso**, 10,5% a mais do que a menor porcentagem desse

padrão, que é a do Centro-Oeste (06,1%). Em 2010, o resultado se repetiu havendo apenas um pequeno incremento na percentagem de cada situação.

Tabela 7 – Padrões geográficos de competição eleitoral, Brasil e Regiões, Eleições de 2006 e 2010: Concentração (Alta e Média) e Dispersão (Alta e Média).

Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2006 (Continua)							
	Concentração				Dispersão			
	Alta		Média		Alta		Média	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Brasil	217	43%	126	25%	56	11,1%	106	21%
Norte	32	49,2%	14	21,5%	7	10,8%	12	18,5%
Nordeste	47	31,1%	38	25,2%	25	16,6%	41	27,2%
C. Oeste	14	42,4%	11	33,3%	2	6,1%	6	18,2%
Sudeste	100	55,9%	40	22,3%	13	7,3%	26	14,5%
Sul	24	31,2%	23	29,9%	9	11,7%	21	27,3%
Faixas de Concentração e dispersão dos votos	2010 (Conclusão)							
	Concentração				Dispersão			
	Alta		Média		Alta		Média	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Brasil	202	40%	144	28,5%	69	13,7%	90	17,8%
Norte	27	41,5%	21	32,3%	7	10,8%	10	15,4%
Nordeste	38	25,2%	50	33,1%	32	21,2%	31	20,5%
C. Oeste	12	36,4%	6	18,2%	3	9,1%	12	36,4%
Sudeste	100	55,9%	43	24,0%	14	7,8%	22	12,3%
Sul	25	32,5%	24	31,2%	13	16,9%	15	19,5%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

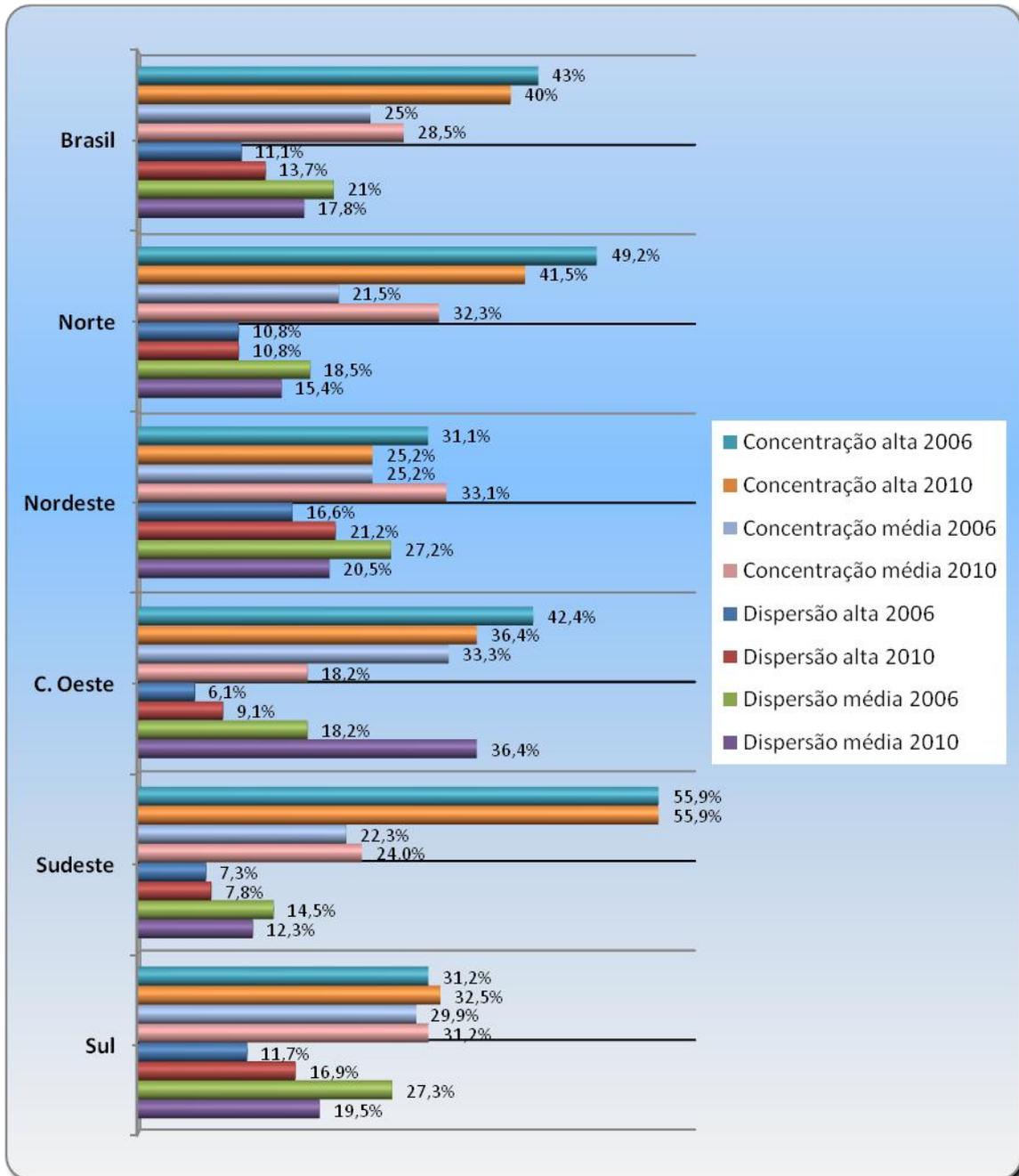


Gráfico 7-Padrões geográficos de competição eleitoral, Brasil e Regiões, Eleições de 2006 e 2010: Concentração (Alta e Média) e Dispersão (Alta e Média).

Carvalho (2003), embora tenha encontrado resultados semelhantes ao nosso no que toca o padrão de votação dos deputados da Região Sudeste, apresentou resultados bem diferentes quando se trata do país como um todo. Este autor detectou para o conjunto do país, um equilíbrio entre os padrões de concentração e dispersão dos votos dos deputados nos pleitos de 1994 e 1998:

Detectamos, inicialmente, que, para o conjunto do país, a fragmentação não representava a exceção, como chegou a se sugerir naqueles estudos (o autor fala a respeito dos estudos inaugurais de geografia eleitoral). Verificamos do ponto de vista nacional, o equilíbrio entre os deputados eleitos com votação concentrada (46%) e os deputados de votação fragmentada (54%). Nosso sistema proporcional – em sua operacionalização – parecia contemplar de forma praticamente equânime tanto a fragmentação como a concentração de votos (CARVALHO, 2003, p. 97).

[...] a par da estabilidade dos padrões em cada faixa [...] a região Sudeste tem a maioria de seus deputados com votação concentrada (67%) – percentual significativamente superior ao referente ao total do país (46%). Mais importante, quase 50% dos deputados ali eleitos se situam na primeira faixa de concentração de votos (primeira faixa de concentração é equivalente ao nosso padrão de Concentração Alta de votos – CA) (CARVALHO, 2003, p. 98).

Natural seria supor que, no contexto de uma legislação eleitoral fraca, permissiva e de um sistema partidário pouco estruturado, se verificasse uma realidade política marcada por uma forte fragmentação político-eleitoral. Nada mais equivocado. Como os dados mostram, próximo de 70% dos deputados federais no Brasil, nos pleitos de 2006 e 2010 tiveram um padrão concentrado de votação. Em torno de 40%, na faixa mais elevada de concentração caracterizando um padrão de competição fortemente concentrado. O padrão de alta dispersão, ou seja, de alta competitividade se comparado ao de concentração, corresponde a tão somente 30% dos deputados brasileiros.

A geografia dos votos dos nossos representantes na Câmara dos Deputados apresenta contornos mais complexos do que imaginamos. Do conjunto de dados acima é possível se extrair uma conclusão que relativiza em muito os juízos correntes sobre os supostos efeitos de nossa lei eleitoral: a pulverização excessiva da oferta no mercado político, fenômeno que turvaria a visão do eleitor, dificultando a sua capacidade de escolha e de integração ao processo eleitoral – efeitos atribuídos à legislação proporcional tal qual praticada no Brasil – não é a realidade para a maioria absoluta dos municípios brasileiros – esfera, vale sublinhar, que é para nós onde se processa e se constitui a vontade dos votantes. Parece, assim, que não seria equivocado afirmar que muitos dos efeitos esperados por aqueles que desejam a substituição de nossa lei para uma modalidade qualquer de modelo majoritário, na realidade já se verificam na operacionalização de nossa lei proporcional.

3.5 O tamanho dos partidos políticos e os padrões geográficos de competição eleitoral: concentração e dispersão

Uma variável institucional que pensamos ser importante levar em conta na análise dos padrões geográficos de competição eleitoral é o tamanho dos partidos. Atualmente, existem no Brasil, acima de 20 partidos em atividade. Um critério para classificá-los quanto ao

tamanho é o número de filiados. No entanto, algumas legendas pequenas podem assumir maior relevância por conseguirem ocupar, através das eleições, um número significativo de cadeiras no parlamento, adquirindo capacidade para influenciarem em decisões políticas governamentais importantes. Assim, adotamos este último critério para classificar as legendas quanto ao seu tamanho, que consiste basicamente em classificar os partidos de acordo com a proporção de cadeiras que o partido consegue ocupar no parlamento²⁶.

Nesse sentido, os partidos grandes, para efeito da nossa análise, são aqueles que conseguiram preencher 75 ou mais cadeiras na Câmara; as legendas médias, aquelas que ocupam de 30 a 74 assentos; e as pequenas, de 01 a 29, conforme **Quadro 01**.

Quadro 01 – Classificação dos partidos segundo o tamanho.

Tamanho dos Partidos	2006	2010
Grandes (75 ou +)	PMDB (87), PT (82)	PT (85), PMDB (78)
Médios (30 a 74)	DEM (PFL) (63), PSDB (66), PP (41)	PSDB (53), DEM (PFL) (43), PR (39), PP (41), PSB (34)
Pequenos (0 a 29)	PSB (26), PDT (24), PTB (22), PL (22), PPS (21), PC do B (13), PV (13), PSC (9), PTC (3), PMN (3), PSOL (3), PHS (2), PRONA (2), PAN (1), PT do B (1), PRB (1).	PDT (27), PTB (21), PSC (17), PV (15), PCdoB (15), PPS (12), PRB (8), PMN (3), PTdoB (3), PSOL (3), PHS (2), PRTB (2), PRP (2), PSL (1), PTC (1).

Fonte dos dados brutos: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Nem precisa lançar um olhar tão atencioso para perceber na Tabela 8 e no Gráfico 8 a predominância do padrão concentrado de votação tanto nos partidos considerados grandes, quanto nos médios e pequenos, sobretudo, nestes últimos.

Buscando iluminar tais resultados sugerimos para o quadro, uma forte tendência dos partidos apresentarem maioria de seus parlamentares com padrão concentrado de votação, independentemente do tamanho do partido.

²⁶ Esse critério já foi adotado por diversos estudiosos dos partidos e coligações partidárias no Brasil. Tal como fez Rodrigues (1995), Machado (2005), por exemplo, analisando as eleições de 1994 e 1998 para a Câmara dos Deputados classificou os partidos quanto ao seu tamanho da seguinte forma: os partidos considerados grandes são aqueles que conseguiram eleger 81 ou mais deputados na Câmara; as legendas médias, as que conseguiram 31 a 80 assentos na Câmara; e as pequenas, de 10 a 30.

Tabela 8 - Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por partido de origem, Eleições de 2006 e 2010.

Tamanho dos Partidos	2006				2010			
	Concentração		Dispersão		Concentração		Dispersão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Grandes (75 ou +)	113	66,9%	56	33,1%	109	68,1%	51	31,9%
Médios (30 a 74)	108	63,5%	62	36,5%	141	65,6%	74	34,4%
Pequenos (0 a 29)	122	73,5%	44	26,5%	98	75,4%	32	24,6%

Fonte:Elaboração Própria a partir dos dados do TSE.

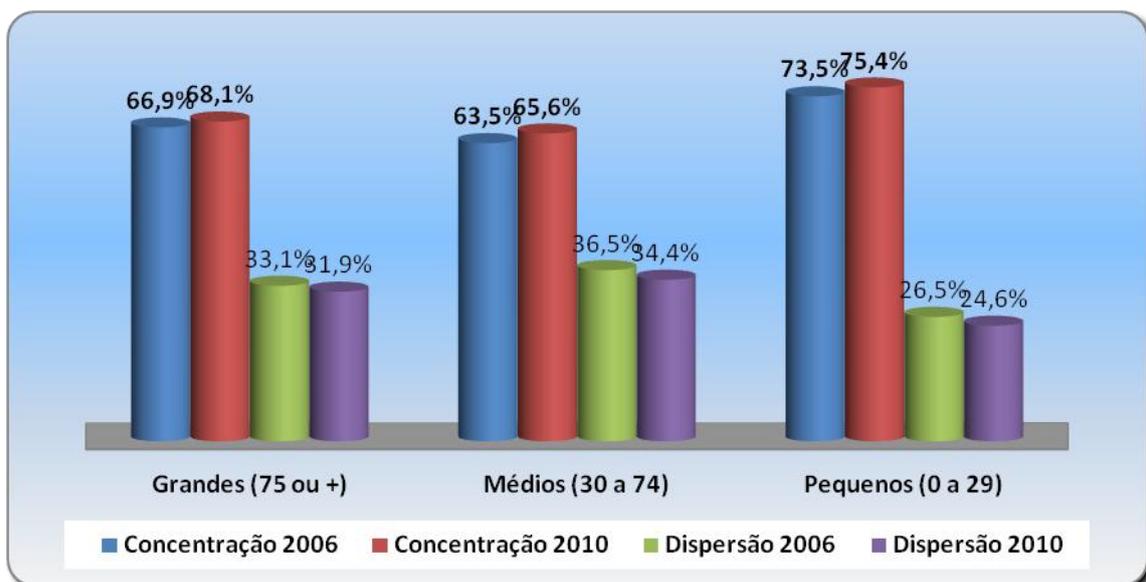


Gráfico 8 - Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por tamanho do partido, Brasil, Eleições de 2006 e 2010.

Levando em consideração tal classificação, tivemos figurando como grandes partidos, na eleição de 2006, o PT com 82 parlamentares e o PMDB, ostentando maior bancada na Câmara, 87 parlamentares. Contudo, foi o Partido dos Trabalhadores que apresentou quase a totalidade de seus deputados federais com o padrão concentrado de votação, 82,93% (68 deputados), em torno de 30% a mais que o PMDB. Este, por sua vez, apresentou equilíbrio entre os percentuais de deputados com padrão concentrado e disperso, conforme **Tabela 9**.

Os partidos considerados médios, PSDB, PFL (DEM) e PP tiveram acima de 60% de seus deputados com padrão concentrado de votação. Já os partidos pequenos, quase a totalidade apresentou um padrão concentrado de votação, em torno de 80% de seus parlamentares, com destaque para o PPS, PSB e PCdoB que tiveram os percentuais mais elevados de deputados com esse padrão na eleição de 2006.

Tabela 9 – Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por partido de origem no Brasil, Eleição de 2006.

Partidos	Dispersão		Concentração		Total	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
PMDB	42	48,28%	45	51,72%	87	100,00%
PT	14	17,07%	68	82,93%	82	100,00%
PSDB	22	33,33%	44	66,67%	66	100,00%
PFL	25	39,68%	38	60,32%	63	100,00%
PP	15	36,59%	26	63,41%	41	100,00%
PSB	4	15,38%	22	84,62%	26	100,00%
PDT	5	20,83%	19	79,17%	24	100,00%
PL	14	60,87%	9	39,13%	23	100,00%
PPS	3	14,29%	18	85,71%	21	100,00%
PTB	6	31,58%	13	68,42%	19	100,00%
PC DO B	2	15,38%	11	84,62%	13	100,00%
PV	3	23,08%	10	76,92%	13	100,00%
PSC	5	55,56%	4	44,44%	9	100,00%
PMN	1	33,33%	2	66,67%	3	100,00%
PSOL	0	0,00%	3	100,00%	3	100,00%
PT do B	0	0,00%	3	100,00%	3	100,00%
PTC	0	0,00%	3	100,00%	3	100,00%
PHS	1	50,00%	1	50,00%	2	100,00%
PRONA	0	0,00%	2	100,00%	2	100,00%
PAN	0	0,00%	1	100,00%	1	100,00%
PRB	0	0,00%	1	100,00%	1	100,00%
TOTAL	162	32,08%	343	67,92%	505	100,00%

Fonte:Elaboração Própria a partir dos dados do TSE.

Em 2010, PT e PMDB continuaram figurando como os maiores partidos. O Partido dos Trabalhadores, maior bancada na Câmara neste pleito (83 parlamentares), teve uma diminuição no percentual de deputados com o padrão concentrado de votação, de 82,93% em 2006 para 74,70% em 2010, equivalente a menos 06 deputado, o que não implica na predominância do padrão persistente.

Já o PMDB (77 parlamentares), saiu da situação de equilíbrio entre os padrões e apresentou um pequeno incremento no percentual de deputados com votação concentrada, de 51,72% em 2006 para 61,04% em 2010, equivalente a mais 02 deputados, conforme **Tabela 10**.

Com relação aos partidos médios, além do PSDB, do DEM (antigo PFL) e do PP, mais dois partidos conseguiram subir para essa classificação no pleito de 2010, são eles: PR e PSB. Todos apresentando grande parte de seus deputados com padrão, predominantemente, concentrado de votação. Entre esses, o PSB foi o partido que teve o maior percentual de deputados com votação concentrada 74,29%, seguido do PSDB (70,37%), DEM (62,79%), PR (61,54%) e PP (59,09%).

Já os partidos pequenos, novamente, quase a totalidade apresentou um padrão concentrado de votação. Os percentuais mais elevados de deputados com votação concentrada, em 2010, ficaram agora com o PCdoB (93,33%), PPS (83,33%) e PV.

Tabela 10 – Padrões geográficos de distribuição dos votos dos Deputados Federais, por partido de origem no Brasil, Eleição de 2010.

Partidos	Dispersão		Concentração		Total	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
PT	21	25,30%	62	74,70%	83	100,00%
PMDB	30	38,96%	47	61,04%	77	100,00%
PSDB	16	29,63%	38	70,37%	54	100,00%
PP	18	40,91%	26	59,09%	44	100,00%
DEM	16	37,21%	27	62,79%	43	100,00%
PR	15	38,46%	24	61,54%	39	100,00%
PSB	9	25,71%	26	74,29%	35	100,00%
PDT	11	42,31%	15	57,69%	26	100,00%
PTB	8	36,36%	14	63,64%	22	100,00%
PSC	5	29,41%	12	70,59%	17	100,00%
PC DO B	1	6,67%	14	93,33%	15	100,00%
PV	3	23,08%	10	76,92%	13	100,00%
PPS	2	16,67%	10	83,33%	12	100,00%
PRB	0	0,00%	8	100,00%	8	100,00%
PMN	1	33,33%	2	66,67%	3	100,00%
PSOL	0	0,00%	3	100,00%	3	100,00%
PT DO B	0	0,00%	3	100,00%	3	100,00%
PRP	1	50,00%	1	50,00%	2	100,00%
PRTB	0	0,00%	2	100,00%	2	100,00%
PHS	0	0,00%	2	100,00%	2	100,00%
PSL	0	0,00%	1	100,00%	1	100,00%
PTC	0	0,00%	1	100,00%	1	100,00%
TOTAL	157	31,09%	348	68,91%	505	100,00%

Fonte:Elaboração Própria a partir dos dados do TSE.

3.6 O espectro ideológico dos Partidos e os padrões geográficos de competição eleitoral: concentração e dispersão

A utilização do *continuum* direita-esquerda para análise da ação dos partidos políticos é muitas vezes visto como impróprio ou inútil, principalmente, pelos meios de comunicação que consideram os partidos políticos brasileiros indiferenciados ideologicamente. A principal razão para essa perspectiva é a ocorrência de coligações eleitorais ou coalizões governamentais envolvendo partidos que se posicionam, ao menos formalmente, à esquerda ou à direita espectro ideológico²⁷.

De acordo com Carreirão (2006) diversas pesquisas ligadas a ciência política no Brasil utilizaram a classificação dos partidos num eixo direita-esquerda, tendo mostrado um bom rendimento deste referencial para as análises. Dentre essas pesquisas o autor cita o trabalho de Kinzo (1993), que no início dos anos noventa, afirma que, ao nível nacional:

[...] pelo menos os partidos mais importantes, como PMDB, PFL (atual DEM), PSDB, PPR (atual PP), PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos têm manifestado razoável continuidade, indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológico-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoral" (KINZO, 1993, p. 96 *apud* CARREIRÃO, 2006 p. 138).

Figueiredo e Limongi (1999), analisando dados relativos ao período 1989/94, mostraram que nas votações na Câmara dos Deputados as coalizões seguem os posicionamentos dos partidos numa escala esquerda-direita:

Os partidos apresentaram considerável coesão média no período como um todo[...] O quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p.75).

Singer (2000 *apud* Carreirão, 2006, p.139) pleiteia que, mesmo não tendo uma compreensão clara dos significados das noções de esquerda e direita, boa parte do eleitorado consegue, intuitivamente, localizar os partidos nesta dimensão e votar em acordo com esta localização.

²⁷ De acordo com Carreirão (2006) as posições adotadas pelo governo Lula e os fatos relacionados à crise política que se deflagrou a partir de maio de 2005 em torno das denúncias que desembocaram nas Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e do "Mensalão", além da dos Bingos, reforçaram ainda mais a tese da indiferenciação entre os partidos brasileiros, sobretudo, nos meios de comunicação e no senso comum.

Norberto Bobbio (1995) ao relatar que, embora, nos últimos anos a distinção clássica entre direita e esquerda tenha se tornado alvo de severas contestações, difundindo-se em certos meios políticos e intelectuais a ideia de que estas duas noções tiveram seus significados esvaziados e, portanto, não tendo mais sentido sua utilização, ressalta que:

Todo espaço político se define por certo número de dimensões. Tais dimensões correspondem às linhas de conflito, aos problemas e às escolhas que influem na posição dos partidos e dos eleitores e orientam seu comportamento. Conforme forem uma ou mais de uma, falar-se-á de espaços lineares ou de espaços pluridimensionais. O Espaço político mais simples e mais utilizado, tanto no âmbito da pesquisa científica como no do debate político, é o da dimensão esquerda-direita. Esta dimensão ou *continuum* tem sido variadamente interpretada. (BOBBIO, 1998, p.393-394).

Carvalho (2003) destaca o bom rendimento de variáveis partidárias para a análise do comportamento legislativo de deputados federais nas legislaturas de 1994-98 e 1998-2002:

[...] variáveis partidárias mostraram rendimento na explanação das áreas da vida legislativa analisadas: tanto nos dados atitudinais como comportamentais [...] o paroquialismo legislativo aparece como vetor mais pronunciado de ação ora dos deputados governistas, ora dos representantes situados à direita do espectro ideológico, ora de ambos os grupos. (CARVALHO, p.2003, p.212).

Este mesmo autor, em estudo anterior, apresentou três fatores passíveis de explicarem os diferentes padrões de distribuição espacial de votos de 489 deputados federais eleitos para a legislatura de 1995-1999: a ocupação, o padrão de carreira política e a ideologia. No que toca ao espectro ideológico, que é o que nos interessa neste momento, este autor verificou o predomínio da representação de centro (41%) nessa legislatura, seguido da representação de direita (37%) e esquerda (22%). Verificou ainda, que os deputados de orientação ideológica de centro e, sobretudo, de direita tinham um perfil de votação fortemente fragmentado. Contudo, o autor explica que “antes de expressar um comportamento político de natureza ideológica, a fragmentação eleitoral traduz a atuação de partidos que podem ser caracterizados como máquinas políticas” – tais quais o PMDB e PFL – partidos que, para fins de classificação, se situam no espectro centro-direita (CARVALHO, 1996, p.70-74). Nesse sentido, o autor sugere ser impróprio realizar tal associação.

Saugo (2007, p. 149) estudando a organização geográfica das votações dos candidatos a deputado estadual no Rio Grande do Sul nas eleições de 1994, 1998, e 2002 notou que os partidos de direita e centro-direita mudaram a tipologia de votação predominante, passando de *dispersos não-dominantes* na primeira disputa eleitoral para *dispersos-dominantes* na última. Isto é, partidos de direita e centro-direita, independente de dominarem ou não um município

ou conjunto de municípios, apresentaram um padrão disperso de votação no Rio Grande do Sul. Com relação aos representantes de partidos de esquerda, a autora notou um padrão constante de votação *concentrada e não dominante* nas três eleições. Os resultados de sua pesquisa apontaram também que os eleitores de partidos de direita elegem mais deputados *dominantes*, e os de esquerda, mais *não dominantes*.

Poderíamos continuar citando estudos que utilizam o *continuum* esquerda-direita como referência para análises no campo político-partidário brasileiro atual e mostrar que apresentam bom rendimento, estabelecem semelhanças entre certos grupos de partidos entre si e diferenças com outros grupos de partidos, e ainda, citar estudos e autores que, ao contrário, contestam sua pertinência no contexto atual. Entretanto, não é nossa intenção tratar da relevância ou não da utilização do espectro ideológico como referência para análises que envolvam a atuação dos partidos políticos, muito menos, nos aprofundaremos em questões relacionadas a esse tema.

Baseando-nos em diversas pesquisas ligadas a Ciência Política brasileira, pretendemos, isto sim, verificar se existem padrões geográficos específicos relacionados a algum posicionamento ao longo do *continuum* direita-esquerda ou espectro ideológico no período em estudo. Concordando com Carvalho (1996), defendemos a hipótese de que, não existe forte relação entre os padrões de votação e a ideologia partidária ou espectro ideológico, a associação nos parece ser imprópria, de fato.

Antes de haver relação com algum posicionamento no espectro ideológico, os padrões podem traduzir a atuação de partidos considerados “máquinas partidárias”. Nesse caso, independente de ser de esquerda, direita ou centro, o padrão de votação dos candidatos será fragmentado (disperso), uma vez que, partidos dessa natureza funcionam como empresas que procuram maximizar os lucros, no caso dos partidos e candidatos, os votos no mercado eleitoral.

Por outro lado, Carvalho (2003) mostrou que o “paroquialismo” (característica forte do padrão concentrado-dominante, clássico reduto eleitoral) mostrou-se mais pronunciado de ação, ora de deputados governistas, ora de deputados de partidos situados a direita do espectro ideológico.

Para a classificação dos partidos políticos quanto ao espectro ideológico procedemos da seguinte maneira. Primeiro, tomamos por base os estudos mencionados, especialmente, as classificações formuladas nos estudos de Kinzo (1990), Figueiredo e Limongi (1999), Singer (2000), Carvalho (1996), Saugo (2007). Segundo, realizamos uma pesquisa nos *sites* dos partidos colhendo informações, tais como: ideias e posicionamento quanto à ideologia; por

fim, verificamos o histórico partidário que consta no *site* do TSE²⁸. Assim, chegamos à classificação apresentada no quadro abaixo.

²⁸ Os endereços eletrônicos dos *sites* consultados encontram em anexo neste trabalho.

Quadro 2– Espectro Ideológico dos Partidos

Espectro Ideológico	Partidos
Direita	DEM (PFL), PSC, PP, PHS
Centro-Direita	PTB, PTC, PSL, PR, PAN
Centro	PMDB, PSDB, PRB
Centro-Esquerda	PDT, PT, PSB, PMN, PPS
Esquerda	PCdoB, PSOL
Indefinidos	PRP, PV, PTdoB, PRTB

Analisando a **Tabela 11** e o **Gráfico 9**, para o conjunto do país, na eleição de 2006, os partidos situados ao centro do espectro ideológico apresentaram o maior percentual de deputados com padrão disperso de votação, 39,5%, vindo em seguida os de direita, 28,4% e centro-esquerda 16,7%. Em 2010, o maior percentual, 32,1% ficou com os partidos também de centro, só que situados mais a esquerda do espectro ideológico, seguidos pelo grupo de partidos de centro 29,6% e direita, 21,4%.

Já o padrão concentrado de votação apresentou-se, no pleito de 2006, mais relacionado com partidos situados ao centro, mais a esquerda do espectro ideológico, 37,6%. O segundo e o terceiro grupo de partidos com os maiores percentuais de deputados com votação concentrada estão situados, respectivamente, ao centro (26,2%) e a direita (20,1%). Em 2010, o quadro não se alterou, a ordem dos grupos foi a mesma (centro-esquerda, centro e direita), houve apenas insignificantes variações nos percentuais.

Tabela 11 – Espectro Ideológico e Padrões geográficos de Competição Eleitoral: Concentração e Dispersão, **Brasil**, 2006-2010.

BRASIL/ ELEIÇÕES	ESPECTRO IDEOLÓGICO	CONCENTRADOS		DISPERSOS		TOTAL	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
2006	Direita	69	20,1%	46	28,4%	115	22,8%
	Centro-Direita	30	8,8%	20	12,4%	50	9,9%
	Centro	90	26,2%	64	39,5%	154	30,5%
	Centro-Esquerda	129	37,6%	27	16,7%	156	30,9%
	Esquerda	14	4,1%	2	1,2%	16	3,2%
	Indefinidos	11	3,2%	3	1,9%	14	2,8%
	TOTAL		343	67,9%	162	32,1%	505
2010	Direita	72	20,8%	34	21,4%	106	21%
	Centro-Direita	44	12,7%	19	12,0%	63	12,5%
	Centro	92	26,6%	47	29,6%	139	27,5%
	Centro-Esquerda	108	31,2%	51	32,1%	159	31,5%
	Esquerda	14	4,1%	4	2,5%	18	3,6%
	Indefinidos	16	4,6%	4	2,5%	20	4%
	TOTAL		346	68,5%	159	31,5%	505

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE.

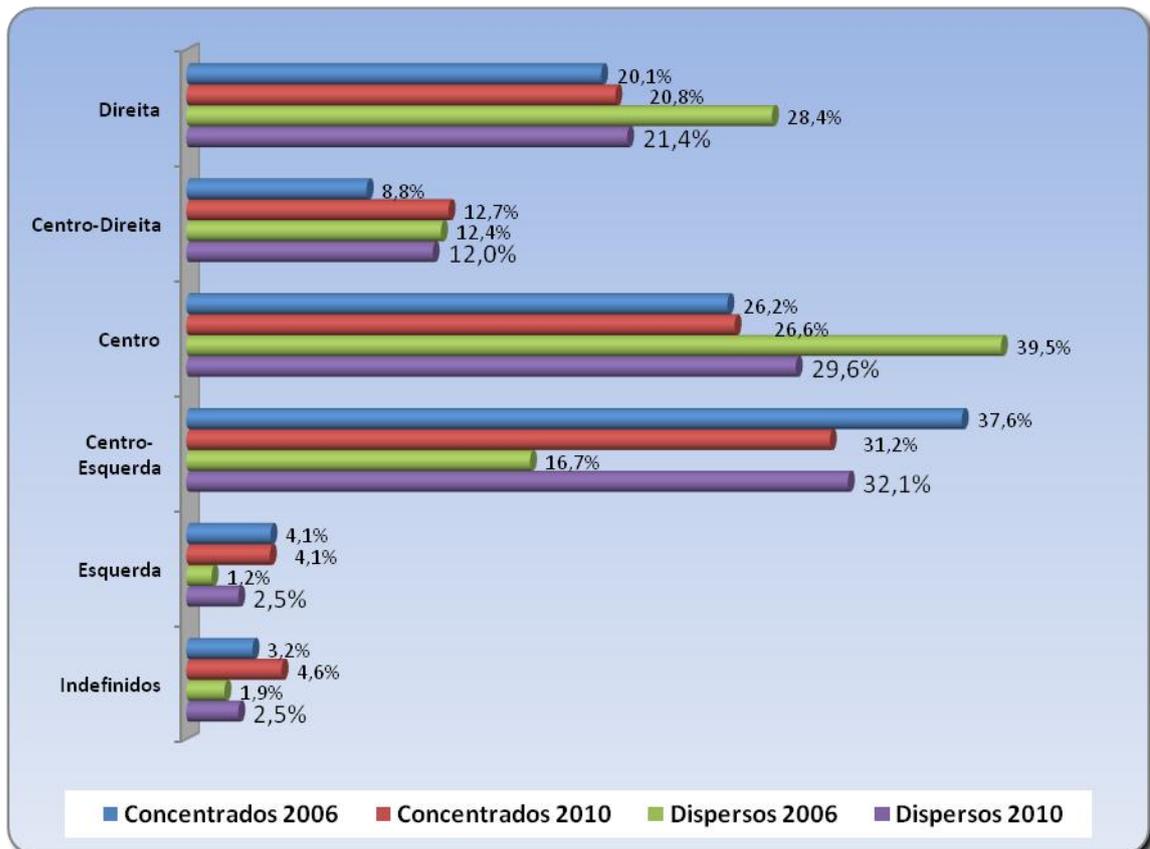


Gráfico 9-Espectro Ideológico e Padrões geográficos de Competição Eleitoral: Concentração e Dispersão-**Brasil** 2006 e 2010.

Como vimos no início deste tópico, as propriedades da geografia do voto já foram relacionadas com a ideologia partidária no Brasil. Parte da literatura sugere que a

concentração eleitoral está mais relacionada a práticas clientelistas, a políticas atrasadas e a partidos situados mais a direita do espectro ideológico.

Por outro lado, existem estudos que sugerem que a **dispersão eleitoral** estaria mais relacionada a partidos de orientação ideológica mais forte e/ou ligados ao governo, ou ainda, estaria relacionada a partidos considerados “máquinas políticas”²⁹.

Levando em consideração esses pressupostos e relacionando os maiores percentuais de deputados de cada padrão geográfico de votação com o espectro ideológico, teríamos de um lado, um **centro** e a uma **direita** composta por partidos com forte orientação ideológica, ligados ao governo e figurando como “máquinas políticas”, pois, o padrão predominante de votação dos dois posicionamentos foi o **disperso**. Do outro lado, teríamos um **centro-esquerda** com partidos menos ideológicos e historicamente conservadores, pois, o padrão foi **concentrado**. Com algumas ressalvas, nada mais equivocado! De fato o PMDB está posicionado ao centro e faz parte da base governista, contudo, vimos que esse partido quando foi analisado individualmente apresentou metade deputados com padrão disperso e metade com padrão concentrado. Os partidos classificados aqui como de direita não fazem parte da base do governo. No entanto, talvez duas coisas expliquem a situação, o PSDB e DEM (antigo PFL) podem estar figurando como “maquinas partidárias”, o que explicaria o padrão disperso da direita. Quanto ao padrão concentrado de votação apresentado pelos partidos de centro-esquerda, talvez tenha relação com a forte presença desses partidos nos grandes centros urbanos, onde o eleitorado é gigantesco permitindo que muitos candidatos, ao mesmo tempo, concentrem votos. Ressaltamos que são apenas hipóteses, as quais poderiam se confirmar ou não através de estudo mais direcionado a explicar essas questões.

Os padrões de votação dos parlamentares - antes de expressar um comportamento político de natureza ideológica ou clientelista - traduzem, sobretudo, a dinâmica e a complexidade dos resultados da operacionalização do nosso sistema político institucional, sobretudo, o conjunto de regras eleitorais. Além disso, uma análise mais atenciosa dos dados mostra que deputados com votação concentrada e dispersa apresentam percentuais bem próximos e algumas vezes até equivalentes e pertencem a partidos situados tanto ao centro, quanto ao centro-esquerda e a direita do espectro ideológico. Nesse sentido, nossa hipótese foi comprovada, os padrões de votação não apresentaram forte relação com posicionamentos no espectro ideológico, com ideologia partidária.

²⁹De acordo com Diniz, o funcionamento dos partidos pode se dá como uma empresa, no sentido da procura pela maximização dos lucros, aqueles tendem a maximizar o êxito eleitoral, ou seja, a luta política entre os chefes de máquinas partidárias se daria pela conquista de votos no mercado eleitoral amplo. A ideologia tem aí um espaço reduzido, sendo que predomina a patronagem e o clientelismo (DINIZ, 1982, p.36).

Informamos na parte introdutória desta dissertação que nossa pesquisa incorpora diversas teorias e possibilidades de compreensão da relação dos parlamentares na conformação de suas bases eleitorais, entretanto, elegemos duas tipologias para identificar as estratégias eleitorais desenvolvidas pelos parlamentares: **concentração versus dispersão territorial do voto**, a qual apresentamos os rendimentos até aqui, e **dominância versus compartilhamento** do território, a qual nos deteremos a seguir.

Nesse sentido, não é demais lembrar o problema de pesquisa que norteou nosso estudo: **existem diferenças significativas nos padrões geográficos de competição eleitoral dos parlamentares e dos partidos políticos (quanto à ideologia e o tamanho) entre os estados e regiões brasileiras? Seria possível identificar, em meio a possíveis variações, regularidades?**

Existe um padrão, caracterizado pela concentração territorial do voto por parte dos deputados operando na competição política brasileira, no entanto, verificamos que existem poucas diferenças na conformação das bases eleitorais por parte dos parlamentares quando levado em consideração uma comparação entre os estados e regiões brasileiras.

No que toca as variáveis partidárias, conseguimos confirmar nossa segunda hipótese verificando que, independente do tamanho ou da ideologia partidária, a competição eleitoral também segue um formato caracterizado pela concentração espacial do voto no Brasil, com poucas variações entre as regiões e os estados. Os padrões de votação não apresentaram forte relação com posicionamentos no espectro ideológico.

Analisaremos agora os padrões geográficos de competição eleitoral dos parlamentares, primeiramente do ponto de vista da dominância (Capítulo 4), depois, na perspectiva das duas dimensões combinadas (concentração versus dispersão /dominância versus compartilhamento). Tal combinação resultará em taxonomia proposta originalmente por Ames (2003): concentrado-dominante, concentrado-compartilhado, disperso-compartilhado e disperso-dominante.

Já sabemos que os deputados federais, através de seus partidos políticos, se elegem a partir de uma conformação geográfica caracterizada por uma votação concentrada territorialmente. Resta-nos saber, para concluirmos nossa pesquisa, além de concentrarem sua votação em um município ou conjunto de municípios, se exercem domínio sobre eles, ou ao contrário, não dominam, compartilham votos desses municípios com outros competidores.

Capítulo 4

PADRÕES GEOGRÁFICOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: a *investigação da Dominância*

A *Dominância* é variável importante na definição dos padrões geográficos de competição, pois, mede o grau da penetração vertical da votação dos deputados nos municípios. Incorporada nas análises mais recentes sobre a territorialidade da representação através dos estudos de Barry Ames (2003), a dominância ocorre quando determinado deputado recebe maior apoio eleitoral, derivado de um maior montante de votos que lhe permite dominar ou controlar eleitoralmente um município ou conjunto de municípios. Por outro lado, o deputado ao invés de dominar, pode compartilhar esse apoio eleitoral com outros competidores.

As variáveis dominância e compartilhamento se traduzem como um excelente indicador da competição que se desenvolve no território pelo fato de que essas variáveis apresentam estreita relação com as estratégias de eleição e reeleição dos candidatos. Municípios compartilhados, por exemplo, são mais vulneráveis quanto ao ingresso de novos competidores, uma vez que ninguém detém o monopólio da representação, tornando mais fácil a disputa por novos apoios. Já os municípios dominados são mais estáveis no tempo e, portanto, mais seguros quanto à invasão de possíveis rivais pelo fato de que geralmente são controlados por caciques locais fortes, o que inibe a formação de novas lideranças. Para Ames (2003), quanto mais dominado é o município, menor se torna a capacidade de proliferação dos grupos de oposição.

4.1 - Operacionalização da variável *Dominância*

Apesar de a variável *Dominância* ter sido proposto originalmente por Ames (2003), e utilizada em outras pesquisas na área de geografia eleitoral, optamos por seguir algumas orientações de Carvalho (2003, p. 100) e Saugo (2007, p.52) para a classificação dos deputados quanto a esta dimensão. Nesse sentido, utilizamos procedimento estatístico que procurou medir o desempenho pessoal dos candidatos a Deputado Federal eleitos em 2006 e 2010. Operacionalizamos o conceito de *Dominância* através da seguinte fórmula:

$\sum i^n (v_i/p_i) \cdot (v_i/V)$, onde:

- ✓ v_i = número de votos recebidos pelo deputado no município i ;
- ✓ p_i = número total de votos válidos para deputado no município i ;
- ✓ V = total de votos recebidos pelo deputado no estado inteiro;
- ✓ n = o número de municípios em que o parlamentar conquistou mais de 1% dos votos³⁰.

Para estipularmos as faixas de Dominância levamos em consideração o desvio padrão com relação à média de dominância da Legislatura para a divisão das faixas classificatórias *sem dominância, baixa dominância, dominância média e alta dominância*.

A critério de exemplificar o procedimento de operacionalização do conceito de dominância, utilizamos os resultados da eleição de 2006 para Deputado Federal em uma unidade da Federação, o Pará. Inicialmente, calculamos a média aritmética dos valores do *Índice de Dominância* obtidos através da fórmula citada. Essa média é calculada através da soma dos valores dos índices de Dominância dividida por 17, que é o total de casos (17 Deputados Federais). Em seguida, fizemos o cálculo de Desvio Padrão, tal como procedeu Saugo (2007, p. 52), através da fórmula abaixo:

$$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n}}$$

, onde:

S=Desvio Padrão;

X_i =valor do Índice de Dominância;

³⁰Carvalho (2003, p.100) ao operacionalizar o conceito de dominância, considerou na formulação n = as 15 primeiras cidades que destinaram aos deputados o maior número de votos. O autor justifica esse critério argumentando o seguinte: “se nas duas legislaturas analisadas (1994-1998) os deputados tiveram em média 85% de seus votos oriundos dessas 15 primeiras cidades, esse ponto de corte parece ser suficiente para se captar a variação no grau de dominância da votação dos deputados investigados”. Diferentemente de Carvalho, decidimos adotar o critério que pudesse contemplar um número maior de cidades. Nesse sentido, pegamos todos os municípios onde o deputado eleito obteve mais de 1% dos votos com o intuito de ampliar a perspectiva de análise, uma vez que, encontramos deputados que necessitaram muito mais que 15 cidades para a obtenção da maioria dos seus votos. Tais deputados são representantes de Estados da região Sudeste como Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, que tem 843 e 645 municípios, respectivamente; ou da região Sul onde temos o Rio grande do Sul com 496 municípios e Paraná com 399; ou ainda da região Nordeste onde o estado da Bahia tem nada menos que 417 municípios, a Paraíba e o Piauí com 223 municípios cada um.

\bar{X} = Média Aritmética dos valores do Índice de Dominância da Legislatura paraense;

n = a quantidade 17 Deputados Federais eleitos.

Assim, conforme **Figura 01**, obtivemos 15,64 como Média Aritmética do Índice de Dominância da Legislatura em questão. Já o Desvio Padrão ficou em 8,76. Finalmente chegamos as seguintes faixas: deputados Sem-Dominância-SD: aqueles que tiveram o Índice de Dominância menor ou Igual ao Limite Inferior (6,88); deputados com Baixa Dominância-BD: os que ficaram entre o Limite Inferior (6,88) e a Média Aritmética (15,64); deputados com Dominância Média-DM: aqueles que tiveram o Índice de Dominância maior que a Média (15,64) e inferior ou igual a (24,40); e por fim, deputados com Dominância Alta-DA: aqueles que o Índice ultrapassou o Limite Superior (24,40).

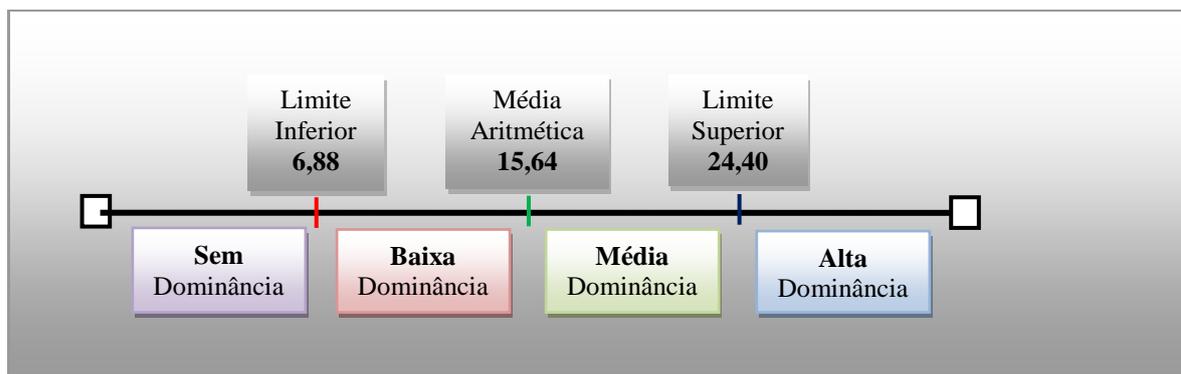


Figura 01 – Disposição do Índice de Dominância por faixas de *Dominância* a partir dos resultados da eleição de 2006 para Deputado federal no estado do Pará.

4.2 – Investigação da variável *Dominância* por faixas: *sem dominância, baixa dominância, dominância média e alta dominância.*

Analisando a **Tabela 12**, percebe-se que no Brasil, **a maioria dos Deputados Federais estabelece uma relação caracterizada por uma situação de baixa dominância com seus principais redutos eleitorais**, significa dizer que a maioria dos deputados não recebe apoio eleitoral majoritário, não controlam eleitoralmente os municípios ou conjunto deles, mas compartilham os votos com outros competidores.

Em 2006, tanto o Brasil, quanto suas respectivas regiões apresentaram os maiores percentuais de deputados situados à faixa de *baixa dominância (BD)*, bem acima de 40%. Em 2010 os percentuais nessa faixa tiveram leve redução, média de diferença em torno de 6%, o

que indica a perenidade da situação de baixa dominância, já que a variação é praticamente irrelevante. Já a situação caracterizado pela absoluta *ausência de dominância (SD)* é minoritária entre os deputados federais no Brasil, pouco mais de 10% nos dois pleitos eleitorais, média em torno de 11,5% em 2006 e 13,5% em 2010. As faixas mais fortes de dominância (Média - MD e Alta - AD) tiveram percentuais médios bem menores se comparadas à faixa predominante, a de *baixa dominância*. Vamos aos percentuais! Para o conjunto do país, a faixa de *dominância média (MD)* ficou com percentuais em torno de 28% em 2006, e 30% em 2010. Já a faixa mais *alta de dominância* teve para o conjunto do país, percentuais médios de 16,6% em 2006, e 15,8% em 2010.

Com relação aos padrões regionais de dominância, encontramos as seguintes variações. Observa-se, na eleição de 2006, no que toca a situação de *baixa dominância (BD)*, as Regiões Centro-Oeste (54,55%) e Sudeste (54,19%) com os maiores percentuais, vindo em seguida as regiões Sul (45,45%) e Norte (44,62%). A exceção foi a região Nordeste, que apresentou 28,48% de seus deputados com esse perfil. Em 2010, as Regiões Centro-Oeste e Sudeste, embora com leve diminuição em seus percentuais, continuam ocupando os primeiros lugares quando se trata da faixa tênue de dominância (BD), 51,52% e 50,28%, respectivamente. Já a região Sul teve redução em torno de 10% de deputados com baixa dominância; a região nordeste, um pequeno incremento (de 28,48 para 31,13%).

Podemos aferir dessas primeiras conclusões que os Deputados Federais brasileiros se elegem a partir de uma **conformação geográfica caracterizada por uma votação predominantemente concentrada territorialmente**, conforme constatamos no Capítulo 3, entretanto, **compartilham votos na maioria dos municípios com outros competidores**. Dizendo de outra maneira, o padrão de competição política encontrado por nós no período em estudo foi o **concentrado-compartilhado**, tanto para o país, quanto para as regiões, apresentando estas, poucas variações.

Encontramos em Carvalho (2003), uma sugestão para explicação do quadro em questão. Situações como essa se explicam pela grande dimensão das capitais pertencentes às regiões que tiveram os maiores percentuais, sobretudo, pelos centros urbanos do Sudeste e Sul; reflete com toda a probabilidade a realidade dos deputados oriundos de grandes cidades, cujo montante de votos se mostra insignificante em relação ao total de eleitores dessas cidades.

Tabela 12 – Distribuição dos Deputados Federais no Brasil por Regiões com relação à variável Dominância – 2006-2010

Regiões		2006				2010			
		SD	BD	MD	AD	SD	BD	MD	AD
BR	Fr.	58	222	141	84	68	205	152	80
	%	11,49	43,96	27,92	16,63	13,47	40,59	30,10	15,84
N	Fr.	8	29	19	9	9	24	22	10
	%	12,31	44,62	29,23	13,85	13,85	36,92	33,85	15,38
NE	Fr.	27	43	53	28	25	47	57	22
	%	17,88	28,48	35,10	18,54	16,56	31,13	37,75	14,57
CO	Fr.	4	18	6	5	3	17	5	8
	%	12,12	54,55	18,18	15,15	9,09	51,52	15,15	24,24
SE	Fr.	9	97	44	29	16	90	46	27
	%	5,03	54,19	24,58	16,20	8,94	50,28	25,70	15,08
S	Fr.	10	35	19	13	15	27	22	13
	%	12,99	45,45	24,68	16,88	19,48	35,06	28,57	16,88

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

SD – Sem dominância; BD – Baixa Dominância; MD – Média Dominância; AD – Alta Dominância

BR – Brasil; N - Norte; NE – Nordeste; CO – Centro-Oeste; SE – Sudeste; S –Sul

FR – Frequência; % - Porcentagem

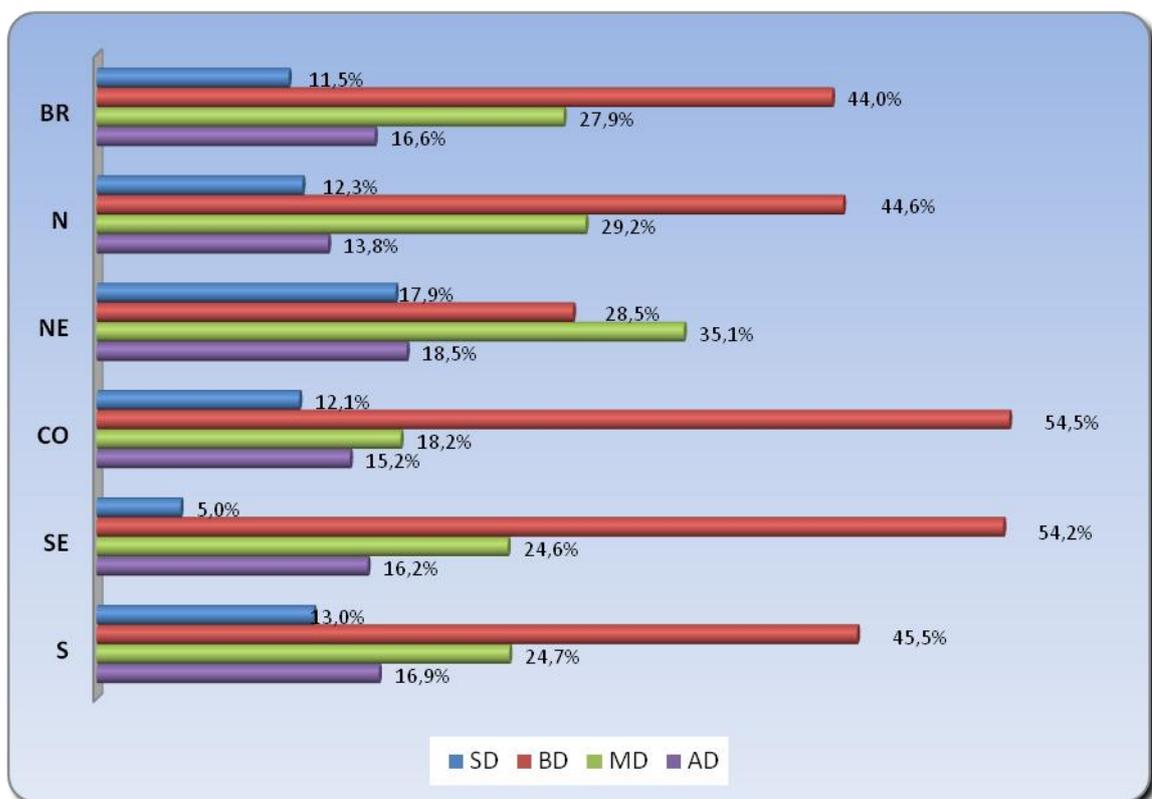


Gráfico 10 – Distribuição dos Deputados Federais no Brasil e Regiões com relação à variável Dominância – 2006.

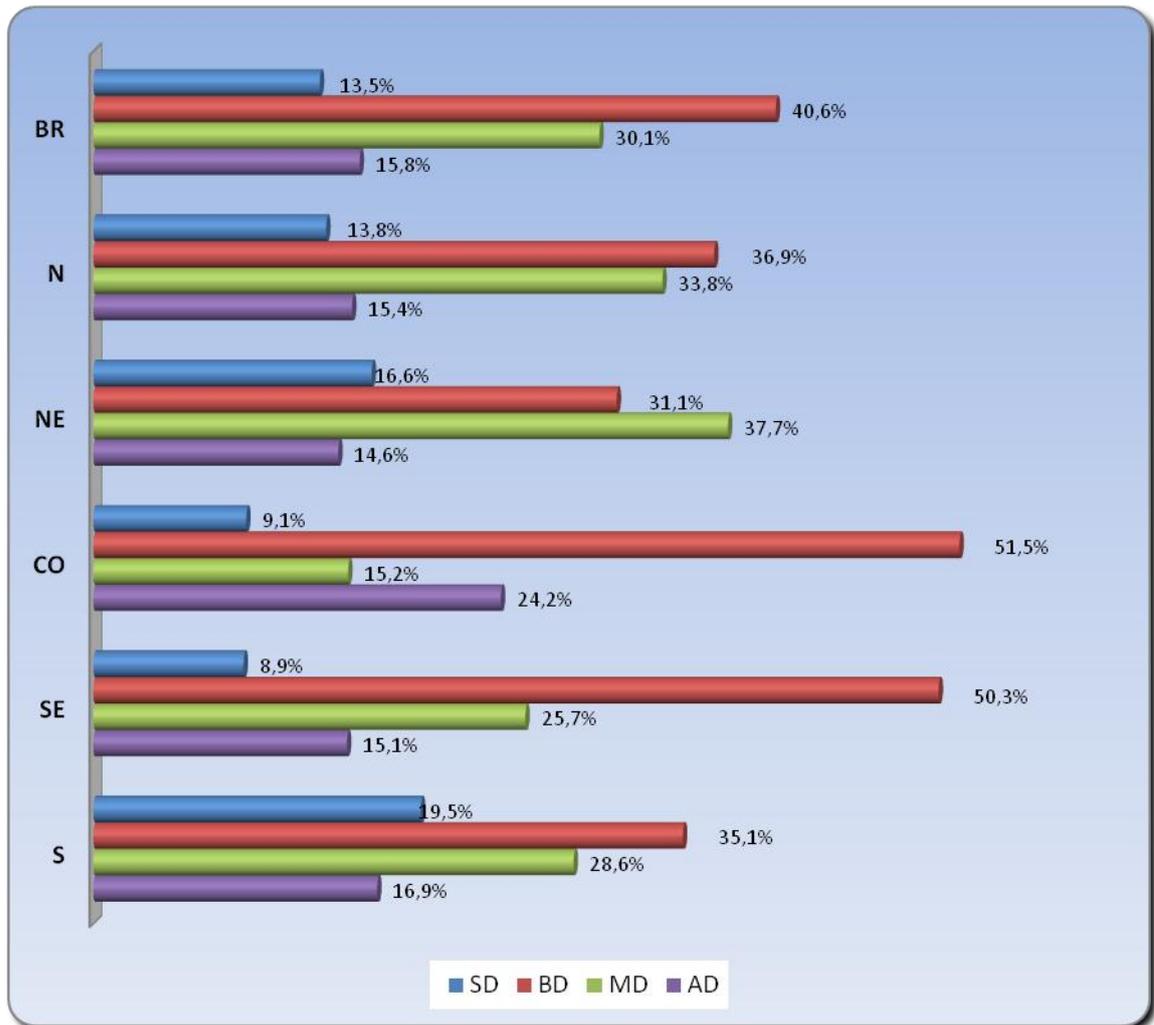


Gráfico 11– Distribuição dos Deputados Federais no Brasil e Regiões com relação à variável Dominância –2010

Como veremos mais adiante, a situação de baixa (BD) e/ou ausência de dominância (SD) aponta para um padrão de compartilhamento de votos entre os competidores, portanto, padrão não dominante ou compartilhado. Já as situações de média e alta dominância, por sua vez, significam um padrão predominante de apoio eleitoral a determinado parlamentar em detrimento aos demais adversários ou competidores.

Souza (2003, p.88-89) ao analisar a dominância e compartilhamento de deputados federais e estaduais no estado do Pará, nas eleições de 1998 e 2002 verificou que os deputados deste estado compartilham votos na maioria dos municípios com outros adversários eleitorais. O percentual para os Deputados estaduais ficou em torno de 60%, e para os federais, 50%. Para este autor, o compartilhamento de votos pode se tornar desvantajoso, especialmente, para

os deputados federais, já que “aumenta os riscos de derrota em função dos custos impostos para se atingir o quociente eleitoral e permanecer bem colocado nas listas partidárias”. Como sugere Souza (2003), por esse motivo os candidatos são “forçados a buscar todos os votos para si, procurando reduzir o grau de compartilhamento, seja com candidatos do próprio partido ou de partidos adversários”. Dentro dessa perspectiva, os deputados federais tenderiam a disponibilizar mais esforços e investimentos para dominar os seus redutos eleitorais. Contudo, percebemos que tanto os resultados de Souza (2006), quanto os nossos apontam na direção contrária. Nossos resultados apontaram que **os deputados federais, nas eleições de 2006 e 2010 se elegeram a partir de uma conformação geográfica caracterizada por uma votação concentrada territorialmente e preferiram compartilhar votos com os demais competidores do que desenvolver estratégias para dominar e ter maior apoio eleitoral nos municípios, mesmo com o risco de derrota e com os altos custos.**

De acordo com Ames (2003), as variáveis de dominância e compartilhamento são fundamentais para a análise da geografia eleitoral por apresentarem estreita relação com as estratégias dos candidatos no que toca a eleição e reeleição deles. Numa perspectiva do território e não dos candidatos, o autor, sugere que os municípios compartilhados são mais vulneráveis quanto ao ingresso de novos candidatos, pois, ninguém detém o monopólio da representação, tornando mais fácil a disputa por novos apoios eleitorais. Já os municípios dominados são mais estáveis no tempo e, portanto, mais seguros quanto à invasão de possíveis rivais, pelo fato de que, geralmente, são controlados por caciques locais fortes, o que inibe a formação de novas lideranças. Nesse sentido, Ames (2003) explica que quanto mais dominado é o município, menor se torna a capacidade de se desenvolver nele, grupos de oposição. Se interpretarmos nossos resultados a partir das sugestões de Ames (2003), diríamos que os municípios brasileiros estão mais acessíveis quanto ao ingresso de novos competidores, com forte tendência a desestruturação de monopólios de representação controlados por fortes caciques locais, mais atrativos quanto à formação de novas lideranças políticas, e mais fácil à disputa por apoios eleitorais.

4.3 – Transformação das faixas de *Dominância* em variável dicotômica: *dominância e não-dominância (ou compartilhamento)*.

Com o objetivo de tornar ainda mais visível as frequências da variável de penetração vertical, a *Dominância*, agrupamos os deputados em duas categorias: Dominantes e Não-Dominantes (ou compartilhados)³¹. A partir da agregação podemos observar, para o conjunto do país, um quadro um pouco diferente do que vimos com as frequências soltas. **O padrão não dominante (ou compartilhado) continua sendo o predominante nas duas eleições, para o conjunto do país e para a maioria das regiões, a exceção foi o Nordeste, que apresentou equilíbrio e certa estabilidade entre os padrões.** A região Centro-Oeste apresentou, nos dois pleitos eleitorais, os maiores percentuais de deputados com o perfil não dominante, 66,7% e 60,6%, um pouco acima das médias nacionais, 55,4% e 54,1%.

Já os deputados dominantes estão concentrados em maior quantidade, no Nordeste. Nesta região encontramos os maiores percentuais desse padrão, 53,6% e 52,3%, acima da média do país, 44,6% e 45,9%. Ocuparam o segundo e terceiro lugar em termos percentuais de deputados dominantes o Norte e Sul.

³¹Adotamos procedimento semelhante ao de Carvalho (2003, p.100). Convertemos as faixas sem-dominância e Baixa Dominância na categoria, *Não-Dominantes (ou compartilhados)*; e as faixas de dominância média e dominância alta, na categoria, *Dominantes*.

Tabela 13 -Distribuição dos Deputados Federais no Brasil por Regiões com relação à variável Dominância II – 2006-2010

		2006		2010	
		Não Dominantes	Dominantes	Não Dominantes	Dominantes
Brasil	Frequência	280	225	273	232
	%	55,45	44,55	54,06	45,94
Norte	Frequência	37	28	33	32
	%	56,93	43,08	50,77	49,23
Nordeste	Frequência	70	81	72	79
	%	46,36	53,64	47,69	52,32
Centro- Oeste	Frequência	22	11	20	13
	%	66,67	33,33	60,61	39,39
Sudeste	Frequência	106	73	106	73
	%	59,22	40,78	59,22	40,78
Sul	Frequência	45	32	42	35
	%	58,44	41,56	54,54	46,46

Fonte:Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Até agora, analisamos separadamente os padrões de competição eleitoral dos Deputados Federais brasileiros quanto às dimensões: concentração/dispersão e dominância/não dominância. Para a análise dos dados do próximo capítulo, nos baseamos no modelo de classificação desenvolvido por Ames (2003), o qual leva em consideração para a análise da geografia eleitoral em pleitos proporcionais, as duas dimensões de maneira combinada.

Capítulo 5

A GEOGRAFIA ELEITORAL DOS DEPUTADOS NA PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES COMBINADAS: *Concentração e Dominância.*

5.1 – A taxonomia proposta por Barry Ames

Já fizemos referência ao estudo de Barry Ames (2003) no Capítulo que aborda os trabalhos sobre geografia eleitoral no Brasil. Contudo, antes procedermos à análise das duas dimensões combinadas, cabe aqui uma breve recapitulação das contribuições deste autor.

Em seu livro “*Os entraves da democracia no Brasil*” Ames (2003) apresenta, a mais original contribuição para o entendimento da dinâmica de competição político-eleitoral em eleições proporcionais: a criação de uma taxonomia espacial das bases eleitorais dos deputados brasileiros. Ao criticar o nosso sistema proporcional de lista aberta, argumenta que as estratégias eleitorais refletem um tipo singular de competição que pode ser representado com base em duas dimensões: a primeira depende da distribuição geográfica dos municípios onde o candidato obteve sua votação e que revela o grau de concentração ou dispersão de sua base eleitoral; a segunda varia de acordo com a “penetração política vertical” do candidato, medida pela porcentagem de votos obtida em determinado município ou conjunto de municípios e que informa a sua dominância naquele espaço. Consistirá, então, objetivo deste capítulo identificar, entre os deputados federais eleitos em 2006 e 2010 a incidência das diversas modalidades de projeção dos votos no espaço geográfico – a partir dos vetores concentração/dispersão e dominância/não-dominância (ou compartilhamento) -, verificando ainda a predominância (ou não) de uma dessas modalidades, o que por sua vez, informará um padrão geográfico de competição eleitoral mais completo por incorporar as duas dimensões supracitadas. E nossa intenção também atentar para variações, similitudes e persistência dessas propriedades da geografia eleitoral no que toca aos candidatos, ao longo das duas eleições, no Brasil e entre as regiões. Por fim, procuraremos dar sentido aos resultados que encontramos nos valendo do referencial teórico de das proposições da literatura pertinente à geografia eleitoral.

5.2 – A geografia eleitoral dos deputados na perspectiva das dimensões combinadas: concentração-dispersão e dominância-compartilhamento.

De acordo com a taxonomia intuitiva proposta por Ames (2003), os deputados federais podem ser classificados em quatro tipos: *concentrado-dominante (C/D)*, *concentrado-compartilhado (C/C)*, *disperso-dominante (D/D)* e *disperso-compartilhado (D/C)*.

No tipo concentrado-dominante *C/D*, clássico reduto eleitoral, o candidato tem a maior parte de seus votos concentrada num grupo de municípios vizinhos, nos quais ele domina, atingindo altíssimos percentuais de votação. Candidatos desse tipo tenderiam a refletir as relações tradicionais de empreguismo e clientelismo das regiões mais atrasadas e teria como representantes típicos, candidatos que iniciaram suas carreiras políticas exercendo cargos locais, como ex-vereadores, ex-prefeitos, ex-deputados estaduais ou ainda, membros de famílias tradicionais de proeminência econômica e/ou política.

No tipo concentrado-compartilhado *C/C*, o candidato tem sua votação concentrada numa área, mas não a domina, compartilhando-a com muitos outros competidores. Seriam aqueles eleitos nas grandes áreas metropolitanas ou megacidades, onde um candidato pode se eleger obtendo o apoio de uma porcentagem mais baixa de votos diante do imenso eleitorado urbano. Um município com um grande colégio eleitoral pode ser capaz de eleger sozinho, muitos candidatos, como é o caso de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA entre outros. Candidatos que representam a classe operária ou que se apresentam como defensores do meio ambiente são bons exemplos desse tipo de propriedade da nossa geografia eleitoral.

No terceiro tipo, disperso-compartilhado *D/C*, enquadra-se o candidato que tem sua votação espalhada por vários municípios do estado e não domina nenhum deles. São aqueles que buscam votos em setores do eleitorado numericamente pouco expressivos em qualquer município, porém fortemente coesos e fiéis, como é o caso dos evangélicos ou descendentes de japoneses. Candidatos desse tipo, geralmente costumam coalizões em pequenas faixas de muitos municípios.

O quarto e último tipo, disperso-dominante *D/D*, é característico de candidato que embora tenha sua votação espalhada em vários municípios, recebe maciço apoio eleitoral, dominando-os. Tem esse perfil de votação, candidatos que ocuparam postos na burocracia estatal (secretários estaduais, por exemplo) ou dispõem de recursos financeiros para

estabelecer acordos com líderes políticos locais nos mais diversos cantos de um estado. Para a análise dos dados nesta seção, utilizaremos essa taxonomia.

Levando em consideração os dois pleitos eleitorais, sobressai dos dados da **Tabela 14** e **Gráfico 12** uma primeira informação importante: a predominância do padrão *concentrado-compartilhado* para o conjunto do país (41,58% em 2006 e 35,84% em 2010). Esse padrão, como já frisamos, é típico dos grandes centros urbanos e das megacidades que sozinhas, elegem grande quantidade de deputados. Nesse tipo, o candidato tem sua votação concentrada numa área, mas não a domina, compartilha-a com outros candidatos. Via de regra, são representantes que reportam a setores de opinião difusos nesses grandes municípios e estariam mais voltados à tomada de posição em relação a temas do que a perseguição de benefícios particularizados. Os maiores percentuais de deputados desse padrão encontram-se, sobretudo, na região Sudeste, 50,28 em 2006 e 44,69% em 2010. Esse resultado não nos causou surpresa, uma vez que fazem parte dessa região os dois maiores centros urbanos do país, e os dois maiores colégios eleitorais: São Paulo e Rio de Janeiro.

Levando em consideração ainda os dois pleitos eleitorais e lançando um olhar mais atento sobre os dados, conseguimos perceber uma situação importante. Verificamos uma diminuição nos percentuais de deputados do padrão *concentrado-compartilhado* e ao mesmo tempo, um aumento nos percentuais de deputados do padrão *concentrado-dominante*, no Brasil e na quase totalidade das regiões. O Brasil que apresentava em 2006, 26,34% de Deputados com padrão concentrado-dominante, passou a ostentar em torno de 33% em 2010; a região norte, de 33,85% para 38,46%; a região nordeste de 20,53% para 30,46% e a região sudeste, de 27,93% para 32,20%.

Esse resultado poderia sugerir uma tendência ao estabelecimento de um padrão do tipo apontado por Ames (2003) para o caso brasileiro, *concentrado-dominante C/D*, o clássico reduto eleitoral. De acordo com a perspectiva tradicional, que se baseia nos pressupostos da conexão eleitoral, esse padrão é típico de representantes que se movem pela lógica do particularismo, perseguindo, diligentemente, políticas com custos difusos e benefícios concentrados e a centrarem seus esforços na obtenção de recursos para seus respectivos redutos eleitorais. Os dados apontaram que a maioria dos deputados pertencentes a esse padrão encontra-se, sobretudo, no Norte do país.

Os padrões, *disperso-dominante* e *disperso-compartilhado* apresentaram, obviamente, os menores percentuais de deputados com esses perfis de votação. Como mostram os dados da **Tabela 14, Gráfico 12**, para o conjunto do país, em torno de 18% dos deputados eleitos em 2006 e 13% dos eleitos em 2010 tiveram suas votações distribuídas em diversos municípios nos respectivos estados, contudo, receberam um total de votos suficiente para dominarem esses municípios, são os do tipo *disperso-dominante*. Cabe observar que deputados com esse padrão de votação são os menos numerosos nas duas eleições. Do ponto de vista regional, verificamos também que essa modalidade da geografia do voto aparece como traço distintivo da bancada nordestina: 33,11% e 21,85% dos deputados eleitos, em 2006 e 2010, respectivamente.

Por fim, verificamos que os deputados com votação *dispersa-compartilhada* correspondem a 13,27% em 2006 e 17,82% em 2010 para o conjunto do país, com incidência regional mais acentuada nos estados do Sul 25,97% em 2006 e 19,48% em 2010.

Ainda que os resultados da nossa pesquisa apontem para um padrão nacional do tipo **concentrado-compartilhado**, não temos subsídios suficientes para afirmar que esse padrão está relacionado a algum tipo de comportamento específico por parte dos parlamentares. Por outro lado, seríamos negligentes se desconsiderássemos o fato de que o conjunto de regras do nosso sistema eleitoral e do nosso sistema político como um todo tem certa responsabilidade pela predominância desse padrão.

Nosso intento foi buscar respostas para saber se existem diferenças significativas nos padrões geográficos de competição eleitoral dos parlamentares e dos partidos políticos entre os estados e regiões brasileiras e, além disso, testar duas hipóteses principais: a existência de poucas diferenças na conformação das bases eleitorais por parte dos parlamentares quando levada em consideração uma comparação entre os estados e regiões brasileiras; a outra hipótese parte da ideia de que, independente do tamanho ou da ideologia partidária a competição eleitoral também segue formato muito próxima entre os estados e regiões, com poucas variações e predomínio de padrão principal de competição política, o concentrado-compartilhado.

Os resultados apresentados até aqui respondem, primeiro, a questão que colocamos como prioritária, segundo, confirmam nossas hipóteses, uma vez que, apesar de termos encontrado um padrão de votação predominante por parte dos parlamentares brasileiros, o

concentrado-compartilhado, verificamos que existem poucas diferenças na conformação das bases eleitorais quando levamos em consideração uma comparação entre estados e regiões brasileiras; o tamanho e a ideológica partidária não influenciou a competição eleitoral.

Ressaltamos que a geografia do voto no Brasil apresenta dinâmica muito complexa. Em torno do debate sobre essa questão temos, de um lado, Barry Ames (2003, p.108), que apesar de não sugerir claramente a existência de um padrão predominante no Brasil, enfatiza um tipo de comportamento fortemente baseado em *pork-barrel* e políticas de cunho distributivistas, estreitamente relacionado ao um padrão específico de conformação de base eleitoral, o *concentrado-dominante*.

Do outro lado, temos Carvalho (2003). Este autor aceita a premissa da conexão eleitoral, contudo, associa a existência de incentivos eleitorais distintos a comportamentos legislativos também distintos - diferentemente de Ames (2003) que mesmo sabendo da existência de incentivos diferentes, os associa a um comportamento específico, o concentrado dominante. Contudo, entendemos que Carvalho (2003) pode ter incorrido num grande equívoco pretensioso, uma que, ao analisar os resultados de sua pesquisa e percebendo a relativa predominância do padrão **disperso-dominante**, atribuiu a este padrão características próprias do padrão concentrado-dominante (clássico reduto eleitoral), isto é, atribuiu ao padrão disperso-dominante a produção de incentivos no sentido da perseguição também de políticas distributivas, tal qual fez Ames (2003) em relação ao padrão concentrado-dominante, como podemos perceber em seu texto:

A realidade é que a complexidade da nossa geografia do voto contempla uma segunda configuração de distribuição de votos no espaço que produz igualmente incentivos no sentido da perseguição de políticas distributivas: **a fragmentação conjugada à dominação** (tipo *disperso-dominante*) [...] 32% dos deputados eleitos em 1994 e 34% dos eleitos 1998 têm sua votação dispersa em diversos municípios nos respectivos estados, recebendo um total de votos suficiente para dominarem essas municipalidades. [...] deputados com votação fragmentada/dominante são os mais numerosos nas duas legislaturas analisadas. (CARVALHO, 2003, p.105).

Não satisfeito, Carvalho (2003, p. 119-120) somou os percentuais do padrão predominante em seu estudo (o disperso-dominante) com os percentuais do padrão minoritário (concentrado-dominante), chegando dessa maneira, a 50% de deputados particularista, o que lhe rendeu maior possibilidade argumentativa para questionar os resultados generalizados apresentados por Ames (2003). Sem tirar os méritos do importante

estudo de Carvalho (2003), percebemos certa insistência em retirar dos dados algo que eles não dizem.

Se por um lado Ames (2003), ao se preocupar com os aspectos sistêmicos do arcabouço institucional do país, pecou em relacionar um único comportamento no que toca à ação dos parlamentares brasileiros (a busca de recursos desagregados e de *pork-barrel* para as bases eleitorais) à padrões diferenciados de votação, por outro lado, Carvalho (2003) forçou uma barra para chegar a um padrão explicativo do comportamento clientelista daqueles parlamentares.

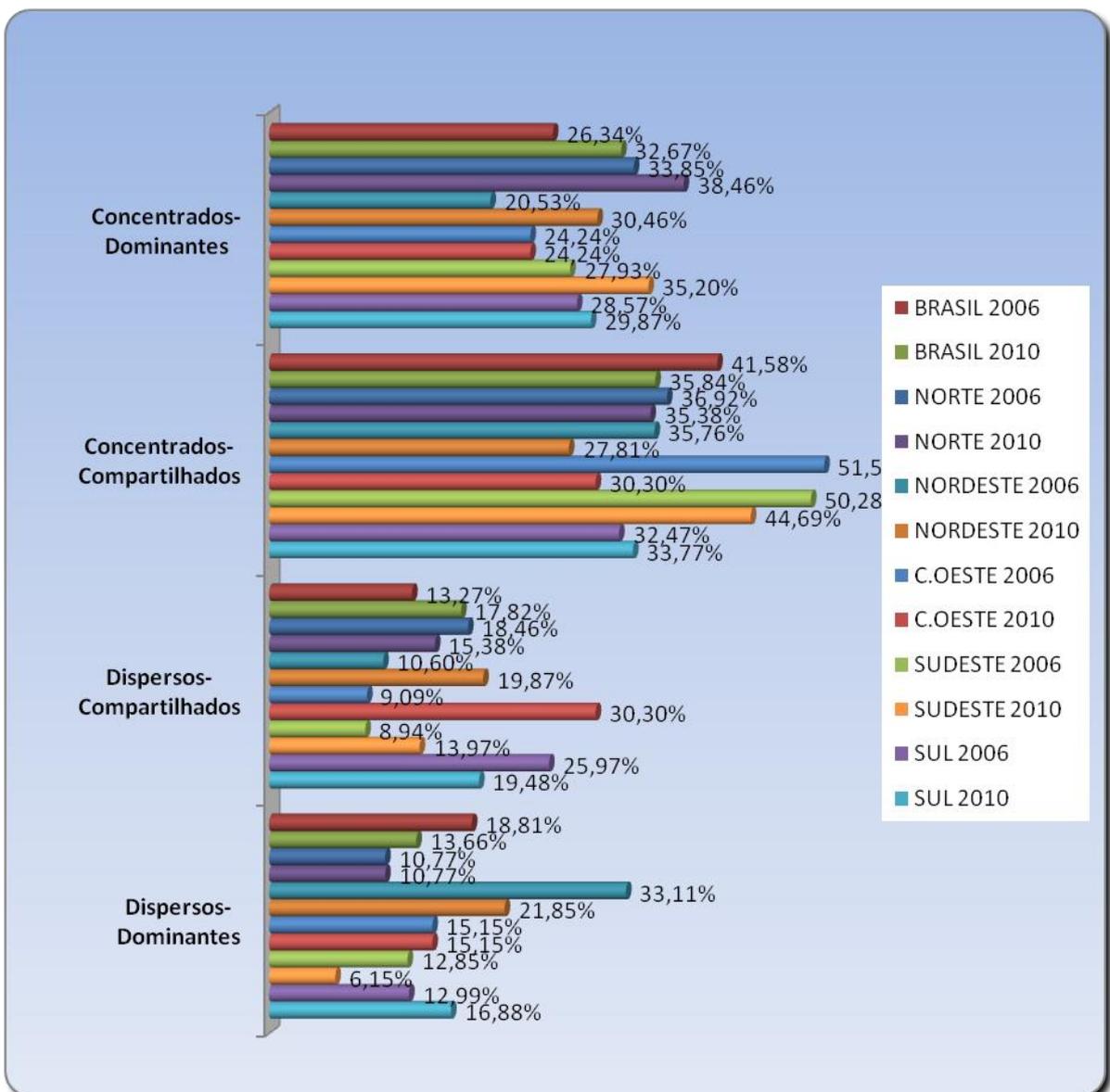


Gráfico 12 -Distribuição dos Deputados segundo as dimensões Concentração e Dominância combinadas, Eleição 2006/2010.

Tabela 14 – Distribuição dos Deputados segundo as dimensões Concentração e Dominância combinadas, Eleição 2006/2010.

ELEIÇÕES	CONCENTRAÇÃO/ DOMINÂNCIA	BRASIL		NORTE		NORDESTE		C.OESTE		SUDESTE		SUL	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
2006	Concentrados-Dominantes	133	26,34	22	33,85	31	20,53	8	24,24	50	27,93	22	28,57
	Concentrados-Compartilhados	210	41,58	24	36,92	54	35,76	17	51,52	90	50,28	25	32,47
	Dispersos-Compartilhados	67	13,27	12	18,46	16	10,60	3	9,09	16	8,94	20	25,97
	Dispersos-Dominantes	95	18,81	7	10,77	50	33,11	5	15,15	23	12,85	10	12,99
2010	Concentrados-Dominantes	165	32,67	25	38,46	46	30,46	8	24,25	63	32,20	23	29,87
	Concentrados-Compartilhados	181	35,84	23	35,38	42	27,81	10	30,30	80	44,69	26	33,77
	Dispersos-Compartilhados	90	17,82	10	15,38	30	19,87	10	30,30	25	13,97	15	19,48
	Dispersos-Dominantes	69	13,66	7	10,77	33	21,85	5	15,15	11	6,15	13	16,88

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do TSE.

Interessante perceber, prestando bastante atenção nos dados dispostos na **Tabelas 14**, **Gráfico 12** que os resultados do nosso estudo apontam para um padrão nacional posicionado entre o padrão encontrado por Ames (2003) do tipo *concentrado-dominante* e o encontrado por Carvalho (2003), do tipo *disperso-compartilhado*. Isso nos leva a acreditar que a geografia do voto no Brasil apresenta dinâmica, de fato, muito complexa. Contudo, com base em apenas dois resultados eleitorais é temerário fazer generalizações ou qualquer tipo de prognóstico, o que não nos tira o direito de apontar o que a operacionalização dos dados da nossa pesquisa nos diz: nos pleitos em questão, nossos deputados brasileiros tiveram votação em áreas restritas, isto é, votação concentrada, no entanto, não dominam tais áreas, compartilham votos com muitos outros candidatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este trabalho procurando identificar a existência de algum padrão de competição política que explicasse a relação que se estabelece entre os deputados e os municípios, que se constitui na unidade primária onde o jogo político efetivamente ocorre. Parti da premissa, defendida pela literatura especializada, de que no Brasil competir por uma cadeira no parlamento é, antes de tudo, competir por espaço. Assim este trabalho teve como ponto de reflexão o seguinte questionamento: existem diferenças nos padrões geográficos de competição eleitoral dos parlamentares e dos partidos políticos entre os estados e regiões brasileiras?

Em busca de respostas para esta pergunta levantamos duas hipóteses principais: a primeira partiu da afirmação da existência de poucas diferenças na conformação das bases eleitorais por parte dos parlamentares quando levado em consideração uma comparação entre os estados e regiões brasileiras e, a segunda, informa que, independente do tamanho ou da ideologia partidária, a competição eleitoral também segue formato muito próximo entre os estados e regiões, com poucas variações.

Na análise dos resultados utilizamos a taxonomia proposta por Ames (2003) e os desdobramentos dessa taxonomia propostas por Carvalho (2003), a qual se propõe analisar a geografia política brasileira a partir de critérios de concentração ou dispersão territorial do voto e dominância e compartilhamento das bases eleitorais. No primeiro critério buscou-se compreender se os deputados - em relação à totalidade dos municípios que compõe a geografia política de cada estado - optam pela adoção de estratégias que levam a reduzir sua atuação política em poucos municípios, caracterizando uma situação de concentração de votos, ou se, ao contrário, preferem eleger estratégias para obterem votação dispersa, espalhadas em muitos municípios, caracterizando uma situação de dispersão territorial. Ressaltamos que a adoção tanto de uma estratégia quanto de outra, traz impactos diferenciados no sistema de representação e produz diferenças entre os estados e regiões do país.

Por outro lado, seguindo as determinações do segundo critério, buscou-se compreender, se em relação ao espaço municipal - que caracteriza a base eleitoral de cada

parlamentar - os deputados mantêm uma relação de dominância ou compartilhamento de suas bases eleitorais. A situação de dominância caracteriza o chamado reduto eleitoral, sendo que o deputado mantém certo controle sobre o município que constitui sua base de sustentação eleitoral e possui maior apoio eleitoral em relação aos outros competidores que disputam voto no mesmo território.

Em relação ao eixo concentração ou dispersão eleitoral, a pesquisa concluiu que no Brasil, opera-se um sistema político marcado pela concentração espacial do voto, indicando que os deputados, por mais que tenham a prerrogativa de buscar votos em todo o estado, desenvolvem estratégias que procuram selecionar áreas territoriais menores, no caso os municípios, de forma a estabelecer melhores condições de atendimento das demandas clientelistas provindas de suas bases eleitorais. Isto se estabelece devido ser eleitoralmente mais vantajoso para o parlamentar delimitar um fragmento geográfico e desenvolver esforços para manter a fidelidade do eleitor municipal a determinados nomes do que estabelecer ações territorialmente mais distribuídas, o que acarreta maiores custos e maiores incertezas quanto aos resultados.

Numa divisão dos indicadores de concentração e dominância percebeu-se que o padrão concentrado do voto ocorre em todas as regiões e em todos os estados do país, com algumas poucas variações derivadas das especificidades de cada unidade particular, mas que não tiveram capacidade suficiente para alterar o quadro nacional indicativo de um padrão territorial concentrado operando no mercado de votos brasileiro.

Em relação aos partidos, diferenciados por tamanho e ideologia, os resultados indicaram também a presença de um padrão de votação concentrado, indicando que, independentemente da ideologia ou da dimensão social dos partidos, o padrão concentrado define-se como a estratégia política preferencial. Isto se estabelece pelo fato que as regras eleitorais, notadamente o sistema proporcional e a lista aberta, afetam os partidos de forma semelhante, não oferecendo incentivos para que os eleitos fujam do alto grau de competição observado tanto no interior dos partidos quanto no interior das coligações, fazendo com a estratégia de concentração dos votos seja uma das mais atrativas quanto às chances de sucesso eleitoral.

Em relação aos critérios de dominância e compartilhamento, que indica se os deputados mantêm um relação de oligarquização do mercado de votos, estabelecendo certo

domínio em relação as suas bases de sustentação eleitoral, apresentando nestes termos alta capacidade de neutralização dos competidores potenciais, a pesquisa indicou que no Brasil como um todo, o mercado político é caracterizado por um padrão de baixa dominância eleitoral. Ou seja, a maioria dos nossos deputados não consegue ter uma grande margem de controle e segurança em relação ao completo domínio sobre suas bases, o que induz ao compartilhamento com outros competidores também relevantes no mesmo município.

Por outro lado, a pesquisa indicou, que do ponto de vista do critério de diferenciação regional e estadual, apesar do padrão de baixa dominância, também se manifestar como o mais constante, há ligeiras variações, principalmente no caso da região nordeste, que entre as regiões brasileiras representa a mais oligarquizada, ou onde os parlamentares mais dominam suas bases eleitorais.

Do ponto de vista de uma relação cruzada entre os indicadores de concentração/dispersão do voto e dominância/compartilhamento a pesquisa indicou que o padrão territorial que mais ilustra a relação dos deputados com suas bases de apoio é justamente o padrão **concentrado-compartilhado**, indicando que nossos deputados, tanto nas eleições de 2006 quanto na de 2010 se elegeram a partir de uma conformação geográfica caracterizada por uma votação concentrada territorialmente e preferiram compartilhar votos com os demais competidores do que desenvolver estratégias para dominar e ter maior apoio eleitoral nos municípios, mesmo com riscos e custos altos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Maria Luzia. **Mulheres na Competição Eleitoral**: Seleção de Candidaturas e Padrão de Carreira Política no Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iuperj, 2004.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMES, Barry. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, v. 39 n. 2, p. 406-33, 1995.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BOBBIO, Norberto (1998). **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obraem2v.(Formato digital).

_____. Direita e esquerda. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOGDANOR, Vernon. **Representatives of People? Parliamentarians and Constituents in Western Democracies**. Aldershot, Gower.

BORGES, Arleth Santos. **Conexão eleitoral e atuação parlamentar**: representantes e bases eleitorais no Maranhão. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. **LEI Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. (Alterada pelas Leis nº 9.840, de 28.9.1999, nº 10.408, de 10.1.2002, nº 10.740, de 1º.10.2003, e nº 11.300, de 10.5.2006) Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.tre-mg.gov.br/legislacao_jurisprudencia/lei9504.pdf. Acesso em: 25 ago. 2011.

CAIN, Bruce; FAREJOHN, John A.; FIORINA, Morris. **The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence**. Cambridge: Harvard University Press, 1987

CARVALHO, Nelson Rojas de. **Concentração e Dispersão do voto**: um estudo da geografia eleitoral e dos padrões de competição política no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, jul/dez. 2009.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n.1, p. 136-163, abr./maio 2006.

CAVALCANTE, Maria Jeane da Silva. **Padrão ideológico das coligações nas eleições brasileiras**: uma análise das alianças eleitorais a Deputado Federal em 2002 e 2006. Dissertação (Mestrado) - UFPA. Belém: UFPA, 2010.

CODATO, Adriano Nervo. **Elites e instituições no Brasil**: uma análise contextual do Estado Novo. Tese (Doutorado em Estado, processos políticos e organização de interesses) - Campinas, SP :[s. n.], 2008. p. 68-69.

COTRIM, Fernando da Silveira. **A Geografia do voto no Brasil**: eleições 1989. Rio de Janeiro: IBASE, 1990.

COX, Gary W. e McCUBBINS, Mathew D. The Institutional Determinants of Economic Policy. In: HAGGARD, S.; McCUBBINS, M. D. (eds.). **Presidents, Parliaments and Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DE DEUS, Cléber. **Concentração e dispersão eleitoral em eleições parlamentares**: um estudo das estratégias eleitorais no Estado do Piauí nos pleitos de 1994 e 1998. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Eleições 2010: DIAP mapeia reeleição por estado e região**. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/camara-dos-deputados/diap-mapeia-reeleicao-por-estado-e-regiao>>. Acesso em: 21 set. 2011.

DIAS, José Luciano de Mattos. **O jogo e os jogadores**: Legislação eleitoral e padrões de competição política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. **Dados** [online], v.45, n.2, p. 303-344, 2002.

_____. **Política orçamentária no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FLEISCHER, David. Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição do voto em Minas Gerais – 1966/1974. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 43, 1976.

GALLAGUER, Michael. Conclusion. In: GALLAGUER, Michael; MITCHEL, P. (eds.). **The Politics of Electoral Systems**. Oxford: Oxford University Press. 2005.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003.

INDJAIAN, Maria Lúcia. **Análise preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo: FAPESP, 1981. (Relatório parcial de pesquisa).

KINZO, Maria D'alva Gil. A Bancada Federal Paulista de 1986: Concentração ou Dispersão do Voto? In: SADEK, Maria Teresa (Org.). **Eleições 1986**. São Paulo: Vértice, p.89-100, 1989.

KINZO, Maria D'alva; BORIN, Ivan; MARTINS JR., José Paulo. Padrões de competição eleitoral na disputa para a Câmara Paulistana: 1992-2000. **Novos estudos – CEBRAP**, n.65, p. 45-65, 2003.

KINZO, M. D. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Kourad Adenauer, 1993.

LAAKSO, Marku; TAAGEPERA, Rein. 'Effective' Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p.3-27, 1979.

LANE, Jan-Erik; ERSSON, Svante O. **Comparative Politics: An Introduction and New Approach**. Cambridge: Polity Press, 1994.

LIJPHART, Arendt. **Electoral Systems and Party Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. A legislação eleitoral e a competição política. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, n.20, p.9-13, out./dez. 1997.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. **Dados** [online], v.48, n.4, p. 737-776.

MACHADO, Aline. A Lógica das Coligações no Brasil. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério. (Orgs.) **Partidos e Coligações no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP: Konrad Adenauer, 2005.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV. 2001.

MARCH, James G; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Rev. Sociol. Polit.** [online], v.16, n.31, p. 121-142.

MESQUITA, Lara. **Emendas ao orçamento e conexão eleitoral da Câmara dos Deputados brasileira**. São Paulo: USP, 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MONTEIRO, Mira Cavaleiro; LIMA, Tatiana L.; MONTEIRO, J. Cauby S. O NeoInstitucionalismo e o Viés Antipartidário nos Estudos Legislativos. **Adcontar**, Belém, v.2, n. 1, p. 97-110, maio 2001.

NEVES, Adriano Craveiro. **Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí**. Teresina, UFPI, 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy (Orgs.). **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 97 - 122.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. A Geografia do Voto em São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, n. 45, jul. 1996.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265 a 301, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/dados/v45n2/10789.pdf>>. Acesso: em 21 set. 2011.

PETERS, B. G. **El nuevo institucionalismo. La teoría institucional em cienciapolítica**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 219-220.

RAE, Douglas. **The Political Consequences of Electoral Laws**. New Haven, Yale University Press, 1967.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As eleições de 1994: uma apreciação geral. **DADOS**, Rio de Janeiro, v.38, n.1, 1995.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SAUGO, Josiana Fátima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006**. Porto Alegre, UFRGS, 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SHUGART, Matthew Soberg. Comparative Electoral Systems Research: The Maturation of a Field and a New Challenge Ahead". In: GALLAGUER, M.; MITCHELL, P. (eds.), **The Politics of Electoral Systems**. Oxford: Oxford University Press, 2005

SILVA, G. P. **Uma Discussão acerca das Regras Eleitorais do Sistema Político Brasileiro e dos Incentivos ao Comportamento Parlamentar**. Tese (doutorado), Fundação Getulio Vargas - SP, FGV-SP, 2009.

SILVA, Peres da. **Verificação empírica sobre o conceito de dominância política: o caso Paulista**. FECAP, CEPESP/FGV-SP, ABCP, 2010.

SINGER, A (2000). **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Geografia eleitoral e Padrões de competição política no mercado eleitoral Paraense**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Geografia eleitoral e padrões de competição política no estado do Pará.** Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2005.

TAAGEPERA, Rein; SHUGART, Matthew S. **Seats and Votes.** New Haven: Yale University Press, 1989.

TAFNER, Paulo. **Geografia do Voto: concentração e dispersão.** Diálogo com um autor. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. Mimeografado.

SITES CONSULTADOS

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_partidos_pol%C3%ADticos_no_Brasil
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_do_Movimento_Democr%C3%A1tico_Brasileiro.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Brasileiro
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democr%C3%A1tico_Trabalhista
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Democratas_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Democratas_(Brasil))
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_do_Brasil
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_Brasileiro
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Republicano_Progressista
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Popular_Socialista
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Verde_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Verde_(Brasil))
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_Nacional
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Crist%C3%A3o
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Crist%C3%A3o
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Social_Democracia_Brasileira
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_do_Brasil
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Renovador_Trabalhista_Brasileiro
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Progressista_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Progressista_(Brasil))
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_dos_Trabalhadores_Unificado
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasileiro_\(1992\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasileiro_(1992))
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Humanista_da_Solidariedade
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Democrata_Crist%C3%A3o
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Causa_Oper%C3%A1ria
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Nacional
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Liberal
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Republicano_Brasileiro
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialismo_e_Liberdade
http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Rep%C3%ABlica
<http://www.pmdb.org.br/>
<http://www.psdb.org.br/>
<http://www.pcdob.org.br/>
<http://www.dem.org.br/>

<http://www.pdt.org.br/>
<http://www.pt.org.br/>
<http://www.psc.org.br/>
<http://www.ptb.org.br/>
<http://www.prp.org.br/>
<http://www.pps.org.br/>
<http://www.ptdob.org.br/>
<http://www.pp.org.br/>
<http://www.pmn.org.br/>
<http://www.pv.org.br/>
<http://www.prtb.org.br/>
<http://www.pstu.org.br/>
<http://www.phs.org.br/>
<http://www.partidodarepublica.org.br/>
<http://www.psol.org.br/>
<http://www.pco.org.br/>
<http://www.psdcbrazil.org.br/>
<http://www.prb10.org.br/>
<http://www.psl.org.br/>
<http://www.ptn.org.br/>
<http://www.pcb.org.br/>
<http://www.psbnacional.org.br/index.php/content/view/108.html>
<http://www.ptc36.com.br/>